

MARIA EDUARDA RATTES SCALDINI



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA (PESNM) E
SUAS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS: OLHARES DOS AGENTES SOCIAIS
ENVOLVIDOS

Orientador (a): Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos

JUIZ DE FORA
2025

MARIA EDUARDA RATTES SCALDINI



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA (PESNM) E
SUAS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS: OLHARES DOS AGENTES SOCIAIS
ENVOLVIDOS

Orientador (a): Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmicas Espaciais, linha de pesquisa Dinâmicas Socioespaciais, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho-Pivoto.

JUIZ DE FORA
2025



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA (PESNM) E
SUAS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS: OLHARES DOS AGENTES SOCIAIS
ENVOLVIDOS

Autora: Maria Eduarda Rattes Scaldini

Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora- PPGeo-UFJF

Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta
Universidade Federal de Juiz de Fora- PPGeo-UFJF

Marta De Azevedo Irving
Universidade Federal do Rio de Janeiro- EICOS-UFRJ

Yasmin Xavier Guimarães Nasri
Universidade Federal do Rio de Janeiro- EICOS-UFRJ

JUIZ DE FORA
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rattes Scaldini, Maria Eduarda .

CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA (PESNM) E SUAS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS: OLHARES DOS AGENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS / Maria Eduarda Rattes Scaldini. -- 2025.

181 f.

Orientador: Altair Sancho Pivoto dos Santos

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025.

1. Território. 2. Áreas Protegidas. 3. Parque . 4. Socioterritorial. I. Sancho Pivoto dos Santos, Altair, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, com generosidade, se disponibilizaram ao diálogo e contribuíram de maneira fundamental para a construção deste trabalho. Sou especialmente grata aos municípios de Lima Duarte, Santa Bárbara do Monte Verde, Olaria e Rio Preto, bem como às comunidades do Funil, Serra Negra, Voltas, São Sebastião do Monte Verde e Três Cruzes, pela calorosa receptividade e pela disposição em compartilhar saberes, histórias e experiências.

Estendo meus agradecimentos ao técnico da IGR Serras de Ibitipoca, ao gerente do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e aos demais profissionais com os quais tive a oportunidade de interagir ao longo destes dois anos. Sem a disponibilidade e gentileza deles, a realização deste trabalho não teria sido possível.

Agradeço, ainda, aos amigos da Serra Negra que, com acolhimento e generosidade, abriram as portas de suas casas, oferecendo não apenas pouso, mas também momentos de troca e aprendizado que levarei para a vida.

Aos meus colegas de turma, que tornaram essa jornada mais leve e menos solitária.

Registro também minha gratidão aos professores e professoras que cruzaram meu caminho, enriquecendo não apenas minha formação acadêmica, mas também meu repertório de mundo.

Por fim, dedico um agradecimento especial aos meus pais que, sob muito sol, permitiram que eu seguisse meu percurso à sombra, amparada por seu apoio e pela liberdade de traçar meu próprio caminho.

RESUMO

As áreas protegidas representam uma das principais estratégias de conservação ambiental adotadas em escala global, sendo instituídas com o objetivo de preservar ecossistemas e conter a degradação da natureza. No Brasil, esse esforço se materializa por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que estabelece diferentes categorias de manejo e define diretrizes para a criação e gestão dessas áreas. A presente pesquisa analisa o processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, localizado na Zona da Mata mineira e abrangendo os municípios de Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Olaria e Lima Duarte e objetiva compreender como se deu a constituição da unidade de conservação a partir da atuação dos diferentes agentes sociais envolvidos, identificando disputas, tensões e expectativas presentes nesse processo. Adota-se uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas com moradores, representantes institucionais e técnicos ligados à implantação do parque. Os resultados indicam diferentes percepções sobre a criação da unidade, em especial no que se refere à apropriação do território e à promessa de desenvolvimento por meio da atividade turística. A pesquisa evidencia a importância de reconhecer as populações locais como sujeitos fundamentais na construção e formulação da unidade de conservação, assim como de considerar as especificidades territoriais no planejamento e na implementação de políticas ambientais destinadas à conservação da natureza em áreas que impactam diretamente a vida das populações previamente estabelecidas.

Palavras-chaves: Território; Áreas protegidas; Parque; Socioterritorial.

RESUMEN

Las áreas protegidas representan una de las principales estrategias de conservación ambiental adoptadas a escala global, siendo establecidas con el objetivo de preservar los ecosistemas y contener la degradación de los recursos naturales. En Brasil, este esfuerzo se materializa a través del Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza, que establece diferentes categorías de manejo y define directrices para la creación y gestión de estas áreas. La presente investigación analiza el proceso de creación del Parque Estatal de la Serra Negra da Mantiqueira, ubicado en la región de la Zona da Mata del estado de Minas Gerais y que abarca los municipios de Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Olaria y Lima Duarte. El objetivo es comprender cómo se constituyó esta unidad de conservación a partir de la actuación de los distintos agentes sociales involucrados, identificando disputas, tensiones y expectativas presentes en dicho proceso. Se adopta un enfoque cualitativo, basado en la revisión bibliográfica, el análisis documental y la realización de entrevistas con residentes, representantes institucionales y técnicos vinculados a la implementación del parque. Los resultados indican diferentes percepciones sobre la creación de la unidad, especialmente en lo que se refiere a la apropiación del territorio y a la promesa de desarrollo a través de la actividad turística. La investigación pone de manifiesto la importancia de reconocer a las poblaciones locales como sujetos fundamentales en

la construcción y formulación de la unidad de conservación, así como de considerar las especificidades territoriales en la planificación e implementación de políticas ambientales destinadas a la conservación de la naturaleza en áreas que impactan directamente la vida de las poblaciones previamente establecidas.

Palabras-clave: Territorio; Áreas protegidas; Parque; Socioterritorial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Unidades de Conservação Estaduais de Minas Gerais.	62
Figura 2- Vista da Serra Negra pelo município de Olaria.	65
Figura 3: Inventário Turístico.	68
Figura 4 - Localização do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.	71
Figuras 5 e 6: Recorte do “Diário de Minas”, datado de 20 de novembro de 1959, o qual já fazia menção à necessidade de preservação da Serra Negra.	72
Figura 7 - Primeira visita técnica na região da Serra Negra realizada em 2011 por técnicos do IEF, IGR e EMATER.	75
Figura 8 - Sobrevôo de reconhecimento do território e levantamento fotográfico.	76
Figura 9 - Foto aérea da Serra Negra da Mantiqueira.	76
Figura 10 - Reunião realizada na Pousada Arco Íris, em Lima Duarte, no dia 21 de setembro de 2012.	77
Figura 11 - Apresentação do Projeto ao Conselho Consultivo do Parque Estadual de Ibitipoca em 06/10/2012.	79
Figura 12 - Visita Técnica do Diretor de Unidades de Conservação do IEF em 2015.	80
Figura 13 - Prefeito de Olaria e equipe técnica apresentando a proposta para os vereadores de Rio Preto, Lima Duarte, Olaria e Santa Bárbara do Monte Verde.	81
Figura 14: DIPUC na Comunidade São Sebastião do Monte Verde.	82
Figura 15 - Equipe técnica apresentando a proposta e colhendo informações junto aos moradores do entorno da Serra Negra durante os Diagnósticos Participativos.	83
Figura 16 - Equipe de Elaboração do Estudo Técnico para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira em reunião de trabalho na cidade de Olaria – MG, ano de 2016.	84
Figura 17: Audiência Pública na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde em 17/10/17.	87
Figura 18: Manifestação contrária a criação do PESNM na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde em 17/10/17.	88
Figura 19: Reprodução do Site da Câmara Municipal de Lima Duarte.	89
Figura 20 - Realização da audiência pública no município de Lima Duarte em 18/10/17.	89
Figura 21 - Convite da audiência pública no município de Lima Duarte.	90
Figura 21 - Realização da audiência pública no município de Olaria em 23/10/17.	90
Figura 22, 23, 24 e 25 - Prints da 47ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, realizada em 14 de junho de 2018.	93

Figura 26 - Foto da reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais com a finalidade de debater a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira em 04/07/18.	96
Figura 27: Print da reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais com a finalidade de debater a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira em 04/07/18.	97
Figura 28: Resposta do Gerente de Criação de Unidades de Conservação 30/08/18.	98
Figura 29 : Linha do tempo do histórico de criação do PESNM.	100
Figura 30 - Contrato de compra e venda de árvores candeias.	126
Figura 31 - Cruz do Negro.	129
Figura 32: Igreja do Senhor Bom Jesus da Serra Negra.	130
Figura 33 - Registros de manifestações contrárias à criação do parque.	133
Figura 34 - Manifestações em Santa Bárbara do Monte Verde.	134
Figura 35 - Registros de manifestações contrárias à criação do parque.	134
Figura 36 - Carta enviada aos proprietários de terras na região da Serra Negra no município de Lima Duarte.	140
Figura 37 - Lista de parques estaduais mais visitados em 2023.	147
Figura 38 - Visão em linha reta do PESNM e do PEIb.	148
Figura 39 - Serra Negra vista do PEIb.	149
Figura 40 - Placa no município de Olaria dentro dos limites do parque colocada por morador que será desapropriado.	152
Figura 41 - Reportagem sobre o PESNM no município de Santa Bárbara do Monte Verde disponível no youtube.	153
Figura 42 - Notícia sobre o mega empreendimento turístico no município de Olaria.	155
Figura 43 - Jornal Panorama 19/07/2023.	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Registros do diário de campo.	25
Tabela 2. Categorização de UC.	53
Tabela 3. Perfil dos Entrevistados.	99
Tabela 4. Percepções sobre o parque.	117
Tabela 5. Principais significados atribuídos a região do PESNM.	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMASF Associação de Moradores e Amigos da Serra do Funil
AMPRA Associação de Moradores São Sebastião do Monte Verde
AP Áreas Protegidas
APA Área de proteção ambiental
APRUSA Associação dos Produtores Rurais de Olaria
CAR Cadastro Ambiental Rural
CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM Conselho Estadual de Política Ambiental
CPB Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas
DIPUC Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação
EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IEF Instituto Estadual de Florestas
IGR Instância de Gerência Regional
IUCN União Internacional para a Conservação da Natureza
MMA Ministério do Meio Ambiente
MONA Monumentos Naturais
PEIb Parque Estadual do Ibitipoca
PESNM Parque Serra Negra da Mantiqueira
PNMA Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PREA Programa de Educação Ambiental
RPPN Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAD Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SISEMA Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC Unidade de Conservação
UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV Universidade Federal de Viçosa
WOS Web of Science

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	17
1.1.1 Objetivo geral:	17
1.1.2 Objetivos específicos:	17
1.2 IMPLICAÇÕES	18
1.3 JUSTIFICATIVA	19
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
3. TERRITÓRIO: CONCEITO BASILAR DA PESQUISA	38
4. ÁREAS PROTEGIDAS: BASE CONCEITUAL E HISTÓRICA	45
4.1 O contexto global	46
4.2 O debate nacional sobre as áreas protegidas	50
4.3 APS em Minas Gerais	59
5. O PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA	64
5.1 Grupos e representantes envolvidos na criação do PESNM	68
5.2 Contextualização geral sobre o processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira	70
5.3 O plano de manejo	100
6. HABEMUS PARQUE: CONFLITOS E NARRATIVAS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PESNM	103
6.1 Percepções sobre o parque	104
6.2 Mudanças nos modos de vida e nos exercícios de territorialidade	122
6.3 Tensões e conflitos	132
6.4. Perspectivas sobre o turismo na região	146
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
8. REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	174
ANEXOS	181

1. INTRODUÇÃO

O conceito de áreas protegidas começou a se estabelecer no século XIX, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872. Este evento foi crucial para a proteção da vida selvagem e estabeleceu os fundamentos para a criação de parques nacionais em todo o mundo, naquele momento ancorados na separação entre homem e natureza (Medeiros, 2006). A influência do Yellowstone expandiu-se para a criação de outras áreas protegidas internacionais, como o Parque Nacional Banff, no Canadá, e o Parque Nacional de Kruger, na África do Sul e posteriormente no Brasil em 1937 com a criação do Parque Nacional do Itatiaia (Bahia *et al*, 2013).

Vale ressaltar que a criação do Parque Nacional de Yellowstone também provocou inúmeros conflitos com as populações indígenas que habitavam o território à época, como os *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-Bannock*, que foram forçadas a deixar suas terras. Inicialmente, o processo de expulsão não enfrentou grandes represálias, mas, cinco anos após a implantação do parque, os povos *Shoshone* entraram em confronto com as autoridades, resultando na morte de 300 pessoas (Moura, 2018). Esse episódio ilustra os conflitos socioambientais que frequentemente surgem com a criação de áreas protegidas, que muitas vezes restringem o uso e a ocupação de terras por comunidades locais historicamente estabelecidas.

Cumprе mencionar que esse modelo de áreas protegidas originado nos Estados Unidos, pautado na perspectiva preservacionista, prevê a proteção de áreas com atributos ecológicos significativos e alta taxa de endemismo, proibindo a presença de moradores e a exploração dos recursos naturais da área do parque, exceto para atividades de pesquisa, educação ambiental e turismo (Sancho-Pivoto, 2017).

Atualmente, a proteção do patrimônio natural por meio de Unidades de Conservação (UCs) constitui uma das estratégias mais eficazes para a conservação da biodiversidade (MMA, 2024). No entanto, a adoção do modelo preservacionista em diferentes contextos, especialmente no Brasil, tem gerado tensões e conflitos com comunidades locais. Neste sentido, Diegues (1996) questiona a viabilidade desse modelo ao destacar que muitas áreas designadas

como parques no Brasil são ocupadas por populações que, historicamente, foram responsáveis por utilizar e preservar esses ecossistemas. Assim, a criação de áreas de proteção integral, que impedem a permanência dessas populações em seus territórios tradicionais, compromete a manutenção de seus modos de vida.

Não por acaso, a criação e gestão de áreas protegidas têm implicado em conflitos socioambientais associados a processos de resistência de comunidades rurais para manter seus exercícios de territorialidade. Pimentel e Ribeiro (2016) reconhecem que, no contexto da lógica preservacionista, é fundamental admitir que, durante a criação dessas áreas, os mais impactados são os povos e comunidades locais que historicamente ocuparam esses espaços e desenvolveram formas específicas de uso e apropriação do território.

O conceito de natureza passou por diversas transformações ao longo do tempo, transitando do entendimento ultrapassado para o bem-estar, da selvageria à razão, e dos recursos à preservação. Segundo Porto-Gonçalves (2004), esse conceito não é intrinsecamente natural, pois está profundamente ligado aos modos de vida e à cultura de diferentes povos. Portanto, pode ser compreendido como uma construção social, refletindo os significados variados atribuídos a ele, moldados pelas relações sociais e econômicas. Já na Idade Média e entre os filósofos do período clássico grego, a visão dicotomizada — ou seja, a oposição entre homem e natureza — era um tema explorado. Essa visão se intensificou com a Revolução Industrial, nos séculos XVII e XVIII, quando foram consolidadas as bases do modo de produção capitalista.

Porto-Gonçalves (*idem*) questiona a lógica que associa a natureza à transformação em mercadoria, argumentando que essa perspectiva resulta na degradação ambiental e no esgotamento dos recursos naturais. Essa compreensão da natureza como construção social permite refletir sobre as múltiplas formas de relação estabelecidas entre diferentes grupos humanos e os territórios que habitam. Ao ultrapassar a lógica instrumental, essas relações revelam visões de mundo diversas, que atribuem à natureza significados simbólicos, afetivos e identitários.

Segundo Leff (2001), a organização social e as práticas cotidianas dos diferentes sujeitos influenciam diretamente a forma como as sociedades interagem com o meio ambiente¹, resultando em modos diferenciados de apropriação da

¹ A definição de meio ambiente é abrangente e complexa, envolvendo múltiplas dimensões. Ainda assim, o legislador brasileiro buscou conceituá-lo de forma objetiva no inciso I do art. 3º da Lei

natureza. O autor argumenta que a diversidade das relações sociais leva a uma produção de saberes que é resultado das práticas sociais específicas de cada grupo. Dessa maneira, o conhecimento sobre a realidade não é único, mas varia conforme as experiências e as formas de agir de diferentes grupos sociais, refletindo a pluralidade de perspectivas existentes no mundo. Nos contextos urbanos, observa-se, em geral, um processo de distanciamento em relação às referências tradicionais ligadas ao meio natural, marcado por uma vivência cada vez mais mediada por tecnologias e pela lógica do consumo.

Em contraste, comunidades indígenas mantêm uma forte conexão com a natureza, baseada em saberes ancestrais e formas de territorialidade que integram o ambiente à vida coletiva e espiritual (Souza *et al*, 2015). Já os produtores rurais desenvolvem uma relação funcional e simbólica com a terra, frequentemente pautada pelo trabalho agrícola, pela permanência intergeracional no território e pela dependência direta dos ciclos naturais, o que também contribui para a construção de vínculos identitários e práticas culturais específicas (Moraes *et al*, 2023).

Ainda que essas relações revelem formas plurais de conceber e interagir com a natureza, elas coexistem com um cenário marcado por transformações ambientais aceleradas, no qual a degradação ambiental e a emergência climática impõem novos desafios à sustentabilidade dos territórios e aos modos de vida que deles dependem.

O Brasil, detentor da maior biodiversidade do planeta, encontra-se em uma encruzilhada crítica diante dos impactos crescentes das mudanças climáticas. Fenômenos outrora excepcionais, como ondas de calor intensas, secas prolongadas e tempestades severas, tornaram-se cada vez mais frequentes, configurando uma nova e alarmante rotina climática. Nos últimos doze meses, o país enfrentou aproximadamente três meses de calor extremo, acompanhados de uma redução de 25% no volume de chuvas em diversas regiões, comprometendo a segurança hídrica, a produção agrícola e expondo a sociedade a riscos ambientais e sociais significativos. Neste cenário, as Unidades de Conservação (UCs) despontam como elementos estratégicos na mitigação da crise climática, dada sua capacidade de armazenar carbono, proteger nascentes e regular o ciclo hidrológico (Rede Pró-Unidades de Conservação, 2025).

nº 6.938/81, que o define como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981).

Neste contexto, destaca-se o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, marcado por imponentes montanhas, complexas formações espeleológicas, rica fauna e exuberante vegetação típica da Mata Atlântica, distribuída pelos municípios de Olaria, Lima Duarte, Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde. Localizada na região da Zona da Mata mineira, no sudeste de Minas Gerais. A serra abriga um mosaico de campos rupestres e formações florestais de elevada relevância para a conservação da biodiversidade, com cobertura vegetal característica de áreas de altitude, onde ocorrem espécies representativas tanto da Mata Atlântica quanto do Cerrado. O maciço possui destacado valor histórico, cultural, científico e turístico, evidenciado pela presença de nascentes, cachoeiras, lagoas, áreas de candeias e uma notável diversidade de orquídeas, bromélias e samambaias. Sua geologia, marcada por formações de rochas quartzíticas, extensões de areias brancas e vegetação bem preservada, contribui decisivamente para sua beleza cênica e importância ecológica.

Embora tenha sido criado em 4 de julho de 2018, o parque ainda não se encontra aberto oficialmente para visitação. Apesar disso, observa-se um fluxo turístico incipiente em algumas áreas, conduzido por guias locais com autorização prévia dos proprietários. Passados seis anos desde sua criação, os donos das terras ainda aguardam a finalização do processo de desapropriação, etapa essencial para a regularização fundiária dessa unidade de conservação estadual. A dinâmica territorial do PESNM reúne uma comunidade² acolhedora e repleta de histórias, cujas narrativas revelam tensões e conflitos relacionados a manutenção de usos do atual território do parque.

Os principais riscos ambientais presentes na Serra Negra estavam relacionados com a perda da biodiversidade, a degradação das áreas de recarga hídrica, o uso inadequado do solo, o turismo desordenado, as ameaças ao patrimônio histórico-cultural, as queimadas, a atividade pecuária com desmatamento associado, à caça de animais silvestres, a extração de areia e cascalho em encostas — que resulta em erosão, assoreamento de corpos hídricos e degradação

² Por “comunidade” entende-se aqui uma construção paradoxal e dinâmica, caracterizada pelo compartilhamento de experiências, valores e sentidos de vida, que surge como uma necessidade humana fundamental, mas que está sempre tensionada pelo desejo de manter a individualidade. No contexto contemporâneo, a comunidade não depende apenas de um território físico, mas também de fluxos simbólicos, afetivos e sociais, sendo marcada por aproximações e distanciamentos, coalizões e conflitos, e permanecendo sempre inacabada Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017).

paisagística —, além do uso de motocicletas em trilhas (IEF, 2017).

Dessa forma, a criação do Parque tem desempenhado um papel essencial na proteção de áreas ecologicamente sensíveis, contribuindo para a conservação de espécies endêmicas e ameaçadas, além da salvaguarda de 209 nascentes registradas. Para além da sua importância ecológica, o parque também visa preservar o patrimônio arqueológico, espeleológico, cultural e histórico da região. Ademais, a existência da unidade de conservação representa uma oportunidade para estruturar e organizar o turismo local, promovendo o desenvolvimento sustentável e a geração de renda para as comunidades do entorno.

Embora a criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira tenha demonstrado um compromisso ambiental consistente por parte de seus idealizadores, é imprescindível considerar os modos de vida preexistentes no território. Reconhecer as práticas, saberes e vínculos históricos das populações locais com o território é fundamental para a construção de uma unidade de conservação mais democrática, socialmente justa e sensível às especificidades territoriais. No Brasil, Coelho, Cunha e Monteiro (2009) argumentam que as unidades de conservação vão além da proteção de ecossistemas ameaçados, sendo também espaços de vida, de produção, de pesquisa científica e de múltiplas formas de uso e significado.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender quem são as populações tradicionais, caracterizadas por Silva e Pimentel (2016) como grupos que mantêm heranças culturais transmitidas por seus antepassados, reproduzidas no cotidiano por meio de práticas relacionadas à dinâmica natural. Esses saberes orientam suas atividades produtivas, como a agricultura e a pesca, e moldam sua relação com o tempo e com o território, influenciando desde a construção das moradias até a organização do trabalho e do descanso. Considerar tais formas de vida é, portanto, reconhecer que a conservação ambiental não pode estar dissociada da valorização das culturas locais.

Inspirados nesse debate, a questão central da presente pesquisa foi a respeito das implicações socioespaciais no processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira nos exercícios de territorialidade das populações residentes no entorno direto do parque.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica exploratória e qualitativa, a

partir de levantamento bibliográfico e documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com interlocutores-chave que participaram do processo de criação do parque e, também, com moradores da região. No próximo capítulo, os procedimentos metodológicos da pesquisa serão melhor detalhados.

Este trabalho está estruturado em oito capítulos, além das referências e anexos. O Capítulo 2 aborda os caminhos metodológicos adotados, detalhando os procedimentos de coleta e análise de dados. O Capítulo 3 trata do conceito de território, fundamental para a pesquisa, analisando as disputas e reconfigurações territoriais presentes. No Capítulo 4, são apresentados os conceitos e a história das áreas protegidas, com foco no contexto global, nacional e estadual, situando o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. O Capítulo 5 dedica-se ao estudo de caso, contextualizando o processo de criação do PESNM, incluindo a elaboração do plano de manejo. O Capítulo 6 analisa os conflitos e narrativas no processo de criação do parque, abordando as percepções sobre a unidade de conservação, as tensões existentes e o turismo como potencialidade. Por fim, o Capítulo 7 apresenta as considerações finais, refletindo sobre as contribuições do estudo e os possíveis desdobramentos futuros.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral:

Compreender como se deu o processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e seus efeitos nos modos de vida das populações envolvidas.

1.1.2 Objetivos específicos:

- a. Compreender o histórico e os motivos de criação do PESNM.
- b. Compreender as relações socioterritoriais na região onde se insere o PESNM, à luz do conceito de território.
- c. Reconhecer os principais grupos e representantes territoriais envolvidos no processo de criação do PESNM e compreender seus olhares, interesses e estratégias adotadas no contexto desse processo.
- d. Analisar as origens e os fatores que contribuem para os principais conflitos socioterritoriais existentes.

1.2 IMPLICAÇÕES

A escolha do tema desta dissertação resulta da convergência entre interesses nas áreas de dinâmicas socioterritoriais, pautas ambientais e turismo, culminando na investigação sobre o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. O território em questão, ainda com poucos estudos sob a ótica das dinâmicas socioespaciais, apresenta conflitos e desafios relevantes que justificam a pertinência da pesquisa. A inquietação diante dos impactos sociais decorrentes da criação de unidades de conservação, especialmente no que diz respeito à invisibilização de populações historicamente enraizadas nesses espaços, foi um dos principais motivadores da investigação, sobretudo em um cenário marcado pelo enfraquecimento das políticas ambientais no Brasil, com destaque para o contexto mineiro.

A formação acadêmica em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora contribuiu para o desenvolvimento de um olhar crítico e sensível às relações entre território, conservação ambiental e comunidades locais. As experiências vividas ao longo da graduação — como visitas técnicas, participação em projetos e atividades voluntárias — ampliaram a compreensão sobre os efeitos que políticas ambientais e atividades turísticas podem exercer sobre os espaços e os sujeitos que os habitam. A familiaridade prévia com o território e com alguns dos grupos sociais envolvidos possibilitou uma aproximação mais atenta às realidades locais, permitindo identificar as tensões entre os objetivos oficiais de preservação e as necessidades concretas das populações que vivem no entorno do parque.

Com o avanço do mestrado, a proposta de pesquisa foi sendo gradualmente refinada, incorporando novos olhares e reflexões surgidas a partir do contato direto com diferentes atores sociais e institucionais. Essa construção contínua fortaleceu a articulação entre teoria e prática, conferindo à investigação densidade analítica e compromisso com a produção de conhecimento crítico sobre os impactos socioespaciais da criação de unidades de conservação em contextos marcados por desigualdades e disputas territoriais.

1.3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa científica, enquanto instrumento crítico, permite lançar um olhar aprofundado e multidimensional sobre os processos de institucionalização de unidades de conservação, revelando contradições, disputas e assimetrias de poder frequentemente ocultas nos discursos institucionais. No caso da criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, em Minas Gerais, torna-se essencial problematizar os interesses políticos e econômicos que atravessam sua implementação, bem como os desafios enfrentados pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos. A proposta de investigação justifica-se, em primeiro lugar, pela escassez de estudos acadêmicos voltados especificamente ao recorte territorial e à área temática em questão, o que representa uma lacuna significativa na produção de conhecimento sobre os efeitos socioespaciais de UCs em regiões de elevada complexidade socioambiental.

Ao abordar os impactos da criação do PESNM nos municípios afetados, a pesquisa busca não apenas ampliar o debate acadêmico, mas também subsidiar futuras reflexões e ações práticas, especialmente no campo das políticas públicas voltadas ao ordenamento territorial, à conservação ambiental e ao fortalecimento de processos participativos. A valorização das percepções locais e das formas tradicionais de uso do território é central para pensar estratégias de gestão ambiental que conciliem proteção ecológica com justiça social. Além disso, a investigação procura contribuir com perspectivas relevantes para o desenvolvimento de um turismo ambientalmente responsável e socialmente justo, capaz de gerar benefícios equilibrados para os diversos atores envolvidos.

A relevância da pesquisa também reside no registro histórico do processo de concepção e implementação do PESNM, com a documentação das visões, experiências e interesses de diferentes sujeitos sociais. Esse esforço de sistematização permite construir uma memória institucional e coletiva que extrapola os limites acadêmicos, oferecendo subsídios úteis a gestores públicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e comunidades locais dos quatro municípios afetados. Nesse sentido, os resultados esperados possuem potencial de impacto tanto na esfera do conhecimento quanto na formulação e aprimoramento de políticas públicas mais sensíveis às realidades territoriais.

A presente investigação alinha-se ainda aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente ao ODS 15 (Vida Terrestre), ao tratar da proteção de ecossistemas e da biodiversidade por meio da análise de uma unidade de conservação.

Simultaneamente, ao examinar os efeitos dessa política ambiental sobre os modos de vida das populações locais, estabelece conexões com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao considerar questões como sustentabilidade urbana, equidade no acesso a recursos naturais e inclusão social em territórios protegidos.

Esse debate se torna ainda mais urgente diante do atual cenário de enfraquecimento das políticas ambientais em Minas Gerais. A gestão ambiental do governo Romeu Zema evidencia contradições entre compromissos internacionais assumidos e práticas internas adotadas, com destaque para a flexibilização de normativas ambientais, a militarização de órgãos de fiscalização e a substituição de técnicos por indicações políticas. Tais medidas comprometem a criação e a efetividade das UCs, intensificam o desmatamento em biomas como a Mata Atlântica e o Cerrado e dificultam o controle sobre grandes propriedades rurais, especialmente diante de propostas que ampliam a dispensa de licenciamento ambiental. Esse contexto agrava conflitos socioambientais, fragiliza territórios tradicionais e impõe riscos às populações indígenas, quilombolas e agricultoras familiares, cujos direitos à terra, à cultura e à subsistência são frequentemente ignorados.

Diante do exposto, entende-se que a presente pesquisa é relevante por sua capacidade de preencher lacunas científicas, registrar processos históricos, fornecer informações acessíveis a diversos segmentos sociais, fomentar o debate público e contribuir para o fortalecimento de políticas ambientais mais justas, participativas e eficazes. Ao evidenciar a necessidade de conciliar conservação ambiental com os direitos das comunidades locais, o estudo busca oferecer subsídios para estratégias de gestão territorial que respeitem a diversidade de atores e saberes, promovendo uma convivência equilibrada entre proteção da natureza e justiça social no contexto do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.

2.CAMINHOS METODOLÓGICOS

Flick (2009) sinaliza que as ideias centrais da pesquisa qualitativa diferem das da pesquisa quantitativa. Ela se concentrou na escolha de métodos e teorias apropriados, no reconhecimento e análise de múltiplas perspectivas, na reflexão dos pesquisadores sobre suas pesquisas como parte da construção do conhecimento, e na aplicação de abordagens e métodos diversos.

Nessa direção, o presente trabalho, de caráter exploratório e qualitativo, envolveu a adoção de diferentes técnicas de pesquisa: levantamento bibliográfico e documental, observação direta, diário de campo, análise de matérias jornalísticas, levantamento iconográfico e entrevistas. A escolha metodológica desta pesquisa foi planejada para abranger os objetivos geral e específicos propostos, garantindo uma análise multidimensional dos processos envolvidos na criação do PESNM, contribuindo assim para um entendimento mais amplo e fundamentado das dinâmicas territoriais e sociais associadas a essa unidade de conservação.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de teses, dissertações, arquivos pessoais dos entrevistados, livros e artigos científicos nacionais e internacionais, consultados em plataformas acadêmicas especializadas, como a *Web of Science* (WoS), disponível no Portal de Periódicos da Capes, Google Scholar, SciELO e Redalyc. Os materiais selecionados abordam temas centrais da pesquisa, como território, ordenamento territorial e unidades de conservação.

Em seguida, foi conduzido um levantamento documental, que incluiu o Estudo Técnico para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, estudos relacionados ao processo de elaboração do plano de manejo do parque, leis que fundamentaram a institucionalização do PESNM e a análise das atas do conselho consultivo do parque e atas de reuniões da Comissão de Meio Ambiente Sustentável. Esta etapa possibilitou a identificação das razões que justificaram a criação do PESNM, bem como o mapeamento dos principais grupos e representantes envolvidos. Além disso, foram consultados dados de fontes oficiais, como o Ministério do Turismo, IBGE, o site do Instituto Estadual de Florestas e os sites das prefeituras dos quatro municípios que integram os limites do parque: Olaria-MG, Lima Duarte-MG, Santa Bárbara do Monte Verde-MG e Rio Preto-MG.

Nesta etapa também foram examinados vídeos de reportagens jornalísticas, vídeos pessoais dos entrevistados e registros audiovisuais de sessões da

Assembleia Legislativa de Minas Gerais que abordam debates, audiências públicas e deliberações relacionadas ao parque.

A adoção da análise de matérias jornalísticas e do levantamento iconográfico como procedimentos metodológicos nesta pesquisa justifica-se pela capacidade desses recursos de revelar construções discursivas e simbólicas presentes nos processos de criação e implementação de unidades de conservação. O levantamento iconográfico — focado em fotografias, ilustrações e imagens veiculadas em reportagens, documentos oficiais e mídias institucionais — possibilitou captar os elementos visuais mobilizados para comunicar e legitimar determinadas visões de mundo.

A análise dessas imagens foi orientada pela metodologia proposta por Mendes (2019), que prevê três níveis de leitura: (i) a identificação formal da imagem, (ii) a análise de seus elementos simbólicos e (iii) a contextualização sociocultural de sua produção e circulação. Dessa forma, a articulação entre os discursos jornalísticos e os elementos visuais ampliou a potência analítica da pesquisa, permitindo uma compreensão mais abrangente das narrativas envolvidas.

A partir dessa análise, foi possível identificar discursos institucionais, os posicionamentos de diferentes atores sociais envolvidos e o contexto político que permeou a criação da unidade de conservação. Adicionalmente, os vídeos analisados contribuíram para o entendimento das narrativas construídas em torno do parque, possibilitando contrapor-las aos depoimentos colhidos nas entrevistas e aos dados presentes em documentos oficiais.

O recorte temporal adotado na pesquisa compreende o período de 2011 a 2024, com o objetivo de contextualizar as transformações ocorridas ao longo desse intervalo, considerando os principais marcos históricos e institucionais relacionados à criação e implementação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. A delimitação desse período justifica-se pela identificação dos primeiros debates e articulações em torno da proposta de criação do parque a partir de 2011, culminando com a publicação do decreto de criação em julho de 2018. Entre os eventos posteriores, destaca-se a instituição do Conselho Consultivo em 2020 e o início do processo de elaboração do Plano de Manejo em 2023. Embora as entrevistas tenham sido realizadas no ano de 2025, elas tiveram como propósito a análise dos acontecimentos e processos ocorridos entre 2011 e 2024.

Esse recorte temporal permite examinar as mudanças no contexto social e político de forma progressiva, oferecendo uma visão das dinâmicas que influenciaram os fenômenos em estudo. Além disso, abrange tanto eventos de médio prazo quanto aspectos mais recentes, proporcionando uma análise contextualizada dos desafios enfrentados no processo de criação e a atual gestão da unidade de conservação.

O recorte geográfico adotado nesta pesquisa compreende o território do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e seu entorno imediato, considerando como tal a área situada em um raio de aproximadamente 5 km ao redor dos limites da unidade de conservação. A delimitação desse espaço justifica-se pela expectativa de que os moradores e as dinâmicas sociais desse entorno sejam os mais diretamente afetados pela criação e implementação do parque.

Paralelamente, no âmbito do processo de coleta de dados, também foram realizadas entrevistas com interlocutores de órgãos ambientais, pesquisadores e proprietários de terras localizados nos limites do parque, bem como com residentes do entorno que participaram das discussões e da implementação da unidade de conservação e que vivenciaram as transformações decorrentes de sua criação.

Como estratégia para reconhecimento e aproximação da “realidade de pesquisa”, foi adotado o procedimento da observação direta. De acordo com Proença (2008), na observação direta, o pesquisador se imerge diretamente no evento estudado, permitindo uma compreensão mais profunda através da adaptação contínua de suas percepções e ações com base na interpretação do ambiente. A observação ocorreu por meio da participação em reuniões comunitárias vinculadas ao processo de elaboração do Plano de Manejo, conduzido pela PREA³, bem como em expedições organizadas pelo Instituto Estadual de Florestas e em eventos promovidos pelo Sebrae, por gestores municipais e pela comunidade acadêmica atuante na região dos quatro municípios envolvidos. Embora a concepção do Plano de Manejo seja posterior à criação da unidade de conservação, o acompanhamento desse processo possibilitou à pesquisadora identificar percepções, discursos e

³ O Programa de Educação Ambiental (PREA) é uma organização não governamental de caráter socioambiental, composta por profissionais e acadêmicos de diversas áreas, sem fins lucrativos e independentes dos órgãos públicos. Seu principal objetivo é realizar pesquisas socioambientais, promover a educação ambiental e defender os direitos coletivos e difusos do meio ambiente. O PREA desenvolve suas atividades com base em parcerias com universidades, prefeituras, empresas e outras entidades, focando na conservação ambiental e na prosperidade da população. <https://www.prea.org.br/sobre-prea>

posicionamentos de diferentes grupos que também estiveram envolvidos nas iniciativas relacionadas à criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Para orientar a observação durante as visitas técnicas e outras atividades relacionadas, foram considerados os seguintes parâmetros: visões sobre o parque; implicações nos modos de vida; tensões e conflitos e perspectivas sobre o turismo na região.

Com o objetivo de registrar todas as observações em campo e percepções relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa, o diário de campo foi adotado como uma das principais ferramentas metodológicas.

Cachado (2021) ressalta que o diário de campo é um instrumento fundamental para o registro detalhado das observações, impressões e reflexões do pesquisador ao longo do trabalho de campo. Mais do que um simples relato, ele documenta o cotidiano do ambiente estudado e a interação entre o pesquisador e os participantes, constituindo uma base essencial para a posterior análise e interpretação dos dados. A autora também observa que, por ser um recurso pessoal e reflexivo, o diário pode suscitar questionamentos sobre a subjetividade do pesquisador. No entanto, ela argumenta que essa subjetividade é inerente ao processo de pesquisa e, quando reconhecida e bem conduzida, permite ao etnógrafo desenvolver uma postura crítica em relação às suas próprias percepções.

Nesta pesquisa, o diário de campo foi utilizado como ferramenta metodológica contínua, sendo atualizado ao final de cada visita aos quatro municípios do entorno do parque. Nele, foram registrados relatos, comportamentos e interações dos diferentes grupos de interesse.

A Tabela 1, intitulada “Registros do diário de campo”, sintetiza as informações coletadas desde o início da pesquisa. Estruturada em quatro categorias, reúne dados sobre datas das atividades, motivação da visita, municípios visitados e sujeitos e grupos presentes, proporcionando uma visão geral das interações.

Tabela 1. Registros do diário de campo.

Síntese do diário de campo				
Data	Motivação	Local	Atores sociais presentes	Breves apontamentos
27-28/06/23	Expedição comemorativa 5 anos do Parque	Município de Lima Duarte-Distrito Monte Verde. Visitas: Pico das Três Divisas (PESNM) Cachoeira do Ingá (dentro do raio de 5km).	Proprietários do entorno direto, gerente do PESNM, Técnico IGR Serras de Ibitipoca, Guias de turismo local, pesquisadores e amigos do parque.	Observou-se um esforço conjunto entre os diferentes setores para fomentar o turismo no PESNM e no entorno.
12/07/23	Visita institucional da prefeitura de Lima Duarte no PESNM realizada com o objetivo de conhecer o território.	Município de Lima Duarte-São Sebastião do Monte Verde. Visitas: Pico das Três Divisas (PESNM).	Gerente do PESNM, guia local, funcionárias da prefeitura de Lima Duarte.	A ação permitiu uma aproximação inicial com as dinâmicas locais e com os principais atores envolvidos na região a fim de compreender suas demandas.

Síntese do diário de campo				
12/04/24	Apresentação da equipe do Plano de Manejo para a comunidade	São Sebastião do Monte Verde-Lima Duarte	Equipe técnica do Plano de Manejo, Prefeito de Santa Bárbara do Monte Verde, Representante Sebrae, moradores que serão desapropriados e do entorno do parque.	Durante o trabalho de campo, identificou-se uma comunidade bastante interessada, porém com muitas dúvidas que poderiam ter sido sanadas anteriormente demonstrando falta de comunicação. A equipe responsável pelo plano de manejo demonstrou preparo técnico, conhecimento sobre o território e vínculos afetivos com a região.
19-21/04/24	Apresentação da Equipe do Plano de Manejo para o município de Olaria. Reunião e expedição para	Município de Olaria. Cruz do Negro (PESNM)	Equipe do Plano de Manejo, Representantes da prefeitura de Olaria, Proprietários do entorno e limites dos municípios de	A reunião no município teve características similares àquela realizada em Lima Duarte. Foi notável a presença de moradores em

Síntese do diário de campo				
	reconhecim ento da área do Parque no município de Olaria.		Olaria e Lima Duarte.	ambos os encontros, sinalizando o envolvimento de um grupo específico mais articulado e interessado no processo.
17-19/05/24	Reconhecim ento de áreas pouco visitadas com foco nos atrativos espeleológic os da região.	Funil- Município de Rio Preto	Expedição guiada por um guia local, parte da equipe de plano de manejo.	A visita teve caráter exploratório por parte de pesquisadores da região. Todos os participantes demonstraram o mesmo objetivo: conhecer melhor o território e identificar potenciais atrativos da área.
08/08/24	Consulta pública sobre novo parque Municipal no município de Olaria	Olaria	Gerente do PESNM, Técnico IGR, Proprietários dos municípios de Olaria e Lima Duarte	A reunião, embora não tivesse como pauta central o PESNM, foi significativa para a pesquisa de campo. A Serra Negra foi mencionada por

Síntese do diário de campo				
				diversos moradores, que compartilharam sentimentos de insegurança diante da criação do parque e receios relacionados à proposta de uma nova unidade de conservação de menor porte.
05/12/24	Seminário do Parque Estadual Negra da Mantiqueira	Olaria	Técnico IGR, Equipe do plano de Manejo, SEBRAE, Representantes das prefeituras dos quatro municípios, comunidades do entorno do Parque, pesquisadores.	A reunião teve como objetivo encerrar as etapas previstas no ciclo do plano de manejo. Foram percebidas divergências e tensões por parte de moradores e integrantes da equipe. O encontro foi realizado em horário comercial, o que pode ter dificultado a ampla participação popular.
06/12/24	1º Colóquio Regional de	Universidade Federal	Comunidade acadêmica com	O evento teve baixa participação de

Síntese do diário de campo				
	Espeleologia e paisagens quartzíticas do Grupo de Estudos do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira	de Juiz de Fora	foco na espeleologia, membros da equipe do plano de manejo e moradores do entorno do parque, guias locais.	pessoas não vinculadas ao meio acadêmico.
13/12/24	Reunião do Conselho consultivo do Parque	Reunião online	Conselheiros do Parque.	A baixa divulgação do encontro pode ter comprometido a participação comunitária.
04/02/25	Seminário do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira	Rio Preto - Funil	Gerente do PESNM, técnico IGR, prefeito Olaria, SEBRAE, equipe plano de manejo, moradores de Rio Preto.	Reunião ocorrida durante a semana, também em horário comercial, contou com participação de empresários locais. O momento foi destinado à explicação de ciclos relacionados ao plano de manejo, sendo notável a presença e atuação do SEBRAE na região.

Síntese do diário de campo				
17-19/02/2025	Campo para entrevistas	Lima Duarte	IEF, Técnicos, Representante da prefeitura de Lima Duarte e Morador do entorno direto do PESNM.	As observações sobre os campos foram inseridas na análise das 4 categorias de análise.
21/02/2025	Campo para entrevistas	Juiz de Fora	Representante regional do IEF.	As observações sobre os campos foram inseridas na análise das 4 categorias de análise.
30/03/2025	Entrevistas com moradores	Lima Duarte	Proprietários do entorno direto do parque e moradores que serão desapropriados.	As observações sobre os campos foram inseridas na análise das 4 categorias de análise.
02/04/2025	Entrevistas com moradores e representantes do IEF	São Sebastião do Monte Verde-Lima Duarte e Olaria.	Proprietários do entorno direto do parque e moradores que serão desapropriados.	As observações sobre os campos foram inseridas na análise das 4 categorias de análise.
07/04/2025	Entrevistas com moradores	Lima Duarte	Proprietários que serão desapropriados	As observações sobre os campos foram inseridas na análise das 4 categorias de análise.

Síntese do diário de campo				
09/04/2025	Entrevista com proprietário do entorno do PESNM	Lima Duarte	Proprietário do entorno direto.	As observações sobre os campos foram inseridas na análise das 4 categorias de análise.

Fonte: elaboração própria (2025)

Além da observação direta, a pesquisa envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos sociais que estiveram diretamente envolvidos no processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, bem como com aqueles que sofreram as repercussões socioespaciais decorrentes desse processo. Cabe destacar que as entrevistas realizadas de forma remota, por meio de plataformas como Google Meet ou chamadas de vídeo pelo WhatsApp, não foram registradas no diário de campo. No entanto, suas contribuições foram devidamente analisadas e incorporadas à pesquisa por meio da análise de conteúdo.

Entre os interlocutores estão: o gerente do parque, Coordenador Regional do Instituto Estadual de Florestas, representante do Circuito Serras de Ibitipoca, representantes das prefeituras de Lima Duarte, Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde e Rio Preto (incluindo vereador, ex prefeito, 3 exs secretários de turismo, representante do município de Lima Duarte no conselho gestor do parque), 17 moradores dos quatro municípios envolvidos, sendo 5 membros de associações de moradores, associações de produtores rurais e grupo de empresários, 3 pesquisadores de diferentes áreas dos saberes atuantes na região, 1 integrante da equipe responsável pelo Plano de Manejo do PESNM, 1 representante do SEBRAE, 1 técnico da EMATER (ver Apêndices A, B, C).

Foi realizada uma organização/caracterização dos entrevistados, a partir dos vínculos com o território transformado em parque, município a que pertencem e as participações no processo de criação do parque, conforme Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Perfil dos entrevistados.

nº	Vínculo com o território	Município	Atividades exercidas no processo de criação do parque
1	• Proprietária há 23 anos • Dona de RPPN • Forasteira	Lima Duarte	Participou de algumas reuniões de consulta pública; Participou de uma reunião do plano de manejo.
2	• Proprietário há 18 anos • Frequenta a região há 22 anos • Atual presidente da AMASF • Associado desde sua criação • Forasteiro	Rio Preto	Participou de todas as reuniões do município de Rio Preto e de algumas do município de Santa Bárbara; Participou da oficina participativa do plano de manejo.
3	• Coordenador regional do Instituto Estadual de Florestas • Analista Ambiental • Representação do Estado • Participou do estudo técnico do IEF	Juiz de Fora	Participou das reuniões de consulta pública e das DIPUCS e da reunião do dia 4/07/18.
4	• Gerente do Parque • Analista ambiental do IEF • Retornou para o município no final de 2014 • Participou do estudo técnico do IEF	Lima Duarte	Atuou diretamente a partir do estudo técnico.
5	• Morador da comunidade do Funil • Condutor local – Rio Preto • Membro do Sertão Proibido • Nativo	Rio Preto	Participou das reuniões de consulta pública; Foi o facilitador do município; Participou da oficina participativa no plano de manejo.
6	• Ex-Secretária de Turismo – Santa Bárbara do Monte Verde (2022–2024) • Nativa	Santa Bárbara	Participou apenas de algumas reuniões do plano de manejo e de alguns campos acompanhando a equipe.
7	• Ex-Secretário de Turismo – Rio Preto • Membro da IGR Serras de Ibitipoca • Participou do estudo técnico do IEF • Nativo	Rio Preto	Participou de algumas reuniões de consulta pública.
8	• Técnico ambientalista • Turismólogo	Lima Duarte	Participou ativamente das DIPUCS, reuniões de consulta pública e da reunião do dia

	• Representante da IGR Serras de Ibitipoca • Membro da equipe de plano de manejo • Participou 1º conselho consultivo do PESNM • Participou do estudo técnico do IEF		4/07/18. Membro do plano de manejo e ex-representante da IGR no conselho do Parque.
9	• Proprietário do entorno do PESNM • Condutor local • Ex presidente da IGR Serras de Ibitipoca • Nativo de Lima Duarte	Olaria	Participou do plano de manejo.
10	• Proprietário do entorno do Parque • Coordenador geral da equipe do plano de manejo • Membro PREA • Participou do estudo técnico do IEF • Forasteiro	Mora em Juiz de Fora-proprietário em Rio Preto	Participou do estudo técnico de 2017; Membro da equipe do plano de manejo.
11	• Representante do SEBRAE • Forasteiro	Lima Duarte	Financiamento de parte do plano de manejo. Ações de profissionalização da população nos quatro municípios.
12	• Proprietário com terras dentro dos limites do PESNM • Forasteiro	Santa Bárbara do Monte Verde- Três Cruzes	Participante das oficinas do plano de manejo.
13	• Técnico ambientalista • Ex-Secretário de Turismo – Lima Duarte • Membro da IGR Serras de Ibitipoca • Participou do estudo técnico do IEF	Lima Duarte	Presente desde o início no processo de criação teve um papel fundamental no seu município para articulação e comunicação com a comunidade
14	• Morador com família desapropriada • Proprietário na zona de amortecimento	Olaria- Lima Duarte	Participou do plano de manejo.
15	• Técnico da EMATER • Técnico ambientalista • Forasteiro	Lima Duarte	Presente desde a primeira visita técnica; participou de algumas reuniões de consulta pública.
16	• Proprietário desapropriado • Nativo	Lima Duarte-Santa	Participou da maioria das reuniões de consulta pública e

		Bárbara do Monte Verde	das reuniões do plano de manejo.
17	• Pesquisadora da fauna e flora – pioneira na região	Juiz de Fora-pesquisas em Rio Preto	Não participou ativamente do processo de criação.
18	• Vereador Rio Preto • Historiador • Membro da equipe de plano de manejo	Rio Preto	Participou da reunião de consulta pública e do plano de manejo.
19	• Amigo da Serra há 12 anos • Membro da equipe de plano de manejo	Juiz de Fora	Frequenta a Serra Negra da Mantiqueira há mais de 10 anos; Participou do plano de manejo.
20	• Presidente da Associação Comunitária de Moradores e Amigos da Comunidade de Tres Cruzes	Santa Bárbara do Monte Verde	Participou de poucas reuniões relacionadas ao PESNM.
21	• Representante da prefeitura de Lima Duarte • Membro do conselho consultivo do Parque (2022-2026)	Lima Duarte	Acompanhou a equipe do plano de manejo representando o município.
22	• Pesquisador • Membro da equipe de plano de manejo. • Forasteiro	Lima Duarte	Participante da equipe do plano de manejo. Tem pesquisa sobre o PESNM.
23	• Proprietário de terras no limite do parque • Ex presidente da Associação dos Produtores Rurais; • Vice presidente da Associação dos Produtores Rurais (atualmente)	Olaria	Participou de algumas reuniões de consulta pública.
24	• Técnico do IEF aposentado • Técnico ambientalista • Participou do estudo técnico do IEF	Lima Duarte	Participou nas primeiras visitas ao território onde hoje é o parque, participou ativamente das reuniões de consulta pública e DIPUCS.
25	• Ex prefeito (2016-2024)	Olaria	Participou das reuniões de consulta pública, estava presente na reunião do dia 4/07/18.
26	• Proprietário no entorno do Parque • Nativo	Lima Duarte	Participou de diversas reuniões, as de consulta pública e as do plano de manejo.
27	• Proprietária nos limites do parque Lima Duarte • Nativa	Lima Duarte e Olaria	Participou das reuniões pré decreto e das reuniões do plano de manejo.

28	• Proprietário que será desapropriado • 3º geração da família • Nativo	Lima Duarte	Participou das DIPUCS e das reuniões do plano de manejo.
29	• Proprietário no entorno do parque	Rio Preto	Participou das DIPUCS, reunião de consulta pública.
30	• Pesquisador da UFJF • Atua na região do PESNM há mais de 9 anos com pesquisas sobre aspectos físicos da região.	Juiz de Fora	Participou brevemente do plano de manejo mas não compôs oficialmente o grupo.
31	• Proprietário e morador do entorno do PESNM no município de Olaria • Desapropriado em partes de suas terras	Olaria	Não participou ativamente das reuniões.
32	• Proprietário do entorno do Parque • Nativo	Olaria	Não participou ativamente das reuniões.

Fonte: elaboração própria (2025).

A tabela tem como objetivo identificar os entrevistados de forma a preservar o anonimato, especialmente no caso dos proprietários. Para tanto, quando mencionados ao longo do texto, esses sujeitos serão referenciados por meio da numeração atribuída na Tabela 2, seguido de uma breve descrição dos sujeitos. Ressalta-se que os números indicados na tabela correspondem a uma ordem aleatória, não refletindo qualquer hierarquia, classificação ou sequência cronológica.

O objetivo das entrevistas foi compreender as visões, interesses e percepções dos diferentes agentes territoriais envolvidos na criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, investigando como se deu esse processo e quais impactos gerou em suas práticas materiais e simbólicas. Buscou-se identificar os diferentes olhares e interesses em jogo, bem como identificar como se deu a participação social ao longo do percurso.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF e aprovada (ver anexo 1). Assim, após a aceitação dos participantes, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndice D), devidamente lido e assinado, sendo garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes.

Alguns dos sujeitos da pesquisa foram identificados através do método de

pesquisa bola de neve, caracterizando uma amostra não probabilística baseada em redes de referência. Vinuto (2014, p. 203) destacou que "a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados". A escolha desse método foi corroborada por Becker (1993), que evidenciou:

Essa estratégia resolve o problema de acesso de forma conveniente: pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente a outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve (Becker, 1993, p. 155).

As respostas obtidas nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo foram analisadas e sistematizadas com base em uma adaptação do método de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016). Trata-se de um conjunto de técnicas voltadas à análise de dados qualitativos, caracterizado por sua objetividade, sistematização, flexibilidade e possibilidade de quantificação.

Ainda segundo a autora, a análise de conteúdo desenvolve-se em três etapas principais. A primeira, denominada pré-análise, envolveu a definição dos objetivos da análise, a seleção do material a ser examinado e a realização de uma leitura flutuante dos dados, com o intuito de formular hipóteses e estabelecer indicadores norteadores. A segunda etapa, de exploração do material, consistiu na codificação dos dados, por meio da decomposição dos textos em unidades de registro (palavras, frases ou parágrafos), que foram agrupadas em categorias temáticas, previamente estabelecidas ou emergentes. Essa categorização permitiu identificar padrões de sentido, recorrências e palavras-chave alinhadas aos objetivos da pesquisa.

Durante a fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os dados codificados foram analisados com o objetivo de identificar significados mais amplos e construir uma narrativa analítica que respondesse às questões de pesquisa. A análise de conteúdo se revelou uma metodologia amplamente aplicável em áreas como ciências sociais, estudos de comunicação e pesquisas educacionais, sendo útil para compreender comportamentos, percepções e valores a partir de diferentes fontes de dados.

De acordo com Krippendorff (2018), o método pode ser utilizado tanto de

forma qualitativa quanto quantitativa, conforme as necessidades do estudo, permitindo uma compreensão mais profunda dos fenômenos investigados. Além disso, como observado por Hsieh e Shannon (2005), a análise de conteúdo qualitativa pode ser conduzida por meio de abordagens variadas, como a convencional, a dirigida e a somativa, possibilitando uma adaptação flexível às particularidades de cada pesquisa. Assim, a análise de conteúdo se destacou como uma ferramenta essencial para a interpretação rigorosa e sistemática de dados textuais em diferentes contextos. Campos (2004) apontou que:

A análise de conteúdo como conjunto de técnicas se vale da comunicação como ponto de partida. Diferente de outras técnicas como a estocagem ou indexação de informações, a crítica literária é sempre feita a partir da mensagem e tem por finalidade a produção de inferência (Campos, 2004, p. 613).

O tratamento e análise foram norteados pelos temas de investigação adotados nesta pesquisa, com base no referencial teórico: a) grupos e representantes envolvidos na criação do parque; b) percepções sobre o parque; c) tensões e conflitos; d) implicações nos modos de vida.

Essa metodologia permitiu extrair das respostas dos entrevistados o máximo de significados, a partir dos objetivos e hipóteses propostos. Esse método de análise refere-se a todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistem na explicitação, sistematização e interpretação do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo, com índices passíveis ou não de quantificação. O interesse dessa metodologia não residiu na descrição dos conteúdos, mas no que estes puderam ensinar após serem tratados. A intenção da análise de conteúdo foi a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorreu a indicadores (quantitativos ou não).

Com base nas estratégias metodológicas adotadas, espera-se que esta pesquisa tenha contribuído significativamente para o entendimento das dinâmicas socioterritoriais e das implicações da criação de áreas protegidas, como o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, nos modos de vida e práticas dos agentes envolvidos.

Ao integrar diferentes abordagens e técnicas de coleta e análise de dados, a pesquisa buscou oferecer uma visão abrangente sobre o processo de concepção do

PESNM e promover uma reflexão sobre seus impactos. Assim, pretende-se não apenas enriquecer o campo acadêmico com novas perspectivas, mas também fornecer contribuições relevantes para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões que favoreçam a sustentabilidade e a justiça social.

3. TERRITÓRIO: CONCEITO BASILAR DA PESQUISA

No âmbito do entendimento do processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, o conceito de território foi adotado como alicerce teórico e metodológico da investigação, por priorizar a dimensão política de análise. Os estudos territoriais sugerem um olhar para as diferentes forças conformadoras de um dado recorte espacial, elucidando formas de uso, visões, sentidos e interesses inerentes a esse campo de poder e de disputas. Assim, é possível analisar as causas e dinâmicas de tensões e conflitos territoriais de maneira crítica, superando descrições superficiais, de modo a contribuir para uma compreensão mais aprofundada das relações de poder e das práticas sociais que moldam o espaço e suas disputas antes e depois da criação do PESNM.

Uma das categorias centrais da ciência geográfica, o conceito de território, vem se transformando ao longo da história. Santos (2005) destaca que a noção de território que se utiliza na atualidade é, em grande parte, uma herança da Modernidade, caracterizada por conceitos rígidos que, por muito tempo, permaneceram quase inalterados. No entanto, para o autor, o que realmente confere relevância ao território na análise social é o uso que se faz dele, e não o território em si. Esse conceito é híbrido e complexo, exigindo revisões históricas constantes, mas uma característica essencial se mantém, o território funciona como o cenário onde se desenrola a nossa existência. Assim, compreendê-lo é crucial para evitar a alienação e a perda do sentido de nossa existência, tanto individual quanto coletiva, assegurando, ao mesmo tempo, um futuro significativo.

Nesse sentido, a discussão sobre unidades de conservação, como destaca Vallejo (2002), é frequentemente complexa devido à sua dificuldade de integrar as diversas abordagens sobre o conceito de território. Em algumas circunstâncias, essas abordagens, especialmente as que tratam das relações sociais — sejam políticas, antropológicas ou geográficas —, acabam gerando dicotomias ou

exclusões, dependendo da perspectiva adotada por quem as analisa. Essa complexidade se reflete na forma pela qual o Estado impõe novas regras de uso e ocupação, a gestão estatal inevitavelmente gera novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais.

Raffestin (1993), ao definir o território como a "apropriação concreta ou abstrata do espaço por um ator sintagmático", chama atenção para o fato de que o território é moldado pelos simbolismos atribuídos ao espaço, e é a partir desses simbolismos que emergem as relações de poder. Em consonância com essa visão, Souza (2000) reforça que o território é, essencialmente, o espaço das relações de poder, onde as dinâmicas sociais são continuamente reproduzidas e refletidas. Fernandes (2012) acrescenta que, embora todo território seja um espaço, nem todo espaço pode ser considerado um território.

Na mesma direção, Souza (2016) compreende o território "como projeção espacial de uma relação de poder, o território é, no fundo, em si mesmo, uma relação social. Mais especificamente, uma relação social diretamente espacializada" (Souza, 2016, p. 27). Em uma unidade de conservação, essas dinâmicas de poder são especialmente relevantes, pois envolvem decisões cruciais sobre quem pode acessar, utilizar e gerir os recursos naturais⁴, o que revela a complexidade das interações sociais e políticas nesse contexto.

Torna-se pertinente dialogar com a perspectiva teórica de Haesbaert (2007), que amplia a compreensão do território como uma construção plural, vivida e disputada por diferentes atores sociais. O autor argumenta que o território, compreendido como "espaço-tempo vivido", é intrinsecamente plural e complexo, desafiando a visão "unifuncional" imposta pela lógica capitalista e pelo Estado moderno, que busca uniformizar o espaço territorial. Essa visão ignora a coexistência de múltiplas formas de territorialidade e jurisdições, contrastando com o sistema feudal que aceitava uma organização mais fragmentada. O território, portanto, se configura como um espaço de disputa e negociação onde diferentes atores exercem poder e influência, refletindo suas dimensões políticas, sociais,

⁴ O recurso natural pode ser definido como qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo utilizado direta ou indiretamente pela sociedade para a satisfação de necessidades físicas e culturais, em determinado tempo e espaço. Os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica, materiais ou imateriais, que ainda não sofreram transformações significativas pelo trabalho humano e cuja gênese independe da ação antrópica. No entanto, historicamente, esses recursos foram atribuídos a valores econômicos, sociais e culturais, sendo compreendidos apenas a partir da relação entre sociedade e natureza (

culturais e econômicas.

Haesbaert (2004) interpreta três perspectivas para compreender o território: a materialista, que o vê como um recurso natural; a idealista, que o considera um campo simbólico de interação cultural e poderes invisíveis; e a integradora, que aborda a interseção entre esferas econômicas, naturais e relações de poder. Assim, o território é visto não apenas como um espaço físico, mas como um recorte espacial moldado por relações de poder que envolvem atores diversos, desde o Estado até as comunidades locais e organizações, refletindo a imbricação de múltiplas dimensões de poder.

A compreensão do território requer a análise da interação entre natureza e cultura dentro das unidades de conservação. Esses territórios não resultam apenas de recortes espaciais de grande relevância em termos de biodiversidade, mas também expressam vínculos simbólicos e culturais associados às práticas econômicas e socioculturais, caracterizando-se por um forte conteúdo identitário. Esse enfoque aponta para a necessidade de uma análise da dinâmica histórica e contemporânea desses territórios, dos processos de territorialização desenvolvidos ao longo do tempo e dos exercícios de territorialidade neles incidentes. Dessa forma, a concepção de território encaminha a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as dimensões simbólicas e culturais que permeiam as áreas protegidas, para que seja possível o entendimento acerca de como esses espaços são vivenciados e percebidos pelas comunidades locais.

Neste sentido, a conceituação de territorialidade é decodificada por Sack (1986) com relação como as sociedades humanas organizam, reivindicam e interagem com o espaço geográfico. Este conceito transcende a esfera da simples delimitação física de fronteiras, integrando elementos sociais, culturais e políticos que moldam a relação das comunidades com o território que habitam. A territorialidade, em sua essência, analisa as complexas dinâmicas entre a sociedade e o espaço geográfico, ressaltando como a organização, reivindicação e interação com o território são fundamentais para a compreensão das dinâmicas espaciais e as identidades culturais.

Assim, ao estabelecer áreas protegidas, é crucial que a gestão das unidades de conservação, como parques, compreenda esses conceitos para desenvolver atividades que sejam compatíveis com as práticas locais já existentes, promovendo,

dessa forma, a preservação tanto ambiental quanto cultural.

Para compreender a importância da territorialidade no caso das populações rurais, é fundamental reconhecer que seus territórios não são apenas espaços físicos, mas sim estruturas integradas que sustentam todas as formas de reprodução social. Assim, o território não serve apenas como um espaço habitável, mas como uma base para a reprodução das práticas e relações que definem a existência dessas populações em termos materiais e simbólico-culturais. Como afirmam Pimentel e Ribeiro (2016),

A territorialidade das populações tradicionais é que constrói os seus territórios, já que esses abrigam todas as formas de reprodução, ou seja, a dimensão social, que inclui a econômica, a política e a cultural. Nesse caso, o território tem um valor para a existência multidimensional das pessoas. E o seu remanejamento não é uma simples desocupação de uma área, é sua desterritorialização social, econômica, política e cultural (Pimentel e Ribeiro, 2016 p. 230).

A criação de um parque e a definição de sua zona de amortecimento representam, de forma prática, a imposição de restrições ao cotidiano dos moradores dessas áreas, objetivando minimizar impactos sobre a área protegida e garantir a conservação dos recursos naturais. Entretanto, essas restrições afetam diretamente o modo de vida local e as territorialidades envolvidas, muitas vezes, gerando tensões e conflitos territoriais. Para Sack (1986):

A territorialidade então é um uso sensato historicamente no espaço. Especialmente, uma vez que ela é socialmente construída e depende de quem está controlando quem e por quê. Ela é o componente geográfico chave para se entender como a sociedade e o espaço estão interconectados (Sack, 1986, p.5).

Saquet e Sposito (2009) determinam que os conflitos territoriais surgem da disputa pelo controle e uso de áreas específicas, frequentemente envolvendo questões relacionadas a recursos naturais, identidade cultural e poder político. Esses conflitos são caracterizados pela complexidade das interações entre diferentes grupos sociais e econômicos que competem por um espaço limitado. A compreensão desses conflitos exige uma análise profunda das relações de poder, das práticas culturais e das estratégias de negociação entre os diversos agentes. Para os autores, é necessário adotar uma abordagem multidimensional que leve em

conta as diversas territorialidades em jogo e os atores sociais envolvidos.

Conforme discutido, a regularização fundiária pela legislação específica de Minas Gerais, é entendida pela transferência do domínio ou da posse dos imóveis constantes no interior do perímetro de cada UC, cuja categoria determina a posse e domínio público. Lima e Alves (2020) mencionam que:

A relação entre Estado e território assinala para a necessidade de implantação de infraestruturas através do poder do Estado, considerando que o território ao adquirir novos significados a partir da multiplicidade de seu uso – ênfase no uso político –, conduz ao Estado a inevitabilidade de planejar a partir de políticas que promovam a ordenação do território na perspectiva do desenvolvimento (Lima; Alves, 2020, p. 4).

Nesse contexto, o conceito de reterritorialização, apresentado por Haesbaert (2004), oferece uma nova perspectiva sobre o fenômeno da desterritorialização. Em vez de simplesmente resultar na perda ou destruição de territórios, observa-se uma intensificação e complexificação do processo de reterritorialização. A ideia de desterritorialização, frequentemente considerada um "mito", não nega a ocorrência de transformações territoriais, mas ressalta que esses processos estão sempre acompanhados por novos movimentos de reterritorialização.

Deleuze e Guattari (1996), por sua vez, afirmam que a desterritorialização nunca ocorre de forma isolada, estando sempre atrelada a um processo simultâneo de reterritorialização, no qual novas formas de territorialidade emergem. Para os indivíduos mais privilegiados, a reterritorialização pode parecer um processo contínuo e dinâmico, enquanto aqueles em situação menos favorecida enfrentam uma desterritorialização severa e precária, dificultando sua reinserção na dinâmica territorial. Dessa forma, compreender esses processos é essencial para o desenvolvimento de novas perspectivas políticas e sociais na gestão e no controle dos territórios.

Por isso não é possível entender os conflitos associados às áreas protegidas sem compreender o conceito central de território e territorialidade. Porto Gonçalves (2004) afirma:

Ao privar pequenas comunidades tradicionais do direito à terra e à utilização dos recursos ambientais ali presentes, ocorre a expropriação

desterritorializando homens e mulheres, que ao serem “separados das condições naturais essenciais para sua reprodução se tornarão vendedores da sua capacidade de trabalho e compradores de mercadoria (Porto-Gonçalves, 2004, p.67).

Esses conflitos, muitas vezes relacionados ao uso e acesso ao território, envolvem interesses divergentes entre populações tradicionais, governos e empresas. Compreender essa perspectiva oferece um quadro analítico para avaliar e mediar esses interesses, ajudando a encontrar soluções que sejam justas e sustentáveis para todas as partes envolvidas. Os autores Saquet e Silva afirmam que:

O território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem acreditar que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial (Saquet e Silva, 2008, p.14).

De acordo com Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos socioambientais surgem das diversas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. A base cognitiva para os discursos e ações dos envolvidos nesses conflitos é moldada por suas perspectivas sobre o uso do espaço. Vallejo (2002) afirma que “o espaço é anterior ao território, pois o ator territorializa o espaço” e que predominantemente nas unidades de conservação de proteção integral, o conflito é uma objeção esperada, seja pela remoção das populações locais ou pela limitação e controle na participação dos moradores.

Ao abordar a dimensão política do território, Lima e Alves (2020) apontam que os acontecimentos políticos são frequentemente construídos socialmente e não são inatos, embora sejam apresentados como elementos intrínsecos à sociedade. O controle político do território, portanto, exige a implementação de políticas públicas que visem ordenar e qualificar esse recorte espacial. Nesse contexto, é possível reconhecer o papel desempenhado pelo Estado, um agente territorial de grande relevância e poder na definição dos usos de um dado território. O Estado atua não apenas como um regulador, mas também como um modificador e produtor do território. Essa compreensão ampla do território revela sua importância como conceito fundamental em pesquisas sobre áreas protegidas e unidades de conservação.

A identidade territorial constitui outro conceito fundamental para o

entendimento dos diferentes olhares e interesses envolvidos no processo de criação do PESNM. Segundo Chelotti (2010), ela pode ser interpretada como a identidade social que emerge da apropriação simbólica e material do espaço geográfico, evidenciando a relação profunda entre o indivíduo, a coletividade e o território. O autor afirma, que essa apropriação se manifesta tanto no âmbito das representações e narrativas simbólicas quanto nas práticas concretas que moldam o uso e a vivência do território. Nesse sentido, o espaço geográfico torna-se um componente essencial dos processos de identificação social, atribuindo-lhe um valor que vai além de sua mera função econômica ou geopolítica. Portanto, todo território carrega consigo uma carga simbólica, sendo avaliado positiva ou negativamente pelos seus habitantes.

Nesse sentido, a implementação de parques impacta significativamente a identidade territorial das comunidades que habitam ou dependem dos recursos da área destinada à conservação. No Brasil, o modelo conservacionista adotado, inspirado no modelo norte-americano, frequentemente resulta na exclusão das populações que tradicionalmente ocupavam essas regiões, comprometendo sua relação com o território e seus costumes.

Sancho-Pivoto (2017), sinaliza que a criação de parques nacionais sob a lógica da proteção integral frequentemente desconsidera a presença histórica dessas comunidades, mesmo quando sua ocupação não representa ameaça ao equilíbrio ambiental. Essa remoção forçada gera impactos profundos, interferindo nos modos de vida locais, nas tradições e no patrimônio cultural da região.

Ao transformar uma área em parque, prioriza-se a rigidez locacional da conservação ambiental em detrimento da identidade territorial das comunidades que historicamente habitam e manejam esses espaços. Como destaca Marra (2012), o modelo brasileiro de implantação de parques, ao permitir a visitação mas proibir a moradia, resulta na desapropriação e remoção de populações locais, inviabilizando a continuidade de práticas culturais e econômicas ligadas ao território. Segundo a autora, essa lógica, que separa ser humano e natureza, reflete uma perspectiva urbana que reduz a terra e seus recursos a produtos de mercado, desconsiderando o papel essencial das comunidades tradicionais na preservação ambiental e cultural. A indenização oferecida pela perda da posse ou propriedade não compensa os danos imateriais causados pelo rompimento dos laços sociais e culturais, levando

muitas famílias a migrarem para áreas urbanas, onde enfrentam dificuldades de adaptação, perda de identidade e desestruturação de seus modos de vida.

O reconhecimento dos saberes e práticas tradicionais como patrimônio cultural é fundamental para sua preservação e valorização, uma vez que esses grupos desenvolveram, ao longo do tempo, conhecimentos e técnicas de manejo ambiental sustentável, os quais se perdem quando são expulsos de seus territórios. O estudo e a incorporação desses saberes podem contribuir para estratégias de conservação mais eficazes e integradas, respeitando tanto o meio ambiente quanto os modos de vida locais. Assim, a exclusão dessas comunidades dos processos de implantação de parques não se justifica; ao contrário, é essencial promover sua participação ativa, assegurando a continuidade de seus costumes, manifestações culturais e práticas de manejo ambiental. Como reforça Marra (2012), incluir os moradores do entorno das unidades de conservação é crucial, pois esses grupos detêm um conhecimento intrínseco sobre a biodiversidade local, os hábitos da fauna e as áreas ecologicamente mais sensíveis.

A partir do conceito de território, compreende-se que este não se limita a um recorte físico ou administrativo, mas constitui um espaço vivido, atravessado por relações de poder, identidades, memórias e conflitos (Souza, 2000). As dinâmicas territoriais envolvem disputas simbólicas e materiais, manifestando-se nas formas como os sujeitos se apropriam, significam e transformam os espaços. Sob essa perspectiva, torna-se essencial compreender como tais dinâmicas se expressam na criação de áreas protegidas, especialmente em contextos nos quais há sobreposição entre objetivos de conservação ambiental e a permanência de populações locais. Nesse sentido, o próximo capítulo propõe aprofundar a discussão sobre as unidades de conservação no Brasil, com atenção ao seu histórico, fundamentos legais e objetivos.

4. ÁREAS PROTEGIDAS: BASE CONCEITUAL E HISTÓRICA

Ao longo da história, a relação entre a sociedade e natureza tem sido marcada por disputas em torno da posse e do uso da natureza impulsionadas por diferentes interesses. A conservação da biodiversidade, frequentemente secundarizada, passou a ganhar atenção diante da necessidade de garantir a sustentabilidade da diversidade ecológica. Nesse contexto, surgiram espaços

destinados à exploração ou preservação ambiental, os quais foram se transformando conceitualmente e funcionalmente ao longo do tempo. A diversidade de propostas e finalidades levou diferentes países a estabelecerem critérios próprios para a sistematização de suas áreas protegidas. Esse processo, por sua vez, é moldado por contextos políticos, econômicos e sociais específicos, que influenciam diretamente as formas de classificação e gestão dessas áreas. Assim, a constituição das áreas protegidas reflete tanto um acúmulo histórico de saberes quanto decisões políticas tomadas para a efetivação de medidas voltadas à proteção ambiental (Almeida, 2014).

Diante dessa complexidade, este capítulo tem como objetivo apresentar o processo histórico de criação das áreas protegidas, os principais marcos legais que regulamentam sua existência no Brasil e os paradigmas de gestão que orientam sua implementação.

Portanto, busca-se compreender como esses espaços foram sendo transformados ao longo do tempo, quais interesses influenciaram sua consolidação e quais desafios permanecem em relação à sua efetividade enquanto instrumentos de conservação e justiça socioambiental.

4.1 O contexto global

A relação entre o ser humano e a natureza passou por profundas transformações, impactando tanto nossa compreensão quanto a forma de interação com o meio ambiente. A exploração do conhecimento e a compreensão sobre a terra e o universo são princípios que têm orientado a humanidade desde os filósofos gregos até os avanços da ciência contemporânea (Oliveira, 2011).

Santos e Amorim (2015) afirmam que as percepções sociais em relação à proteção da natureza estavam, inicialmente, pautadas em funções espirituais, religiosas, recreativas e na garantia de recursos naturais voltados à satisfação das necessidades humanas. Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2004) aponta que a concepção de uma natureza objetiva e externa ao ser humano — implicando a ideia de um homem separado da natureza — foi consolidada com o advento da civilização industrial, impulsionada pelo capitalismo. Essa perspectiva, ao longo dos anos, passou por transformações, e os motivos para a preservação ambiental tornaram-se mais diversos. Durante muito tempo, contudo, predominou uma visão utilitarista, na

qual a natureza era percebida como uma barreira a ser vencida e uma fonte inesgotável de recursos a serem explorados em nome do progresso.

A institucionalização das áreas protegidas é comumente atribuída à criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872. Esses espaços, inicialmente voltados à preservação de paisagens, eram administrados com uma governança centralizada e concebidos como territórios isolados do restante do espaço geográfico, desconsiderando as populações locais (Souza, 2013).

Ao longo do tempo, as motivações para a preservação ambiental foram ganhando diferentes nuances, refletindo duas correntes sobre a relação entre o ser humano e a natureza. De um lado, os preservacionistas propõem a proteção integral dos ambientes naturais intocados, buscando manter a natureza livre da intervenção humana, enquanto os conservacionistas defendem o uso racional e sustentável dos da natureza, numa perspectiva de equilíbrio entre exploração e conservação.

De acordo com Diegues (1996), as propostas de proteção ambiental associadas ao preservacionismo frequentemente desconsideram as populações tradicionais que habitam os territórios designados para preservação. O autor argumenta que essa abordagem, ao focar na proteção estrita dos ecossistemas e na criação de áreas protegidas livres de intervenção humana, gera implicações socioespaciais significativas. Entre essas implicações, destacam-se o deslocamento forçado de comunidades locais, a desestruturação de seus modos de vida e o enfraquecimento de suas relações culturais com o ambiente.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma nova inflexão na relação entre sociedade e meio ambiente, com ênfase na proteção da biodiversidade, valorizada por sua singularidade e irrecuperabilidade (EEA, 2012). No entanto, até então, não havia uniformidade nos conceitos, categorias e diretrizes voltadas à gestão das áreas protegidas, o que dificultava a consolidação de políticas conservacionistas integradas e eficazes.

Os debates ambientais ganharam maior relevância após dois marcos políticos importantes. O primeiro foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, foi o primeiro grande evento global a tratar das questões ambientais de forma integrada. O encontro reuniu 113 países e resultou na Declaração de Estocolmo, que estabeleceu 26 princípios orientadores para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A conferência também levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), responsável por coordenar ações internacionais em prol do meio ambiente. Um dos principais debates foi o conflito entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, destacando a necessidade de equilibrar progresso e sustentabilidade, especialmente nos países em desenvolvimento (UNEP, 2025).

Santos e Amorim (2023) apontam que a consolidação de instituições como a União Internacional pela Conservação da Natureza possibilitou a estruturação de um sistema internacional enquanto modelo destinado à criação e manejo das áreas protegidas. Essa tendência também foi observada no Brasil, o qual desenvolveu seu próprio sistema com base nas características locais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que será tratado no próximo tópico.

A ampliação das áreas protegidas ao longo do tempo esteve diretamente relacionada à evolução da percepção humana acerca da conservação ambiental, que passou a incorporar não apenas valores estéticos, mas aspectos simbólicos e de reconexão entre o ser humano e a natureza. Nesse cenário, observou-se o fortalecimento das organizações da sociedade civil, que passaram a desempenhar um papel relevante na formulação e implementação dessas áreas (EEA, 2012).

A definição de área protegida pela IUCN (1991) é “área dedicada primariamente à proteção e usufruto do patrimônio natural e cultural, ou manutenção da biodiversidade e/ou serviços de apoio à manutenção da vida ecológica”. Para promover uma melhor coordenação na criação e gestão de parques, levando em consideração que muitos países ainda não os haviam estabelecido, a IUCN organizou, em 1962, o Primeiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, que ocorreu em Seattle, EUA (Franco et al., 2015). Apesar dos avanços na criação de áreas protegidas, persistiram discrepâncias nas terminologias adotadas por diferentes países, uma vez que ainda não havia uma definição universalmente aceita para o conceito de área protegida. Ademais, essas unidades foram instituídas em contextos históricos e geográficos distintos, o que contribuiu para a heterogeneidade de classificações e abordagens (Santos e Amorim, 2023).

Outro marco importante para as questões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992 e reuniu representantes de 178 países para

discutir questões ambientais e desenvolvimento sustentável. Durante o evento, foram firmados acordos importantes, como a Convenção sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Agenda 21, um plano global para promover o desenvolvimento sustentável. A Rio-92 também resultou na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que estabeleceu princípios para a relação entre economia e ecologia (Almeida, 2007).

A partir desses eventos, temas como a redução das emissões de gases de efeito estufa começaram a ser abordados em acordos multilaterais internacionais, como o Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris e a Agenda 2030 (ONU, 2015). Nesse contexto, a preservação da biodiversidade e as áreas protegidas ganharam um novo papel na agenda ambiental global do século XXI. Essas áreas passaram a ser reconhecidas não apenas por sua importância na proteção da biodiversidade, bem como sumidouros essenciais de gases de efeito estufa, fundamentais para a mitigação e adaptação a eventos climáticos extremos. O valor dessas áreas, associado aos serviços ecossistêmicos que oferecem, passou a ser mais valorizado (Santos e Amorim, 2023).

No ano 2000, a Organização das Nações Unidas lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito metas voltadas para a redução da pobreza, a promoção da educação e a garantia da sustentabilidade ambiental até 2015. Dentre os objetivos, destacava-se a necessidade de preservar o meio ambiente, com ênfase na redução da perda da biodiversidade e na ampliação do acesso à água potável (ONU, 2000).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, realizada em 2012, revisitou os compromissos estabelecidos na Rio-92 e reforçou a necessidade de integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos no planejamento global. Como desdobramento desse evento, foram elaborados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados oficialmente em 2015, substituindo e ampliando as metas dos ODM com um escopo mais abrangente e inclusivo.

Diante desse cenário, avançamos para a discussão em âmbito nacional sobre as áreas protegidas, considerando as particularidades do contexto brasileiro e suas implicações para a consolidação dessas políticas.

4.2 O debate nacional sobre as áreas protegidas

As origens da proteção ambiental no Brasil remontam ao Período Colonial, quando começaram a surgir preocupações com a conservação da vegetação nativa, motivadas principalmente por interesses econômicos. Nos séculos XVIII e XIX, influenciados pelo pensamento iluminista, intelectuais brasileiros passaram a defender o uso racional dos recursos naturais como forma de promover o progresso nacional. Nomes como José Bonifácio de Andrada e Silva destacaram-se por enfatizar os benefícios sociais e econômicos dessa racionalidade, enquanto outros, como André Rebouças, propuseram a criação de parques com fins utilitários, incluindo o turismo (Franco *et al.*, 2015).

Apesar dessas iniciativas, o avanço institucional da proteção ambiental ocorreu de forma lenta. Foi apenas a partir da década de 1930 que políticas ambientais passaram a ser formalmente implementadas no país. Durante o governo de Getúlio Vargas, o primeiro Código Florestal foi criado, reconhecendo as florestas como de interesse comum e estabelecendo limites aos direitos de propriedade. Embora houvesse avanços pontuais, a proteção à natureza permaneceu secundária em um Estado voltado ao desenvolvimento econômico (Franco *et al.*, 2015). Nesse cenário, Medeiros (2006) afirma que:

No curto espaço de tempo entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais que dariam o suporte necessário para a efetiva criação de áreas protegidas no Brasil foi estabelecida, em contraposição ao imobilismo quase que total com que esta questão vinha sendo tratada pelo governo central desde a instituição da República em 1889 (Medeiros, 2006, p. 46).

A institucionalização política e administrativa de proteção da natureza, estabelecida na primeira metade do século XX, pode ser entendida então como resultado do contexto internacional, bem como de um vagaroso e extenso processo de valorização da natureza, influenciado por vários segmentos da sociedade brasileira (Irving, 2000).

A Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, conhecida como Convenção de Washington, assinada em 12 de outubro de 1940 e em vigor a partir de 1º de maio de 1942,

constituiu um dos primeiros esforços regionais de cooperação internacional para a conservação ambiental no continente (Medeiros, 2006).

Em 1958, a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza representou um marco na institucionalização da conservação ambiental no Brasil, assumindo papel relevante na articulação de políticas públicas e na promoção de uma cultura ambientalista (Medeiros, 2006).

Posteriormente ao Decreto nº 23.793/1934, foi promulgado o Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771/1965), que introduziu as categorias de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), estabelecendo novos parâmetros para a proteção ambiental no país. Com o passar dos anos, o arcabouço legal foi sendo ampliado, e diversas outras tipologias de áreas protegidas foram criadas. Entre elas, destacam-se as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federal, ambos instituídos pela Lei nº 5.197/1967; as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental, estabelecidas pela Lei nº 6.902/1981; além das Reservas Ecológicas e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, regulamentadas pelo Decreto nº 89.336/1984 (Medeiros, 2003).

A criação de áreas protegidas no Brasil teve um marco importante com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, que representou a concretização de anos de mobilizações iniciadas ainda durante o período colonial e imperial (Medeiros, 2006).

As primeiras organizações formais com foco ambiental surgiram predominantemente nas regiões Sul e Sudeste, estruturadas a partir de uma agenda que associava a preservação do meio ambiente à própria sobrevivência da humanidade. Esse cenário foi intensificado com o retorno dos exilados políticos da ditadura militar de 1964, que regressaram ao país influenciados pelos movimentos ambientalistas internacionais (Martins, 2012).

Desde a Conferência de Estocolmo, na década de 1970, os debates em torno do modelo de desenvolvimento passaram a se intensificar, marcados por avanços, retrocessos e disputas de interesse. No Brasil, esse processo foi impulsionado pela publicação, em 1972, de estudos que alertavam para o esgotamento dos recursos naturais, contribuindo para a consolidação de um ambiente político favorável ao surgimento do movimento ambientalista. Até o final dos anos 1980, tanto as políticas públicas voltadas à gestão ambiental quanto o próprio movimento ambientalista

adotaram, em grande parte, uma perspectiva que atribuía à natureza uma posição de primazia em relação ao ser humano. Nesse contexto, a criação de Unidades de Conservação (UCs) consolidou-se como uma das principais estratégias da política ambiental brasileira, pautada no modelo biogeográfico das chamadas 'ilhas de diversidade' (Martins, 2012).

A Conferência Rio-92 representou um ponto de inflexão ao articular as dimensões ambiental e social, promovendo compromissos globais como a Agenda 21 e convenções sobre clima, biodiversidade e desertificação. Até então, a gestão das unidades de conservação seguia um modelo centralizado e tecnocrático, com pouca participação da sociedade civil, refletindo uma visão que buscava conciliar uso humano e preservação ambiental por meio do conceito de “desenvolvimento sustentável” (Diegues, 2002). A partir da Rio-92, esse conceito foi amplamente difundido e incorporado a discursos políticos e empresariais, muitas vezes sob uma perspectiva economicista (Barbosa, 2013).

A partir da década de 1990, no contexto da redemocratização do país e com os avanços proporcionados pela Constituição Federal de 1988, consolidaram-se novos arranjos institucionais voltados à promoção de uma gestão mais participativa. A partir dos anos 2000, o protagonismo ambiental foi gradualmente substituído pela lógica empresarial, que passou a incorporar a “sustentabilidade” como estratégia de mercado e competitividade. Com isso, o conceito se popularizou, mas também se esvaziou em muitos contextos, perdendo parte de seu conteúdo político.

Diante desse cenário, é importante compreender como se deram as políticas ambientais no Brasil, uma vez que seu desenvolvimento revela não apenas a evolução das concepções sobre natureza e sociedade, mas também os conflitos, interesses e contradições que marcaram a consolidação de instrumentos como as UCs.

A construção do arcabouço jurídico ambiental brasileiro teve início com a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Esta legislação foi criada em um contexto de crescente preocupação com a degradação ambiental e a necessidade de um sistema integrado para a gestão ambiental. A Lei instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), um modelo que integrava órgãos e entidades em níveis federal, estadual e municipal, promovendo uma abordagem descentralizada e participativa.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) foi criado como um órgão consultivo e deliberativo responsável por formular normas e diretrizes para a proteção ambiental. Essa estrutura inicial buscava enfrentar a rápida industrialização e urbanização do Brasil, refletindo a necessidade urgente de regulamentação ambiental.

Na década de 1990, a legislação ambiental brasileira passou por um processo de consolidação, com a criação de normas que ampliaram e detalharam diretrizes já existentes. Um marco fundamental foi a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Essa legislação representou um avanço significativo na definição das categorias de áreas protegidas, estabelecendo a obrigatoriedade dos planos de manejo e promovendo uma gestão mais eficaz e integrada das unidades de conservação, em consonância com as melhores práticas internacionais. Entre 1979 e 1982, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em cooperação com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, havia elaborado o Plano do Sistema de Unidades de Conservação, que serviu de base conceitual para a estrutura posteriormente formalizada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Medeiros, 2006).

Antes dessa legislação, a gestão das unidades de conservação no Brasil era regida por um conjunto de normas dispersas e menos integradas. A criação do SNUC marcou uma mudança significativa ao definir categorias específicas de áreas protegidas. Essa divisão permitiu uma gestão diferenciada, adaptada às necessidades específicas de cada tipo de unidade. A lei também enfatizou a importância dos planos de manejo, documentos técnicos obrigatórios que definem estratégias e ações para a gestão das áreas protegidas, incluindo conservação dos recursos naturais, uso sustentável e participação das comunidades locais.

A criação do SNUC representou um marco na proteção da biodiversidade e na gestão dos recursos naturais no Brasil. Ao definir categorias específicas de unidades de conservação e estabelecer diretrizes unificadas, o SNUC consolidou a base legal para a criação e administração dessas áreas, alinhando o país às práticas internacionais de conservação.

Os principais objetivos do SNUC são: contribuir para a conservação da variedade de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e

nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção; promover a educação e a interpretação ambiental; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000).

O SNUC define unidade de conservação (UC), como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção (BRASIL, 2000).

A categoria “Parque” dentro do SNUC é uma das unidades de conservação de proteção integral. De acordo com o SNUC (2000), os parques são destinados à proteção de áreas com relevância ecológica, científica, educativa, paisagística e cultural, sendo fundamentais para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e pesquisa científica. Após sua criação, o parque integra o SNUC e passa a estar sujeito a medidas rigorosas de proteção e à implementação de estratégias para manter a integridade ecológica da área. O parque é área de domínio público, e a desapropriação de terrenos, quando necessária, é realizada para assegurar a plena proteção dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Na Tabela 2 é possível identificar a categoria parque dentro da tipologia de unidade de conservação:

Tabela 3- Categorização de UC.

ÁREAS PROTEGIDAS	
Tipologia:	Categorias:
Unidade de conservação	Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre);
	Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Fonte: elaboração própria a partir do SNUC (2025).

O Plano de Manejo configura-se como um instrumento técnico indispensável à gestão das UCs, conforme estabelecido pelo SNUC. Segundo o artigo 2º, inciso XVII da referida legislação, o Plano de Manejo é definido como o documento técnico que, com base nos objetivos gerais da unidade, determina o zoneamento e as normas que orientam o uso da área e o manejo de seus recursos naturais, além da implantação das estruturas físicas necessárias à sua administração (BRASIL, 2000).

De acordo com o §1º do artigo 27 da mesma lei, o Plano de Manejo deve abranger não apenas os limites da UC, mas também sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, elementos essenciais para promover a integração da unidade à dinâmica econômica e social das comunidades do entorno, assegurando que as atividades antrópicas adjacentes não comprometam os objetivos de conservação (BRASIL, 2000). Dessa forma, o planejamento territorial se estende para além dos limites físicos da unidade, incorporando uma perspectiva ampliada de proteção ambiental.

Além disso, esse plano deve contemplar a caracterização detalhada da UC, a definição do zoneamento interno, a normatização do uso dos recursos naturais e os programas de gestão que incluem a infraestrutura necessária à sua implementação. Ao estabelecer objetivos específicos de manejo, o Plano orienta a diferenciação e intensidade de uso das áreas internas, garantindo a proteção dos valores naturais e

culturais. Também assegura o reconhecimento da diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais, valorizando seus modos de vida e formas de organização social (BRASIL, 2000).

A elaboração e execução do Plano de Manejo são competências do órgão gestor da UC e devem ocorrer mediante processos participativos, envolvendo as comunidades locais e demais atores interessados. Tal abordagem participativa busca garantir que as decisões técnicas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas das populações afetadas, fortalecendo a eficácia, legitimidade e equidade na gestão das UCs (BRASIL, 2000). Outro avanço importante foi a instituição dos conselhos gestores, instrumentos que formalizam a participação da sociedade civil no processo decisório. Esses conselhos podem ser consultivos ou deliberativos, sendo os últimos dotados de maior poder de decisão sobre aspectos relevantes da gestão das unidades de conservação.

O plano de manejo se faz necessário uma vez que invariavelmente, a criação de UCs traz diversas implicações socioespaciais que afetam diretamente as comunidades locais e o uso do território. Para Diegues (1996), o preservacionismo, que norteia os objetivos dos parques, ignora as interações históricas dessas populações com a natureza e, em vez de integrá-las na gestão das UCs, as exclui, promovendo um modelo de conservação que privilegia uma visão de natureza intocada e não contempla a complexidade das dinâmicas socioambientais existentes.

A maneira como o território é planejado pode impactar a identidade cultural local e fomentar conflitos ou cooperação entre diferentes grupos. Portanto, a organização do território não só molda o ambiente físico, mas também afeta as dinâmicas sociais e as oportunidades disponíveis para as comunidades. As Gondim e Monken (2017) corroboram:

Territorialização é o processo pelo qual populações, pessoas, grupos, organizações e instituições se fixam em um espaço, em determinado tempo (espaço temporal), e no qual organizam e estabelecem relações sociais que possibilitam criar identidade, vínculo e pertencimento ao lugar (Gondim e Monken, 2017 p.36).

Isto é, as populações muitas vezes perdem seus modos de vida, culturas e identidades, profundamente ligados ao território, o que acarreta mudanças

significativas em suas práticas materiais e imateriais. Essas implicações revelam a complexidade que precisa conciliar os objetivos de proteção dos recursos naturais com os direitos das populações locais e suas territorialidades, exigindo, assim, uma gestão cuidadosa e integradora. Ou seja, a territorialização está diretamente ligada à construção de identidades e ao sentimento de pertencimento. Grupos sociais e culturais atribuem significados simbólicos ao território, criando vínculos identitários que conectam as pessoas ao espaço que ocupam. Dessa forma, o território deixa de ser apenas um espaço físico e se torna uma extensão das identidades e das práticas culturais dos grupos que o habitam, reforçando laços e relações sociais (Sousa, 2020).

Nesse sentido, outra dimensão presente no processo de criação dos parques são os conflitos territoriais que emergem da imposição de novas regras de uso do território. A gestão estatal dos parques pode entrar em confronto com os interesses das comunidades locais e grupos empresariais. Esses conflitos surgem do embate entre a necessidade de conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e os direitos das populações que vivem ou dependem dos recursos desses territórios.

Vale destacar ainda, que a implementação de um parque acaba acarretando em processos de desterritorialização, já que frequentemente se observa a sobreposição de áreas de uso tradicional, levando a desapropriação de moradores das áreas transformadas em parques. Esses processos, que surgem e resultam de desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas, levam à perda do território, a desterritorialização é caracterizada por dinâmicas socioespaciais específicas que excluem certos grupos do acesso a bens e serviços (Haesbaert, 2004).

Os conflitos sociais surgem especialmente quando os parques são estabelecidos em áreas ocupadas por populações locais, cujos modos de vida podem entrar em desacordo com as regras de proteção ambiental.

A gestão participativa, prevista pelo SNUC, muitas vezes se revela insuficiente, levando a uma desconexão entre a administração do parque e as necessidades das comunidades locais. Queiroz e Vallejo (2017) afirmam:

Não basta construir um plano de manejo, com seus diferentes programas – entre eles os de uso público – pois, isto por si só, não garante que as atividades relacionadas à visitação proporcionem ao usuário a oportunidade de se sensibilizar para a conservação ambiental. É preciso revisar e atualizar esse instrumento, investir na

formação continuada e valorização dos funcionários e gestores e envolver a comunidade do entorno (Queiroz e Vallejo 2017, p. 13).

Portanto, para o sucesso das políticas de conservação, é crucial garantir que as práticas de gestão sejam verdadeiramente integradoras e adaptadas às realidades das populações afetadas. Neste sentido, ressalta-se a importância da governança ambiental baseada na participação social, destacando o papel das ONGs como mediadoras entre o Estado e grupos sociais excluídos.

A relação entre governança e participação social, especialmente no contexto das unidades de conservação. A governança é apresentada como um conjunto de mecanismos e processos que viabilizam a expressão de diferentes segmentos da sociedade, promovendo a descentralização do poder e a construção coletiva de decisões. Para que a governança seja efetiva, é necessário superar a centralização estatal e ampliar os canais de diálogo e articulação social. No Brasil, a participação social se fortaleceu a partir da década de 1980, com a criação de conselhos em diversas áreas, mas ainda enfrenta limitações, pois muitas vezes suas decisões não são consideradas pelo Estado. A participação é vista como um processo dinâmico, gradual e complexo, que depende da equidade na influência dos interlocutores. A tipologia de Arnstein (2002) é destacada como referência para compreender os diferentes níveis de participação, que vão da manipulação à cidadania plena.

Nas UCs, a governança deve seguir princípios de legitimidade, equidade e respeito aos direitos humanos, o que exige descentralização e envolvimento efetivo das populações locais. No entanto, fatores como a manipulação do poder pelo Estado e as disputas territoriais tornam esse processo complexo. As comunidades tradicionais, embora frequentemente excluídas das decisões, possuem formas próprias de organização e uso sustentável dos recursos naturais. A participação dessas comunidades é essencial para garantir sua autodeterminação e reduzir conflitos. Contudo, a definição legal de “comunidade tradicional” ainda é limitada e marcada por disputas ideológicas. O território é entendido não apenas como espaço físico, mas como elemento simbólico fundamental para a identidade coletiva. Diante da diversidade de interesses e visões, não há uma única verdade, mas sim a necessidade de espaços de governança que promovam o diálogo, a democracia e o empoderamento das populações envolvidas (Barbosa, 2013).

Em suma, Fonseca e Oliveira (2016) indicam que os parques são essenciais

para a preservação da biodiversidade e a manutenção dos ecossistemas, mas sua criação e gestão exigem um equilíbrio entre a conservação ambiental e os direitos das populações que vivem ou utilizam esses territórios. A partir da perspectiva nacional, torna-se necessário contextualizar o cenário do estado em que se insere o PESNM.

4.3 APS em Minas Gerais

A trajetória da conservação ambiental em Minas Gerais teve um marco em 1944, com a instituição do Parque Estadual do Rio Doce, localizado no Vale do Rio Doce. Esse marco ocorreu em consonância com o desenvolvimento do conceito de conservação *in situ* no país, iniciado com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, em 1937 (Rylands, 2005).

A partir desse marco inicial, fruto de um processo histórico marcado por diversas decisões políticas e institucionais, a consolidação da política de conservação ambiental em Minas Gerais passou a depender, cada vez mais, da atuação das instituições responsáveis pela gestão dessas áreas. Nesse contexto, para uma análise eficaz das principais tensões e conflitos no território do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, é imprescindível compreender o papel da instituição responsável pela gestão das Unidades de Conservação no Estado de Minas Gerais. A responsabilidade pela criação, implementação e regulamentação dessas áreas protegidas recai sobre o Instituto Estadual de Florestas, que desempenha um papel central na administração das UCs, influenciando diretamente a dinâmica territorial e as interações entre os diversos atores envolvidos.

O Instituto Estadual de Florestas foi criado em 1962 pela Lei nº 2.606, como uma autarquia inicialmente vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Em 1995, com a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), o IEF passou a integrar essa nova estrutura administrativa, assumindo a responsabilidade pela execução da "agenda verde" do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema). Sua atuação abrange o desenvolvimento e a implementação de políticas voltadas à gestão florestal, pesca, recursos naturais renováveis e biodiversidade em Minas Gerais (IEF, 2025).

Em 2011, a Lei Delegada nº 180, regulamentada pelo Decreto nº 45.834/2011, promoveu uma reestruturação das atividades do Sisema, redistribuindo

competências entre os órgãos ambientais do Estado. Como resultado, a fiscalização, o controle e os processos de regularização ambiental, antes sob responsabilidade do IEF, passaram a ser conduzidos diretamente pela Semad. Dessa forma, o Instituto concentrou suas atividades na conservação florestal, no incentivo às pesquisas científicas voltadas à biodiversidade e na gestão de áreas protegidas, incluindo as unidades de conservação estaduais.

Portanto, as competências do Instituto Estadual de Florestas são definidas pelo artigo 5º do Decreto nº 47.892/2020. O Instituto tem como objetivo primordial o desenvolvimento e a implementação das políticas florestal e de biodiversidade no Estado, buscando a manutenção do equilíbrio ecológico, a conservação, a preservação e a recuperação dos ecossistemas. Suas principais atribuições incluem: Promover o mapeamento, o inventário e o monitoramento da cobertura vegetal do Estado; Administrar os dados e informações necessários à implementação e à gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR); Apoiar a definição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e a criação de unidades de conservação; Executar as atividades relativas à criação, implantação, proteção e gestão das unidades de conservação estaduais; Incentivar a conservação e a recuperação da cobertura vegetal nativa, por meio de reflorestamento e pagamento por serviços ambientais; Fomentar pesquisas e estudos voltados à manutenção e ao restabelecimento do equilíbrio ecológico; Executar atos relativos à regularização ambiental, em colaboração com os demais órgãos do Sisema; Controlar a exploração, utilização e consumo de matérias-primas oriundas da biodiversidade e das florestas plantadas e promover a preservação, conservação e o uso racional dos recursos faunísticos, bem como desenvolver iniciativas voltadas à proteção da fauna silvestre, terrestre e aquática.

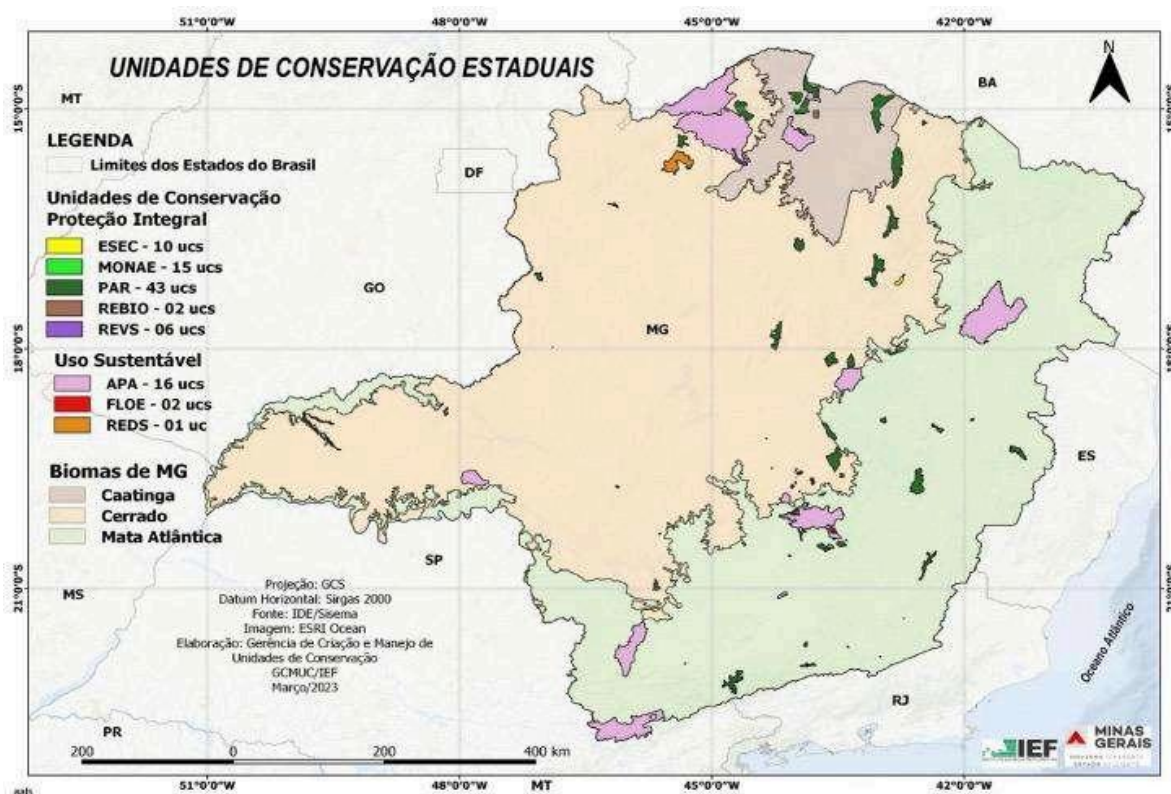
A atuação do Instituto Estadual de Florestas está embasada em um conjunto de legislações e normativas que regulam suas competências e funções. Entre as principais normativas, destacam-se a Portaria IEF nº 49, de 16 de abril de 2020, que dispõe sobre as Agências de Florestas e Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas, e a Portaria IEF nº 45, de 8 de abril de 2020, que estabelece as Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas, seus Núcleos de Apoio Regional e respectivas áreas de abrangência. Além disso, o Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, regulamenta a estrutura e o

funcionamento do Instituto Estadual de Florestas, enquanto o Decreto nº 47.344, de 23 de janeiro de 2018, trata da gestão ambiental e da estrutura organizacional do IEF. A Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, regula o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), e o Decreto nº 45.834, de 22 de dezembro de 2011, reestrutura as atribuições do IEF.

Nesse processo, considerando especificamente o arcabouço legal referente às unidades de conservação, além da própria Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC (Brasil, 2000 e 2002a), e do Decreto Federal nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que estabeleceu o PNAP (Brasil, 2006), o Estado de Minas Gerais passou a contar ainda com um dispositivo legal estadual com esse direcionamento, a Lei Estadual nº 20.922/2013 (Minas Gerais, 2013), que dispôs sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade, e estabeleceu algumas diretrizes a serem seguidas no âmbito do Estado. E, mais recentemente, no plano da competência institucional, o Instituto Estadual de Florestas a partir de 2020, passou também a ter a atribuição direta com relação à criação, implantação, proteção e gestão das unidades de conservação, de acordo com o Decreto Estadual nº 47.892/2020 (Minas Gerais, 2020).

Como resultado desse processo, segundo os dados atualizados no Painel de Indicadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente, atualmente, são registradas 95 UCs em âmbito estadual, no contexto de Minas Gerais (SISEMA, 2024), sendo 76 de proteção integral e 19 de Uso Sustentável, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa de Unidades de Conservação Estaduais de Minas Gerais.



Fonte: SISEMA (2024).

De acordo com o SISEMA, no Estado de Minas Gerais, a categoria de manejo de Proteção Integral se destaca em termos de número de unidades de conservação, representando 80% do total, com prevalência dos parques estaduais, que totalizam 43. Contudo, em termos territoriais, as unidades de Uso Sustentável ocupam 74% do território mineiro oficialmente protegido (1,76 milhões de hectares), sendo as Áreas de Proteção Ambiental a principal estratégia de conservação nessa tipologia.

No plano da gestão, quando a atenção é direcionada aos Conselhos Gestores, instâncias estratégicas para a promoção de processos de governança democrática em unidades de conservação (Cozzolino; Irving, 2015) é possível reconhecer, no contexto atual, um cenário favorável ao processo de implementação do Sistema Estadual de UCs de Minas Gerais. Isso porque, segundo SISEMA (2024), 54 das UCs de proteção integral (71%) e 13 de uso sustentável (68%) dispõem de conselhos gestores ativos, o que vem possibilitando, em tese, o envolvimento dos diferentes segmentos da sociedade no processo.

Mas com relação aos Planos de Manejo, documento orientador da gestão

territorial das UCs, no sentido de assegurar o cumprimento de seus objetivos e definir diretrizes e iniciativas de conservação e/ou uso controlado dos recursos naturais, também conforme dados do SISEMA (2024), uma parcela significativa das UCs de Minas Gerais ainda não possui tal instrumento de gestão, sobretudo os Parques Estaduais e as Áreas de Proteção Ambiental, em maior número no Estado.

Cabe ainda mencionar que importantes avanços vêm sendo alcançados no estado, nos últimos anos, como resultado da política de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, categoria de manejo de UCs da esfera privada que visa integrar os interesses de conservação da sociedade e do Estado, contribuindo diretamente para o alcance das metas de conservação em Minas Gerais. Atualmente, conforme dados do SISEMA (2024), 288 RPPNs, totalizando 115,6 mil hectares compõem também o sistema estadual de UCs de Minas Gerais, a maior parte no bioma Mata Atlântica. Em termos de área (ha), as RPPNs se destacam, também, como importantes instrumentos para a proteção da biodiversidade no cerrado mineiro, bioma sob maior pressão resultante das atividades econômicas, especialmente aquelas decorrentes da expansão do agronegócio.

Desde sua criação, o Instituto Estadual de Florestas desempenha um papel essencial na formulação e implementação de políticas ambientais em Minas Gerais. A evolução de suas competências e estrutura reflete a crescente preocupação com a gestão ambiental e a conservação da biodiversidade. O fortalecimento de suas atribuições e a constante revisão de suas diretrizes são fundamentais para garantir a preservação dos recursos naturais do Estado e o desenvolvimento sustentável.

O processo de criação de uma unidade de conservação, conforme descrito pelo IEF (2024), tem início com a elaboração de um estudo técnico, que inclui levantamentos de dados secundários e a coleta de informações in loco. Esse documento abrange aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, culturais e fundiários, fornecendo uma base sólida para a proposta de criação da UC.

Após a formulação da proposta preliminar, a próxima etapa é a consulta pública, na qual a sociedade tem a oportunidade de participar, opinar e sugerir melhorias ao projeto.

A fase seguinte envolve a elaboração da "Nota Técnica" pelo IEF, contendo a proposta final de criação da UC. Este documento é encaminhado para análises

jurídicas complementares e, posteriormente, submetido à Casa Civil. A criação oficial do parque exige um ato formal do Poder Público, conforme estipulado na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A UC é formalmente instituída após a publicação do decreto no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (IEF, 2024).

A partir dessa contextualização, torna-se possível desenvolver uma análise crítica sobre o processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira.

5. O PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA

Para compreender a história da criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, este trabalho adotou uma abordagem qualitativa, centrada na escuta de diferentes sujeitos sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo. Foram realizadas entrevistas com representantes do Estado, proprietários cujas propriedades serão desapropriadas, moradores do entorno do parque, lideranças comunitárias e pesquisadores de distintas áreas do conhecimento.

Além disso, foram analisadas fotografias e vídeos provenientes de arquivos pessoais e públicos, que contribuíram para ampliar a compreensão dos contextos e das experiências relatadas. A narrativa construída a seguir não pretende apresentar uma verdade absoluta, mas sim um mosaico de percepções, experiências e memórias, elaborado a partir dos pontos de congruência entre os relatos e dos registros visuais disponíveis.

Ao reunir essas diferentes fontes, busca-se oferecer uma leitura crítica e contextualizada sobre os caminhos que levaram à criação do PESNM, evidenciando tanto os avanços quanto às tensões e contradições que permeiam esse processo.

A Figura 2 foi fornecida por um dos entrevistados e apresenta a vista da Serra Negra, observada a partir de sua propriedade, localizada no município de Olaria.

Figura 2- Vista da Serra Negra pelo município de Olaria.



Fonte: Arquivo pessoal entrevistado (2012).

Para compreender a assinatura do Decreto nº 301, em 4 de julho de 2018, que instituiu o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, é necessário retomar os acontecimentos dos anos anteriores. O processo de criação do parque foi fruto de uma trajetória de sete anos, marcada por distintos esforços empreendidos a partir de perspectivas específicas de diferentes atores sociais e institucionais. Esses esforços culminaram na consolidação do território hoje protegido, evidenciando um processo complexo e multifacetado.

O PESNM abrange áreas de quatro municípios do estado de Minas Gerais: Olaria, Lima Duarte, Santa Bárbara do Monte Verde e Rio Preto. Cada um desses municípios apresenta características demográficas e territoriais distintas. Olaria possui uma área de 178,2 km² e uma população de 1.981 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 11,1 hab./km². Lima Duarte, com 848,6 km² e 16.671 habitantes, apresenta uma densidade de 19,6 hab./km². Santa Bárbara do Monte Verde possui 417,8 km² e 2.789 habitantes, sendo o município com menor

densidade da região (6,7 hab./km²). Já Rio Preto, com 348,1 km² e 5.141 habitantes, tem uma densidade de 14,8 hab./km² (IBGE, 2022).

Geograficamente, esses municípios mantêm proximidade com centros urbanos de maior porte, como Juiz de Fora, situada a cerca de 48 km de Santa Bárbara do Monte Verde, e Vassouras, localizada a aproximadamente 39 km de Rio Preto (IBGE, 2022). Essa proximidade influencia nas dinâmicas sociais e econômicas locais.

A população residente é composta por nativos, pequenos empreendedores e migrantes — frequentemente denominados "forasteiros" — que passaram a ocupar o território em busca de tranquilidade e da riqueza natural da região. A economia local é majoritariamente baseada na pecuária leiteira extensiva, que utiliza pastagens e envolve, em geral, mão de obra familiar. Essa prática não apenas garante a subsistência de muitas famílias, como também constitui elemento central na formação da identidade cultural das comunidades da região (PREA, 2025).

Além da pecuária, coexistem outras formas de sustento, como a agricultura familiar, o pequeno comércio, a prestação de serviços e a produção artesanal. A fabricação de cachaça, manteiga, mel, queijos, doces e artesanato integra a cultura local, fortalecendo a gastronomia e os modos de vida tradicionais. Embora haja descendentes de povos indígenas na região, não há registros de comunidades indígenas organizadas, quilombolas ou extrativistas reconhecidas (Magalhães, 2018).

A Serra Negra destaca-se historicamente como um território essencial para a vida selvagem e um repositório de atrativos naturais, compondo uma parte significativa da porção norte da Serra da Mantiqueira Meridional. O Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira incorpora o sentido etimológico do termo "Mantiqueira", originado do tupi-guarani e traduzido como "serra que chora", simbolizando sua relevância como área de recarga hídrica entre diferentes bacias hidrográficas da região (PREA, 2025).

A diversidade cultural e econômica das comunidades situadas no entorno do PESNM reforça a importância de se compreender suas especificidades e suas relações com o território. O turismo, por sua vez, tem emergido como uma atividade com potencial de desenvolvimento, embora apresente características distintas entre

os municípios. Segundo o representante da IGR Serras de Ibitipoca, o turismo não se manifesta de forma homogênea no interior do parque e seu entorno.

Em Lima Duarte, por exemplo, já existe uma trajetória consolidada de exploração turística, fortemente vinculada ao Parque Estadual do Ibitipoca. Apesar do potencial turístico na área do PESNM, o fluxo de visitantes ainda não se equipara ao observado no entorno do PEIB. Olaria, por outro lado, que não possuía histórico expressivo em atividades turísticas, passou a atrair investimentos após a criação do novo parque, inclusive de empresários externos. Esse fenômeno tem despertado preocupações entre os moradores locais quanto à descaracterização cultural e à substituição dos modos de vida tradicionais.

No município de Rio Preto, especialmente na comunidade do Funil, já existiam empreendimentos turísticos, como pousadas e atrativos naturais. Contudo, parte significativa desses atrativos localiza-se fora dos limites da unidade de conservação. Ainda que o turismo seja visto como uma alternativa promissora de desenvolvimento, sua estruturação permanece incipiente. Em contraste, a comunidade de Três Cruzes demonstrou pouco interesse na implementação de atividades turísticas, embora reconheça o potencial da região para tal finalidade, fato corroborado pela entrevistada 20, que além de moradora é Presidente da Associação de Moradores do local.

O documento técnico elaborado pelo Instituto Estadual de Florestas, em 2017, apresenta um inventário dos equipamentos turísticos situados no entorno imediato da Serra Negra. Esse levantamento, ilustrado na Figura 3, permite uma análise preliminar dos perfis turísticos nos diferentes municípios que compõem o PESNM.

Figura 3: Inventário Turístico.

Município	Equipamentos Turísticos no entorno imediato da Serra Negra		
Rio Preto	Hospedagem	06	Pousadas / Hotel Fazenda
	Alimentação	04	Restaurante / Bar
	Lazer / ecoturismo	03	Fazendas e sítios com atrativos naturais e esportes de aventura
Lima Duarte	Hospedagem	03	Camping / Chalés / Casa de aluguel
	Alimentação	01	Bar / Restaurante
	Lazer	01	Reserva particular / Fazenda
Olaria	Hospedagem	0	
	Alimentação	01	Churrascaria
	Lazer	0	
Santa Bárbara do Monte Verde	Hospedagem	0	
	Alimentação	0	
	Lazer	1	Bar / Cachoeira

Fonte: IEF (2017).

5.1 Grupos e representantes envolvidos na criação do PESNM

O mapeamento dos grupos envolvidos e de suas distintas percepções acerca da criação do PESNM possibilita a compreensão dos interesses em disputa ao longo do processo. Essa análise contribui para evidenciar as múltiplas formas de apropriação e representação do território. A identificação dos atores favoráveis e contrários à criação da unidade de conservação, bem como de suas respectivas motivações, oferece subsídios importantes para contextualizar as decisões tomadas até o momento. Além disso, essa compreensão pode orientar reflexões sobre os possíveis desdobramentos da gestão em curso, especialmente no que se refere às relações entre comunidades locais, poder público e gestão ambiental. Considerar as dinâmicas existentes é fundamental para pensar em estratégias de gestão mais alinhadas com as realidades locais e sensíveis às diferentes perspectivas presentes no território.

No que diz respeito à participação no processo de criação, alguns grupos e comunidades se destacaram ao longo do processo, que está relacionado a, principalmente, três instituições que foram representadas pelos seus respectivos técnicos ambientalistas. São representantes das instituições Circuito Serras de

Ibitipoca⁵, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais⁶ e o Instituto Estadual de Florestas.

O Circuito Serras de Ibitipoca já atuava na região no qual o parque estava inserido. A IGR contribui no fomento ao turismo regional e na articulação entre os municípios, apoiando as ações de sensibilização e diálogo com as comunidades, tendo o PESNM como um dos vetores de desenvolvimento.

O Instituto Estadual de Florestas, enquanto órgão oficial do Estado responsável pela condução da criação da unidade de conservação, também esteve presente desde 2011 visto que um dos técnicos ambientalistas que promoveu a criação do parque era analista ambiental do IEF.

A EMATER, com representação próxima desde o início da história do processo de criação do PESNM, não foi favorável à criação do parque. Segundo o entrevistado 15, “a EMATER não envolveu quem envolveu foi o técnico da EMATER, pelo contrário, ela foi contra”. Portanto, embora tenha sido mencionada desde os primeiros registros sobre a criação do Parque, infere-se que sua atuação não se deu de forma institucional, mas sim por meio de iniciativas individuais.

Além das instituições mencionadas, destaca-se a atuação da PREA, presente desde o desenvolvimento do estudo técnico voltado à criação do parque. De acordo com entrevistas realizadas, três membros da organização não governamental são proprietários de terras situadas no entorno da UC. A motivação ambiental, conforme relatado, foi o principal fator que impulsionou a contribuição significativa desses membros para o debate em torno da proposta.

A Universidade Federal de Juiz de Fora, embora não tenha tido uma representação formal também esteve presente de maneira indireta, segundo a

⁵ A Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca, criada em 2000 e certificada em 2006, integra a Política Nacional de Turismo, orientada pelo Ministério do Turismo e pela Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais. A região abrange a Serra da Mantiqueira, incluindo o Parque Estadual do Ibitipoca, Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, e outras áreas de relevância ecológica. O Circuito inclui os municípios de Bias Fortes, Bom Jardim de Minas, Ibertioga, Lima Duarte, Olaria, Rio Preto, entre outros, e visa promover o turismo, fortalecer a gestão pública local, incentivar Unidades de Conservação e explorar o ecoturismo, turismo rural e histórico-cultural da região.

⁶ A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), fundada em 1948, é a maior e primeira empresa pública do setor no Brasil. Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua em cerca de 800 municípios, atendendo aproximadamente 350 mil produtores rurais. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável por meio de assistência técnica, com foco na melhoria da qualidade de vida no meio rural, e sua atuação abrange agricultores familiares, silvicultores, pescadores, assentados da reforma agrária, povos indígenas e comunidades tradicionais.

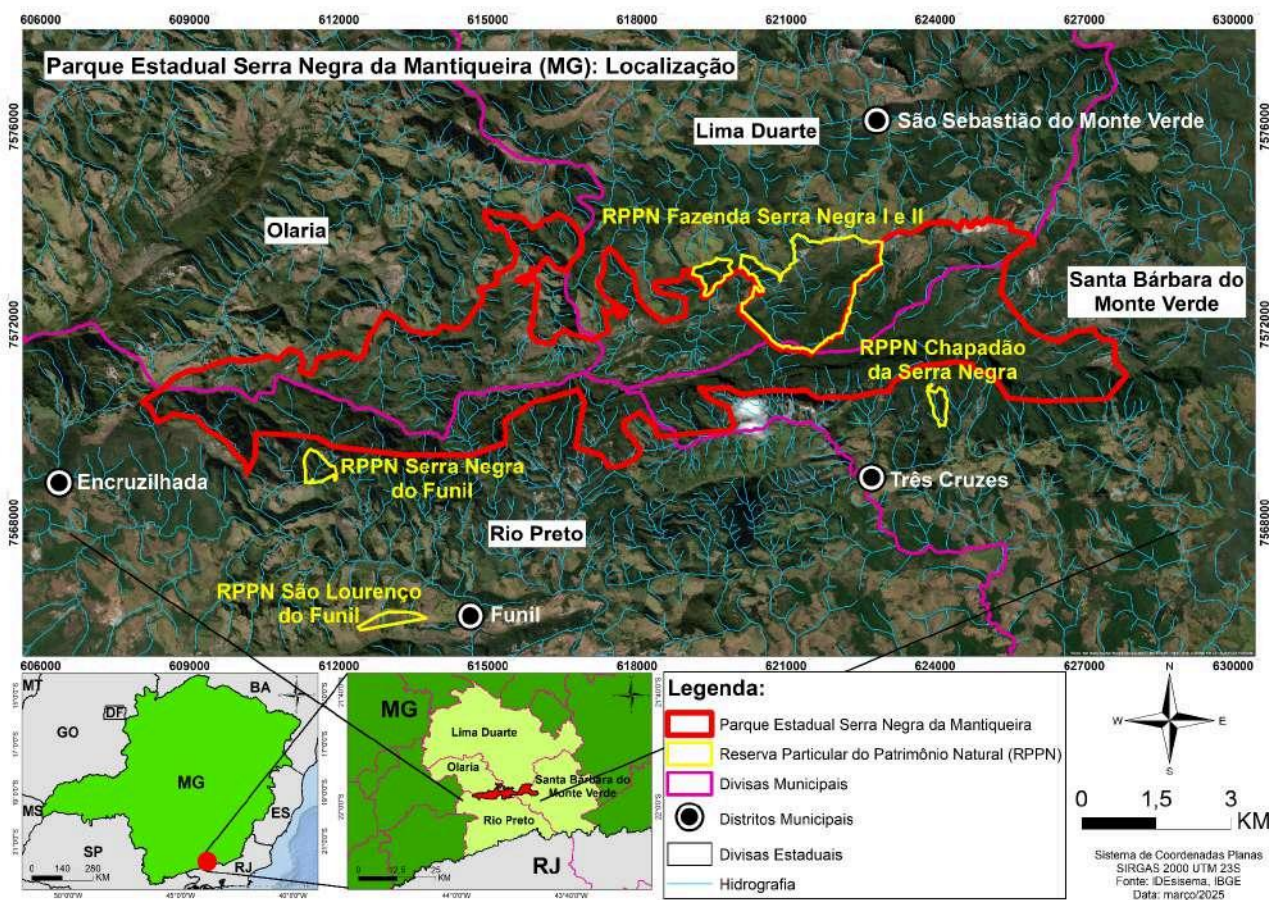
entrevistada 17, uma importante referência acadêmica na região, a universidade não foi convidada oficialmente a participar do processo; no entanto, seus alunos atuaram desde as fases iniciais, o que garante à instituição certa representatividade na trajetória de implementação do parque. Contudo, contrapondo essa visão, o entrevistado 8, técnico ambientalista que foi responsável pelas articulações políticas durante o processo de criação da UC, afirma que o convite foi feito, mas não teve aceite por parte dos representantes da UFJF que demonstraram resistência em apoiar a criação da UC, incluindo o incentivo às manifestações contrárias.

De forma pontual, as entrevistas e as imagens compartilhadas pelos participantes mencionam a presença de representantes de movimentos sociais vinculados à esquerda que se posicionaram contrariamente ao processo de criação do Parque. Embora existam relatos sobre essa participação, não foi possível obter retorno das pessoas associadas a esses grupos para aprofundar as informações. Ainda assim, registra-se que tais movimentos atuaram de maneira contrária à implementação do PESNM.

5.2 Contextualização geral sobre o processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira

O histórico do entorno do PESNM revela uma trajetória marcada por intensas transformações socioambientais desde o período colonial. Originalmente, a região era ocupada por densas florestas e por diversos grupos indígenas, como os puris, coroados, coropós e botocudos, que utilizavam o território de forma sustentável e possuíam uma relação intrínseca com a natureza. Com o avanço da colonização portuguesa no século XVIII, impulsionado pela busca por riquezas minerais e pela expansão das fronteiras agrícolas, houve a apropriação de rotas indígenas e o estabelecimento de núcleos de povoamento ao longo do Caminho Novo, o que resultou na gradual expulsão e dizimação das populações nativas. A partir do século XIX, a região passou por um processo de intensificação das atividades agropecuárias, especialmente com a introdução da cafeicultura, aproveitando os solos férteis da Zona da Mata mineira. Esse desenvolvimento econômico, contudo, veio acompanhado de impactos ambientais significativos (IEF, 2017). A partir da Figura 3 é possível identificar a localização do PESNM, os municípios e comunidades ao entorno.

Figura 4 - Localização do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.



Fonte: Elaboração própria (2025)

A conexão histórica com o Caminho Novo da Estrada Real, contribuiu para a integração territorial e a preservação de importantes elementos culturais e históricos da região. Menck (2023) ressalta que:

O histórico da região onde criou-se o PESNM é intimamente ligado às vias de transporte e suas transformações. Situado entre a Serra da Mantiqueira e a Zona da Mata mineira, o PESNM está próximo ao antigo Caminho Novo da Estrada Real, o que marca decisivamente os primeiros momentos da integração regional ao projeto colonial. Nos séculos seguintes, a proximidade ao eixo viário que ligava a antiga capital brasileira às Minas Gerais e ao polo cafeeiro do vale do Rio Paraíba do Sul também marca as possibilidades econômicas regionais e a forma como se transforma a rede viária existente (Menck, 2023,p.6).

Durante as entrevistas, foram mencionadas iniciativas datadas da década de 1960 relacionadas à criação de uma área protegida na região. A partir dos relatos,

foi possível identificar diferentes proposições, incluindo aquelas promovidas por caçadores locais que buscavam transformar parte do território do município de Rio Preto em uma unidade de conservação. Além desses relatos, um recorte do jornal Diário de Minas, datado de 20 de novembro de 1959 e disponibilizado pelo IEF, também foi citado. Esse documento já fazia menção à necessidade de preservação da Serra Negra, o que corrobora outras versões sobre o interesse em criar uma UC com objetivos voltados à conservação ambiental. No entanto, não foi possível identificar dados mais específicos que confirmem diretamente a versão apresentada pelos entrevistados sobre a atuação dos caçadores. Nas Figuras 5 e 6 o recorte do Diário de Minas.

Figuras 5 e 6: Recorte do “Diário de Minas”, datado de 20 de novembro de 1959, o qual já fazia menção à necessidade de preservação da Serra Negra.



Fonte: IEF (2017).



Fonte: IEF (2017).

Nas últimas décadas, a região onde se localiza o PESNM tem se consolidado como um espaço de significativa relevância para a produção científica, especialmente nas áreas relacionadas ao ambiente físico. Pesquisadores de instituições como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vêm desenvolvendo estudos voltados à caracterização da fauna e da flora locais. Mais recentemente, também foram iniciadas pesquisas direcionadas à espeleologia, ampliando o escopo de investigação científica na região.

A partir de 2003, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por meio do Departamento de Botânica e do Herbário CESJ⁷, a Serra Negra passou a ser

⁷O Herbário Leopoldo Krieger (CESJ) foi iniciado na década de 1940, por iniciativa dos padres Luiz Roth e Leopoldo Krieger. Em 1983 a coleção foi incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora. O acervo do Herbário CESJ reúne coleções de algas, fungos, briófitas, pteridófitas,

considerada uma área de interesse para a realização de levantamentos botânicos sistemáticos. Embora as primeiras coletas da instituição na região remontem a décadas anteriores — incluindo a identificação de novas espécies, como a bromélia *Aechmea bruggeri* Leme, endêmica da Serra Negra —, foi a partir desse período que os estudos ganharam maior regularidade e aprofundamento.

Conforme relatado por um dos entrevistados, o trabalho contínuo de uma pesquisadora vinculada ao Departamento de Botânica e ao Herbário CESJ possibilitou a consolidação de um extenso acervo de dados primários, o qual serviu como base científica para o estudo que justificava a criação do Parque, evidenciando a expressiva biodiversidade da área.

A criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira foi desencadeada por uma iniciativa articulada em 2011, após conversas informais e motivados pela preservação ambiental e pelos aspectos físicos da região, três ambientalistas⁸ deram início a uma mobilização voltada para a criação de uma área de proteção ambiental. Esse movimento contou com a participação de representantes de instituições estaduais com atuação na região, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Instituto Estadual de Florestas e o IGR Serras de Ibitipoca. Ressalta-se que, inicialmente, os técnicos não atuaram como representantes institucionais, mas sim com base em percepções individuais, as quais se mostraram complementares entre si.

Em 27 de julho de 2011, foi realizada a primeira expedição ao território, o objetivo, segundo os ambientalistas, era reconhecer a área, visando à criação de uma área protegida. Naquele momento, entretanto, a proposta inicial versava sobre a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Embora os participantes da expedição já possuíssem conhecimento prévio sobre o potencial, os atrativos naturais e o estado de conservação da Serra Negra — em razão de sua atuação profissional nos municípios abrangidos por essa área — relataram que, até então, não haviam tido a oportunidade de conhecê-la de forma aprofundada. Nesse contexto, a expedição foi motivada pela necessidade de realizar uma imersão direta no território, visando à compreensão mais detalhada de suas características e à identificação de possibilidades para sua conservação e manejo.

gimnospermas e angiospermas, além de carpoteca e xiloteca, com mais de 56000 registros de plantas, principalmente da região da Zona da Mata de Minas Gerais (Herbário CESJ, 2025)

⁸ Lima-e-Silva (1999) identificam os ambientalistas como pessoas dedicadas à proteção da natureza e à conscientização sobre os impactos ambientais.

Na Figura 7 a foto da primeira visita técnica na região da Serra Negra realizada em 2011 pelos técnicos ambientalistas do IEF, IGR e EMATER.

Figura 7 - Primeira visita técnica na região da Serra Negra realizada em 2011 por técnicos do IEF, IGR e EMATER.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2011).

A necessidade de reunir imagens para compor um banco de dados foi identificada já na primeira reunião entre os envolvidos, que reconheceram a importância de elementos visuais para fundamentar a proposta de criação da unidade de conservação. Ainda em 2011, uma expedição aérea foi organizada com apoio de um empresário da região, que cedeu uma aeronave a pedido do técnico da EMATER. O sobrevoo contou com a participação de técnicos da EMATER, IGR e IEF e resultou na produção de material fotográfico e audiovisual, utilizado até hoje para ilustrar a relevância ecológica e geomorfológica da Serra Negra.

Durante as entrevistas, esse episódio foi apontado como um marco simbólico na trajetória de criação do PESNM. O técnico do Instituto Estadual de Florestas relatou ter se emocionado ao sobrevoar a Mata Atlântica, impressionado com o alto grau de preservação da vegetação. As imagens aéreas obtidas naquele momento, apesar das limitações tecnológicas da época, tornaram-se fundamentais para o avanço do projeto. A Figura 8 ilustra os técnicos e o piloto diante da aeronave.

Figura 8 - Sobrevôo de reconhecimento do território e levantamento fotográfico.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2011).

Na Figura 7 é possível ver uma imagem aérea da Serra Negra feita na expedição e disponível no Estudo Técnico publicado seis anos depois.

Figura 9 - Foto aérea da Serra Negra da Mantiqueira.



Fonte: IEF (2017).

A partir desse momento, a equipe envolvida no processo passou a atuar de forma mais organizada e com funções definidas entre as instituições. O Instituto Estadual de Florestas ficou responsável pela condução técnica do projeto, atribuição

justificada pela expertise de seu representante, que possui ampla experiência em unidades de conservação, tendo atuado por 13 anos como gerente do Parque Estadual do Ibitipoca. O representante do IGR ficou encarregado da articulação política, considerando seu histórico de atuação junto aos municípios da região. Já o técnico da Emater coube a mobilização dos produtores rurais, tarefa que se beneficiou do conhecimento prévio e da atuação em campo de seu representante local.

Entre 2011 e 2012, a equipe técnica reconheceu a importância de fortalecer o grupo de proposição por meio da articulação com novos parceiros e instituições. Com esse objetivo, o representante da IGR elaborou uma apresentação da proposta, que foi apresentada às autoridades locais em uma reunião promovida pelo técnico da EMATER. O encontro ocorreu em uma pousada no município de Lima Duarte, no dia 21 de setembro de 2012, como registrado na Figura 10.

Figura 10 - Reunião realizada na Pousada Arco Íris, em Lima Duarte, no dia 21 de setembro de 2012.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado. (2012)

É importante destacar que, em 2012, tornou-se evidente o processo de desmonte das políticas ambientais, intensificado com a promulgação da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que instituiu o Novo Código Florestal Brasileiro.

Essa legislação substituiu a Lei nº 4.771/1965 e promoveu alterações significativas nas normas de proteção da vegetação nativa e no uso da terra.

Esse desmonte, longe de representar um processo técnico ou neutro, expressa disputas de poder e visões de mundo conflitantes. Bruno (2017), ao analisar a atuação da bancada ruralista e os discursos que sustentam os grandes proprietários de terra e empresários do agronegócio, revela como certos hábitos e perspectivas se perpetuam como formas naturalizadas de dominação no campo brasileiro. A autora evidencia que, por trás de um discurso centrado na modernização tecnológica e na competitividade, subsiste um núcleo conservador que recusa direitos civis, ignora a função social da terra e reforça estruturas de poder marcadas pela desigualdade. Bruno (*idem*) desenvolve sua crítica a partir de três elementos centrais: a concepção da propriedade como um direito absoluto, a seletividade no acesso às políticas públicas e a deslegitimação das demandas de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Essas dinâmicas políticas e ideológicas tiveram repercussões na trajetória do PESNM, especialmente em momentos posteriores de tensão institucional e resistência à sua implementação. A partir de discursos promovidos por membros da bancada ruralista — que se apresentavam como defensores do produtor rural, mas na prática deslegitimavam políticas de preservação ambiental — formou-se uma narrativa contrária à criação de unidades de conservação. Essa questão será retomada ao final do capítulo, quando se discute a reunião que antecedeu o Decreto de criação.

Ainda em 2012, o projeto foi apresentado à Coordenação Regional da Zona da Mata do Instituto Estadual de Florestas, ao Conselho Consultivo do Parque Estadual do Ibitipoca, e, conforme relatos, os conselheiros manifestaram-se favoravelmente à criação de uma nova unidade de conservação. Adicionalmente, tanto a gestão do Parque Estadual do Ibitipoca quanto o escritório regional do IEF na Zona da Mata apoiaram a iniciativa.

Na Figura 11 é possível identificar a apresentação do Projeto ao Conselho Consultivo do Parque Estadual de Ibitipoca no dia seis de outubro de 2012:

Figura 11 - Apresentação do Projeto ao Conselho Consultivo do Parque Estadual de Ibitipoca em 06/10/2012.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2012).

Entre o final de 2012 e meados de 2013, o projeto permaneceu sem avanços significativos. No entanto, em abril de 2013, o representante da IGR buscou a Prefeitura de Olaria, que passou a desempenhar um papel central ao contratar o próprio representante da IGR envolvido na proposta, com o intuito de dar continuidade às ações relacionadas à criação do PESNM e ao fomento do turismo no município. De acordo com relatos, o então prefeito reconheceu a importância do projeto, salientando sua relevância tanto para o desenvolvimento municipal quanto para a preservação ambiental. Após esse momento, os três técnicos ambientalistas reuniram-se para alinhar a proposta.

A partir desta reunião, em dezembro de 2013, foi realizada uma nova reunião entre o prefeito de Olaria, o secretário adjunto de Meio Ambiente de Minas Gerais e o diretor-geral do IEF, o objetivo da reunião era dar sequência no processo junto ao governo do Estado. Entretanto, segundo os técnicos essa reunião não teve impacto imediato no andamento do processo junto ao governo estadual.

Entre 2014 e 2015, as atividades relacionadas ao projeto foram desaceleradas, enquanto se aguardavam novas diretrizes da Diretoria de Unidades de Conservação do Instituto Estadual de Florestas. Foi neste momento que um novo secretário de Turismo no município de Lima Duarte tomou posse e o município passou a ter um maior envolvimento no processo.

Entre 4 de abril de 2014 e 1º de janeiro de 2015 o Governador de Minas Gerais foi o Alberto Pinto Coelho Júnior, neste momento foram necessárias reafirmações do projeto junto ao estado. Entretanto, com a posse do novo governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, foi agendada uma reunião para agosto de 2015, em Belo Horizonte, com o então prefeito de Olaria. Durante esse encontro, as imagens aéreas da Serra Negra foram apresentadas e convenceram o secretário a encaminhar a equipe para uma nova reunião, que contou com a presença da diretora-geral do IEF e do diretor de Unidades de Conservação. Nesse momento, estabeleceu-se o início oficial dos trabalhos técnicos.

Em agosto de 2015, foi realizada uma visita técnica à Serra Negra, com a presença do diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas, com o objetivo de reconhecer o território e reunir-se com a equipe proponente e autoridades locais. A atividade ocorreu nos dias 27 e 28, abrangendo os municípios de Lima Duarte — onde, além do reconhecimento da área, foi realizada uma reunião na sede da prefeitura — e de Rio Preto, especificamente na região do Funil. Na Figura 12 imagens da visita técnica do Diretor de Unidades de Conservação do IEF em 2015.

Figura 12 - Visita Técnica do Diretor de Unidades de Conservação do IEF em 2015.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2015).

Com a disseminação da notícia sobre a possível criação do parque entre os municípios, destacou-se o interesse de dois irmãos, proprietários de terras na região

de Santa Bárbara do Monte Verde, que, à época, manifestavam a intenção de instituir uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Esse envolvimento contribuiu significativamente para o fortalecimento da rede de colaboradores engajada no processo.

Segundo relato do representante da IGR, os irmãos ainda não haviam oficializado a criação da RPPN. No entanto, a partir da manifestação de interesse em estabelecer a reserva, suas propriedades foram excluídas da delimitação territorial inicialmente prevista para o Parque. Após tomarem conhecimento dos objetivos do projeto, os dois proprietários — também membros da ONG PREA, com sede em Juiz de Fora — colocaram-se à disposição para colaborar com a elaboração do Estudo Técnico de Criação da Unidade de Conservação, contribuindo com apoio nas atividades de diagnóstico participativo.

A proposta foi gradualmente sendo estruturada e, a partir desse processo, os técnicos responsáveis organizaram diagnósticos participativos nas câmaras dos quatro municípios impactados. Em Rio Preto, a atividade foi realizada no dia 28 de setembro de 2015; em Santa Bárbara do Monte Verde, nos dias 18 e 21 do mesmo mês; e, por fim, com os vereadores de Lima Duarte e de Olaria, também no dia 21. Ver Figura 13.

Figura 13 - Prefeito de Olaria e equipe técnica apresentando a proposta para os vereadores de Rio Preto, Lima Duarte, Olaria e Santa Bárbara do Monte Verde.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2015).

Após o envolvimento direto da gerência de criação e implantação de áreas protegidas do IEF, no primeiro semestre de 2016, foi realizado os DIPUCs⁹ junto às quatro comunidades do entorno da Serra: Monte Verde (Lima Duarte), Funil (Rio Preto), Voltas (Olaria) e Três Cruzes (Santa Bárbara do Monte Verde). O Gerente de Criação e Implantação de Áreas Protegidas atuou como coordenador geral, enquanto a Analista Infaide conduziu as oficinas. A coordenação e mobilização local foram realizadas pelo escritório do IEF de Lima Duarte, Circuito Serras de Ibitipoca e as Prefeituras de Olaria e Lima Duarte, responsáveis pela condução dos DIPUCs. Neste momento, foi apresentada a proposta, havia espaços para sanar as dúvidas e realizado um reconhecimento conjunto com os proprietários de terras e moradores da Serra Negra, estabelecendo a base para a definição da categoria e a primeira proposta de criação da Unidade de Conservação, que ainda não se configurava como parque.

Na Figura 14 imagens da DIPUC realizado na comunidade de São Sebastião do Monte Verde - município de Lima Duarte 29/09/15.

Figura 14: DIPUC na Comunidade São Sebastião do Monte Verde.



Fonte: IEF (2017).

⁹ diagnósticos participativos de unidade de conservação

Na Figura 15 a equipe técnica apresentando a proposta e colhendo informações junto aos moradores do entorno da Serra Negra durante os Diagnósticos Participativos.

Figura 15 - Equipe técnica apresentando a proposta e colhendo informações junto aos moradores do entorno da Serra Negra durante os Diagnósticos Participativos.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2015).

Após a conclusão dos DIPUCs e a elaboração dos relatórios, iniciou-se formalmente a elaboração do estudo técnico, com a intensificação da participação do Analista Ambiental do IEF, sediado em Juiz de Fora, que assumiu a coordenação técnica regional, em parceria com o Gerente de Criação e Implantação de Áreas Protegidas, da sede do IEF em Belo Horizonte, coordenador técnico estadual. A equipe técnica local passou a oferecer apoio, formando assim a equipe responsável pela elaboração do estudo técnico, com a definição da categoria de Unidade de Conservação. A Figura 16 ilustra essa visita.

Figura 16 - Equipe de Elaboração do Estudo Técnico para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira em reunião de trabalho na cidade de Olaria – MG, ano de 2016.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2015).

A definição da categoria da unidade de conservação foi, segundo os técnicos, resultado de intensas discussões entre os técnicos envolvidos, conforme citado anteriormente, durante as primeiras visitas à região que hoje compreende o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, considerou-se a possibilidade de estabelecer uma Área de Proteção Ambiental, uma vez que essa categoria enfrentaria menor resistência para sua implementação. No entanto, com o avanço das pesquisas e a crescente compreensão sobre a relevância biológica e paisagística da Serra Negra da Mantiqueira, tornou-se evidente a necessidade de uma categoria de proteção mais restritiva. De acordo com um dos ambientalistas envolvidos no processo, a criação de um Monumento Natural (MONA) foi amplamente debatida ao longo do tempo, sendo a categoria de Parque a última a ser considerada devido sua complexidade e desafios de implementação.

A proposta de estabelecimento do Parque foi defendida e incentivada, sobretudo, pelos técnicos do Instituto Estadual de Florestas e pelo técnico do Circuito Serras de Ibitipoca. Apesar dos desafios inerentes à sua criação, a ideia foi amplamente aceita pela maior parte dos envolvidos no processo.

Em uma reunião realizada na cidade de Olaria, no ano de 2016, deliberou-se sobre a elaboração do estudo técnico como requisito essencial para a criação da UC. A responsabilidade por essa elaboração foi atribuída à equipe já envolvida no projeto, a qual possuía uma abordagem interdisciplinar e amplo conhecimento científico. Entre os integrantes estavam técnicos do Instituto Estadual de Florestas, do Circuito Serras de Ibitipoca, das prefeituras de Olaria e Lima Duarte, bem como da ONG PREA. O estudo foi construído de maneira voluntária pelos profissionais envolvidos.

O estudo foi concluído em janeiro de 2017 e, posteriormente, submetido à análise e aprovação da direção do Instituto Estadual de Florestas, o que permitiu a abertura do período de consulta pública em outubro de 2017. Essa fase teve como principais objetivos o esclarecimento da proposta, o aprimoramento da delimitação da unidade de conservação como forma de minimizar conflitos fundiários desnecessários. Destaca-se que, nesse processo, foi utilizada a ferramenta do Cadastro Ambiental Rural, que na época teve um caráter pioneiro.

Contudo, à época do estudo, não havia dados oficiais suficientes sobre a situação fundiária da área. A sobreposição da área proposta com os Cadastros Ambientais Rurais (CAR)¹⁰ indicou a existência de aproximadamente 51 propriedades, número que atualmente é superior, cerca de 55 propriedades. Nesse contexto, busca-se incentivar a regularização fundiária e a aceitação de compensações financeiras oferecidas por empresas privadas.

O documento técnico elaborado em 2017 para subsidiar a criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira identificou uma série de atividades antrópicas consideradas prejudiciais à integridade ambiental da região. Dentre essas, destacam-se a pecuária extensiva, que contribui para a degradação do solo, disseminação de espécies invasoras e avanço sobre áreas sensíveis, como nascentes e matas ciliares; o uso recorrente do fogo, que acelera processos

¹⁰ “O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. A inscrição do imóvel rural no CAR é realizada por meio de sistema eletrônico e deverá ser feita junto ao órgão estadual competente, na Unidade da Federação (UF) em que se localiza o imóvel rural.” (Brasil, 2024).

erosivos e compromete a biodiversidade; e a presença crescente de espécies vegetais invasoras, que dificultam a regeneração da flora nativa. A supressão da vegetação, especialmente por meio da extração da Candeia, foi apontada como um fator de redução da biodiversidade e de impacto sobre os recursos hídricos. A coleta indiscriminada de plantas nativas, como orquídeas, bromélias e palmito, também foi observada como uma prática frequente e preocupante. Além disso, o turismo desordenado, com o pisoteio da vegetação, descarte de lixo, uso de fogueiras e abertura de trilhas, tem gerado impactos significativos, incluindo o comprometimento da fauna, flora e paisagem. A prática de garimpo, com extração de areia, cascalho e quartzito, intensifica processos erosivos e afeta diretamente a vegetação ciliar. A expansão do monocultivo de eucalipto, sobretudo nas áreas mais altas da serra, tem substituído ecossistemas nativos e intensificado a homogeneização da paisagem. Por fim, a abertura e manutenção de trilhas e estradas, muitas vezes impulsionadas por práticas esportivas motorizadas, têm provocado erosão, formação de voçorocas e introdução de espécies exóticas, configurando um quadro de pressão constante sobre os ecossistemas locais (IEF, 2017).

No dia 25 de setembro de 2017 foi realizada Reunião Ordinária, onde reuniram-se no Plenário da Câmara o Vereador Eduardo presidente da mesa diretora, Ivânia Vice- Presidente, Waldiney Secretário e os vereadores: José Roberto, Rogério, Fábio, Nivaldo, Rinaldo e Walmir (Câmara Municipal de Olaria, 2017).

Em seguida, foram promovidas reuniões públicas junto às câmaras municipais e, no caso de Rio Preto, na sede do sindicato rural, com o objetivo de atender os proprietários cujas terras estavam total ou parcialmente inseridas na proposta inicial. Como já mencionado, haviam sido realizados os Diagnósticos Participativos de Unidade de Conservação em todas as comunidades da região, ao longo da primeira metade de 2016 e no dia 17 de outubro de 2017 a primeira audiência pública aconteceu na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde. Na Figura 17 a audiência pública na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde.

Figura 17: Audiência Pública na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde em 17/10/17.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2017).

Cumprе mencionar que o processo teve também resistência por parte da sociedade. Durante a reunião, iniciou-se uma mobilização contrária à criação da UC, liderada por alguns atores locais que expressavam preocupações quanto às possíveis restrições às atividades agropecuárias e à chegada de um fluxo maior de turistas, bem como à intensificação da fiscalização ambiental. Outros fatores que motivaram a oposição incluíram o receio de dificuldades na expansão de atividades minerárias e da monocultura do eucalipto, além da imposição de barreiras a práticas ilegais, como a extração de madeira, a coleta de palmito e a caça predatória. Na Figura 16 a manifestação contrária a criação do PESNM:

Figura 18: Manifestação contrária a criação do PESNM na cidade de Santa Bárbara do Monte Verde em 17/10/17.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2017).

De acordo com as entrevistas realizadas, um dos principais questionamentos apresentados refere-se à ausência de abordagens individualizadas a cada morador. Diante dessa demanda, solicitou-se que a equipe responsável realizasse visitas a todas as propriedades afetadas, medida que, conforme avaliado pela própria equipe, revelou-se inviável do ponto de vista logístico. Dessa forma, optou-se pela realização de reuniões coletivas, uma forma de tentar assegurar a transparência do processo e evitar a disseminação de informações inconsistentes.

De acordo com o relato do Coordenador Regional do IEF, um animal morto foi lançado no local. Além disso, uma passeata percorreu as ruas da cidade até a Câmara Municipal, reunindo moradores das comunidades do Funil e Três Cruzes, bem como lideranças contrárias ao projeto. Durante a audiência, discursos acalorados evidenciaram preocupações e posicionamentos divergentes em relação ao processo e à equipe técnica responsável. Tal situação de conflito será analisada com maior detalhamento no próximo capítulo deste trabalho.

No dia seguinte, 18 de outubro de 2017, ocorreu a audiência pública no município de Lima Duarte. No site da Câmara Municipal da prefeitura de Lima Duarte é possível ver a divulgação da reunião. Na Figura 19 o site da Câmara Municipal de Lima Duarte:

Figura 19: Reprodução do Site da Câmara Municipal de Lima Duarte.



Fonte: Câmara Municipal de Lima Duarte (2017).¹¹

Diferentemente do evento anterior, a apresentação do projeto ocorreu sem hostilidades e movimentações contrárias. O projeto contou com o apoio da maioria dos presentes, incluindo vereadores e o prefeito. Na Figura 20 imagens da reunião:

Figura 20 - Realização da audiência pública no município de Lima Duarte em 18/10/17.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2017).

¹¹ Disponível em:
<https://www.limaduarte.mg.leg.br/institucional/noticias/audiencia-publica-ief-criacao-do-parque-estadual-serra-negra-da-mantiqueira>

As audiências seguintes ocorreram nos municípios de Olaria, em 23 de outubro de 2017, e Rio Preto, em 21 de novembro do mesmo ano. Ambas registraram manifestações contrárias ao projeto, com grande presença de moradores e lideranças opositoras. Em Rio Preto, a sessão aconteceu no fórum da cidade e foi marcada por intensa mobilização popular, com passeatas, cartazes de repúdio e discursos que dificultaram a apresentação da proposta. Abaixo a Figura 19 uma reprodução da Câmara Municipal de Olaria, na qual está exposto o convite a população do município para a reunião de consulta pública e Figura 21 que mostra a realização da audiência pública no município de Olaria que teve 14 inscritos para expor sua opinião quanto à criação do possível Parque e estiveram presentes mais de 120 pessoas (Câmara Municipal de Olaria, 2017).

Figura 21 - Convite da audiência pública no município de Lima Duarte.



Fonte: Reprodução Câmara Municipal de Olaria (2017).¹²

Figura 21 - Realização da audiência pública no município de Olaria em 23/10/17.

¹² Disponível em:

<https://www.olaria.mg.leg.br/institucional/noticias/a-camara-municipal-juntamente-com-ief-convidam-a-populacao-para-consulta-publica-ira-discutir-a-possivel-criacao-de-parque-estadual-na-serra-negra-da-mantiqueira>



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2017).

De acordo com as entrevistas com os técnicos responsáveis pela criação do parque, durante todo o período de consulta, a equipe técnica enfatizou que não havia interesse em incorporar ao Parque áreas já consolidadas para uso agrícola ou pecuário. Ademais, esclareceu-se que os municípios onde houvesse maior resistência à proposta poderiam dialogar e sugerir ajustes na delimitação da unidade de conservação.

Foi nesta fase que a proposta inicial de uma área de 6.800 hectares para o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira foi reduzida para 4.203,96 hectares, após as manifestações ocorridas nas reuniões. No município de Rio Preto as alterações foram substanciais, os limites do parque foram redefinidos, restringindo-se ao topo da serra.

Apesar dessa decisão, persiste uma situação emblemática no município de Lima Duarte, no território do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. Trata-se de uma família que, seis anos após a criação da unidade de conservação, descobriu que sua fazenda — pertencente à família há gerações e originalmente fora das áreas previstas para inclusão — passou a integrar os limites do parque. A incorporação, segundo os proprietários ocorreu sem qualquer diálogo prévio, contrariando o discurso oficial de um processo conduzido com base na participação e no diálogo. Segundo relato dos envolvidos, a família não teve a chance, como outros proprietários, de solicitar a exclusão de sua propriedade da área do Parque.

Esta situação será retomada e analisada em profundidade no tópico dedicado às tensões e conflitos decorrentes da criação do parque.

Após a conclusão das audiências públicas, a equipe técnica elaborou os relatórios finais, considerando algumas das contribuições e registros das reuniões. Nos meses seguintes, o processo ganhou maior visibilidade na mídia, com a divulgação de reportagens que apresentavam diferentes perspectivas sobre a criação do Parque. Paralelamente, setores contrários ao projeto intensificaram sua mobilização, envolvendo parlamentares e representantes políticos na tentativa de reavaliar sua implementação.

Durante esse período, o Instituto Estadual de Florestas enfrentou contratempos que resultaram no adiamento da conclusão do processo de criação de duas unidades de conservação no Estado, incluindo o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Esse intervalo foi marcado pelo fortalecimento e pela organização das articulações contrárias ao projeto.

Diante desse cenário, em 12 de junho de 2018, o até então gestor do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca, buscou contato com o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O contato ocorreu por meio da rede social Instagram, visando estabelecer um diálogo mais ágil, uma vez que os trâmites formais eram conduzidos pelo IEF, dificultando o acesso direto ao secretário.

O contato obteve êxito e o secretário orientou a realização de um abaixo-assinado para demonstrar o apoio popular à criação da unidade de conservação. Seguindo essa recomendação, o representante da IGR iniciou as tratativas com a equipe técnica, organizando o abaixo-assinado que reuniu mais de duas mil assinaturas favoráveis. O documento foi encaminhado ao secretário acompanhado de um ofício de apoio expedido pelo prefeito de Lima Duarte, e um relatório atualizado elaborado pelos coordenadores de UC.

A repercussão do abaixo-assinado e os argumentos técnicos apresentados intensificaram as movimentações de atores políticos locais e membros da comunidade contrários à criação da unidade de conservação. Parlamentares estaduais foram acionados para reforçar a oposição ao projeto.

Percebe-se que a forma como os grupos favoráveis e contrários ao parque se organizam revela dinâmicas de poder que se tornam particularmente evidentes ao longo do processo. Nesse sentido, Haesbaert (2004) destaca que o território está

intrinsecamente associado à noção de poder, seja este exercido como dominação — a exemplo do poder estatal —, seja relacionado à propriedade ou à posse da terra. As repercussões das reuniões realizadas, assim como os boatos em circulação sobre a criação do parque, tornam visíveis os diferentes interesses em disputa na região, refletindo os conflitos territoriais que emergem neste estágio do processo de implantação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 3 deputados estaduais representantes da bancada ruralista se destacaram na mobilização contrária à criação do parque. Um dos parlamentares criticou a metodologia adotada pelo governo para a criação de parques estaduais, mencionando especificamente o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, conforme registrado na ata da 47ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, realizada em 14 de junho de 2018, representada pelas Figuras 22, 23, 24 e 25.

Figura 22, 23, 24 e 25 - Prints da 47ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, realizada em 14 de junho de 2018¹³.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, vim manifestar minha indignação com as atitudes do governo Pimentel em querer tomar as terras dos nossos produtores. Ele está criando agora mais dois parques estaduais. Um na região da Canastra, onde já há o Parque Nacional da Canastra, que na época era para ter 200.000ha, e fora demarcados 70.000ha, e quase não pagaram a ninguém. Os produtores estão sofrendo e até hoje tentam tirar os produtores de 140.000ha, sem nenhum real à disposição para as desapropriações. Aí vem o governo do Estado agora querendo ampliar, querendo fazer outro parque ao lado, em direção a Sacramento, em direção à região de Itapira e à região de Araxá. O atual parque nacional fica no São Francisco, e esse seria no Rio Araguari. Não sou contra desapropriar. Não sou contra criar parques. Mas antes de criar parque, tem de pagar o dono da terra. Tem de pagar o preço justo. O Estado não tem dinheiro para nada, não paga ao funcionalismo, não paga ao fornecedor, acaba com os programas, e agora ainda quer pegar terra dos nossos produtores, que muitas vezes são até pequenos produtores, e que fabricam o melhor queijo do Estado, do Brasil, e talvez até do mundo. O governo Pimentel quer criar mais um parque à custa do produtor rural. Ele quer criar também um outro parque. Ele deve soltar agora um decreto nos próximos dias. Esse parque fica ali na região de Lima Duarte, região do Rio Preto, próximo à divisa com o Estado do Rio de Janeiro e não muito longe da divisa com o Estado de São Paulo. Trata-se também de uma região bonita, que possui belas florestas e está bastante conservada pelos produtores. Ele poderia era ajudar esses produtores a continuar na terra produzindo o seu queijo, o seu leite, produzindo milho, arroz, café, continuando no seu meio, onde ele possui a cultura de cuidar do seu terreno, da sua propriedade. Aí vem o governador, para fazer média com o Estado, com o Brasil e até com organizações internacionais, querendo criar um parque de 4.000ha nas costas do pequeno produtor, do médio e do grande que seja – mas que acho que nem existe lá. Não consigo admitir que o Estado faça desapropriação e não pague, entre na propriedade e não coloque um recurso, como aconteceu em uma fazenda em Campo do Meio, com 4.000ha daquela família: até hoje

¹³ Disponível em: <https://diariolegislativo.almg.gov.br/2018/L20180614.pdf>.

não pagaram a ninguém. E ainda colocam lá um monte de gente. Não duvido que essa estratégia de dizer que se vai criar parque seja para levar invasores de terras, seja para levar pessoas do Movimento dos sem Terra. Isso é um absurdo, deputado Bonifácio Mourão, criar parque estadual sem nenhum real no orçamento. Isso é entrar na sua casa e colocar a família para correr a fim de fazer média com a população. Esse parque estadual fica na região de Lima Duarte, na região do Rio Preto, abrangendo quatro municípios. Aliás, as famílias agora estão sendo avisadas. Querem criar um parque com 4.000ha e tirar os pequenos produtores da região do Rio Preto. Isso é um absurdo. Sem contar que já existe o do Papagaio, que vive esse conflito, e o Estado não investe R\$ 1,00, não paga a ninguém e deixa o pessoal todo engessado. Não podemos admitir isso. Vá à Canastra ver como está o parque nacional. Esse parque nacional foi todo devastado, porque o poder público não o conserva. Onde estão os produtores? Matas nativas, água bonita, limpa, nascentes preservadas. Se querem construir parque, querem preservar o meio ambiente – no nosso entendimento –, comecem preservando a família, comecem preservando o homem, que cuida do seu bem, cuida da sua terra, cuida do que ele mais ama, que é seu meio, a sua história, a sua vida. É aí que se produzem os melhores queijos do Brasil e do mundo. É preciso preservar as tradições daquelas famílias e não retirá-las de lá, como estão querendo fazer. Já foi anunciado ao prefeito Roldão, da cidade de São Roque de Minas, que será instalado um novo parque na cabeceira do Rio Araguaari. Portanto, é hora, sim, de buscar programas para incentivar a preservação e pôr os produtores cada dia mais ativos, vivos e animados, produzindo o melhor queijo do Brasil, e não expulsá-los da terra, como está fazendo o governo do Estado.

O deputado Durval Ângelo – Quero concordar plenamente com os argumentos apresentados na questão de ordem do deputado Antonio Carlos Arantes. É a primeira vez que o ouço discutir essa questão. Presidi uma comissão, que foi a de Direitos Humanos, na qual discutimos a postura do governo Aécio e Anastasia ao decretar a criação de parque sem que houvesse dinheiro para indenizar os pequenos proprietários, sem que houvesse recurso em caixa. Gostaria de dizer-lhe que ele nunca esteve em reunião alguma para debater essa questão e defender os produtores. Citei o nome. Realizamos três audiências sobre o Parque Estadual Sete Salões, nos Municípios de Resplendor e Conselheiro Pena, para tratarmos de uma verdadeira violência praticada há 12 anos. Quem era governador há 12 anos? Até hoje nenhuma indenização foi paga. O deputado não esteve em nenhuma das três audiências. Realizamos umas quatro ou cinco audiências na comissão para discutir o Parque Estadual Serra Negra, em Itamarandiba, de cuja área saíram 90 famílias – as que concordaram, na época, com a indenização, até hoje não a receberam. No novo governo, conseguimos manter na área 50 famílias. Nessas reuniões, tanto na região quanto aqui, o deputado não se encontrava para discutir o assunto, e o governador era o Aécio Neves. Poderia dizer mais e vou dizer. Quanto ao parque em São Gonçalo do Rio Preto e Felício dos Santos, realizamos duas audiências: uma, na Igreja matriz; a outra, aqui. Nessas ocasiões, ocorreu a mesma coisa, ou seja, as ações foram feitas, e não houve preocupação alguma com os pequenos produtores que estavam naquela área nem foi paga qualquer indenização. Quanto ao Parque Estadual do Sumidouro, realizamos, no governo Anastasia, audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, e não houve indenização. Entendo que a questão ambiental é importante, assim como a decretação da criação desses parques. Ao mesmo tempo, sabemos que é preciso haver infraestrutura para a manutenção do parque – e essa é uma grande preocupação – e tratar das comunidades que estão na área. Quando o governo decide decretar a criação de um parque, sempre digo: por que ele está preservado? Porque existe pequeno proprietário na área que faz a preservação, que atua na preservação. Então, só quero deixar bem claro, deputado Antonio Carlos, que concordo com V. Exa. É preciso não só ter a preocupação ambiental, mas também garantir algo, que, no mundo inteiro, tem sido discutido: as unidades consorciadas, onde se pode ter a convivência da pequena produção com a preservação ambiental. Isso é possível. Não adianta chegar aqui e criticar o governo Fernando Pimentel. Sabe quantos casos de parque eu citaria nos governos Aécio e Anastasia? Chegamos a 13 áreas diferentes para debates. Isso porque houve também o de Grão Mogol, além de tantos outros. Onde se faz a decretação da criação do parque não se tem preocupação com as comunidades. Eu poderia citar o Sempre-Vivas. As comunidades extrativistas foram proibidas de retirar de lá flores, a flor sempre-viva, que, por sinal, dá nome ao parque. Então, já citei aí uns sete ou oito. Essa preocupação não havia. Deputado, creio que V. Exa. tem razão. O deputado Duarte Bechir está com um requerimento para discutir essa questão, a fim de que haja a preocupação de garantir a preservação ambiental com

a presença das comunidades que estão na área. Onde houver a necessidade de se fazer a retirada, deve-se garantir, previamente, indenização àqueles que lá estão. E existe uma tese que a Comissão de Direitos Humanos sempre defendeu, que é a possibilidade de troca de terra por terra, em outras regiões – conseguimos fazer isso em Irapé, no Jequitinhonha –, no sentido de permitir que o pequeno proprietário continue na área. Só quero fazer essa ponderação. Citei aqui 7, 8 casos, mas foram 13. Tenho esse levantamento na Comissão de Direitos Humanos. Essas preocupações também, infelizmente, não estiveram no governo anterior. A culpa é do governador ou do vice-governador ou seria da visão de uma política ambiental, que permanece a mesma, que não leva em conta a pequena produção e as comunidades tradicionais que vivem na área? Não acreditando que os dois ex-governadores erraram nem que este errou, opto pela segunda versão, até ter uma versão contrária.

Fonte: Minas Gerais. (2018)

Um dos deputados criticou duramente o governo estadual, acusando-o de implementar novas unidades de conservação sem garantir os recursos necessários

para indenizar os pequenos produtores afetados, o que, segundo ele, compromete a justiça social e a permanência de comunidades tradicionais no campo. Enquanto o outro deputado endossou as críticas, contextualizando que essa prática já era recorrente em gestões anteriores e enfatizou a necessidade de políticas públicas que aliem preservação ambiental à permanência das comunidades locais. Ambos os parlamentares alertaram para a falta de estrutura do Estado para gerenciar adequadamente essas áreas e defenderam alternativas como unidades consorciadas e a troca de terras como formas mais justas de conciliar conservação ambiental e direitos territoriais.

Em continuidade às articulações, um dos deputados organizou, por meio da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, uma audiência pública na Assembleia Legislativa, agendada para 4 de julho de 2018. A finalidade da audiência pública era debater a criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. Ao tomar conhecimento da audiência, a equipe técnica empenhou-se em mobilizar ambientalistas, autoridades e cidadãos favoráveis ao projeto, buscando assegurar uma representação equilibrada no debate. O Circuito Turístico Serras de Ibitipoca facilitou a participação do Secretário de Estado de Turismo, enquanto a equipe técnica articulou a presença de representantes do Ministério Público e do Executivo municipal.

O evento contou com a presença de diversas autoridades políticas e representantes de instituições estaduais e municipais, evidenciando o caráter institucional e político do processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Estiveram presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas, bem como uma Promotora de Justiça representando a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo. Participaram também os prefeitos dos municípios de Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde e Lima Duarte, além dos respectivos presidentes das câmaras municipais e de outros vereadores. Representantes de associações comunitárias e ambientais, como presidentes de associações de moradores e amigos das comunidades de Três Cruzes e da Serra do Funil, também estiveram presentes. A reunião contou ainda com a presença do Coordenador Regional de Unidades de Conservação da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Mata

do IEF. Abaixo, a Figura 26 demonstra a comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, enquanto a Figura 26 representa o documento enviado pelo gerente de criação de unidade de conservação ao diretor de unidade de conservação.

Figura 26 - Foto da reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais com a finalidade de debater a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira em 04/07/18.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2017)

Figura 27: Print da reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais com a finalidade de debater a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira em 04/07/18.



Fonte: Reprodução do youtube (2018).¹⁴

Durante a audiência, após a apresentação do projeto pelos representantes do IEF, diversos participantes se pronunciaram em defesa da conservação ambiental e do potencial turístico da Serra Negra. Entre os discursos favoráveis, destacaram-se os de representantes do poder público, membros do setor ambiental e da sociedade civil. Além disso, um estudo sobre a importância da área foi apresentado por uma ambientalista, enquanto uma bióloga e o presidente do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca também manifestaram apoio ao projeto. O presidente da Câmara Municipal de Lima Duarte igualmente se pronunciou a favor da criação do parque.

A análise do vídeo da reunião realizada em 4 de julho de 2018 disponível na plataforma youtube, permite compreender que o processo de criação do parque foi marcado por posicionamentos tanto favoráveis quanto contrários. Nessa perspectiva, Souza (2001) entende o território como um “espaço das relações de poder”, no qual as relações sociais se projetam espacialmente. Lima e Alves (2018), por sua vez, destacam que os acontecimentos políticos não surgem de maneira espontânea, mas resultam de construções sociais que, com frequência, são apresentadas como inerentes à dinâmica da própria sociedade. Nesse contexto, o

14

https://www.youtube.com/results?search_query=comiss%C3%A3o+de+meio+ambiente+e+desenvolvimento+sustent%C3%A1vel+de+minas+gerais

domínio político sobre o território está atrelado à formulação e implementação de políticas públicas voltadas à sua ordenação e valorização. O território, portanto, é compreendido como um espaço onde se exerce um poder predominantemente centralizado no Estado, que atua como agente regulador, transformador e produtor do espaço.

Concluídos os trabalhos da audiência pública, a pedido do Deputado Duarte Bechir, foi feita a ementa de suspensão de criação do Parque, tendo o seguinte texto: “Requer que seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 4/7/2018, que debateu a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, para que suspenda a criação do referido parque até que todas as dúvidas dos cidadãos potencialmente atingidos pela medida sejam sanadas.”

Em resposta o Gerente de criação de unidades de conservação retornou com a resposta disponível na Figura 28.

Figura 28: Resposta do Gerente de Criação de Unidades de Conservação
30/08/18.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (2018)

Apesar da forte resistência, em 4 de julho de 2018, o então governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, assinou o decreto de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, abrangendo uma área de 4.203,96 hectares nos municípios de Olaria, Lima Duarte, Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde. Trata-se da única unidade de conservação estadual inserida na bacia do Rio Preto em Minas Gerais.

A surpresa com a assinatura do decreto de criação do parque foi tamanha que o técnico da IGR recebeu uma ligação entusiasmada do então futuro gerente da UC às 7:00 da manhã do dia seguinte: "*Habemus parque, habemus parque!*". Posteriormente, esse mesmo profissional — engenheiro florestal e analista ambiental do IEF — foi nomeado para assumir a primeira gerência da Unidade de Conservação. Sua escolha teve um caráter político, conforme ele mesmo reconhece, pautada por seu conhecimento da região e experiência em cargos políticos. Sua nomeação foi decisiva para diversos avanços iniciais, como a formação do primeiro conselho consultivo e a estruturação necessária para a elaboração do plano de manejo do parque.

A oficialização do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira constitui um marco significativo para a conservação ambiental na região, ao garantir a preservação da biodiversidade local e fomentar a continuidade de estudos científicos. A unidade de conservação abriga 209 nascentes mapeadas, além de inúmeras cachoeiras, cujas águas apresentam tonalidade avermelhada — uma peculiaridade atribuída à decomposição da matéria orgânica da vegetação circundante, o que confere ao ambiente uma coloração singular (PREA, 2025).

Na Figura 29, destaca-se resumidamente as principais datas dos marcos do processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira.

Figura 29 : Linha do tempo do histórico de criação do PESNM.



Fonte: elaboração própria (2025).

5.3 O plano de manejo

Ainda que não constitua o objetivo desta pesquisa realizar uma análise aprofundada do plano de manejo, sua consideração mostrou-se indispensável, uma vez que o processo de elaboração teve início apenas no final de 2023 — cinco anos após a criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira —, inserindo-se de forma relevante no recorte temporal adotado.

A elaboração do plano foi viabilizada por meio de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Olaria, em parceria com o SEBRAE, que disponibilizou os recursos financeiros necessários para a contratação da consultoria técnica. Após processo seletivo, a organização civil socioambiental Programa de Educação Ambiental — que já mantinha atuação na Serra Negra antes da criação do parque — foi contratada para conduzir os trabalhos. As atividades tiveram início no final de 2023 e seguiram ao longo de 2024, em conformidade com o Termo de Referência aprovado e com as autorizações emitidas pelo Instituto Estadual de Florestas.

O processo de elaboração seguiu seis etapas principais. A primeira consistiu na construção do plano de trabalho, organização da equipe técnica e apresentação pública do projeto no município de Olaria. Esse momento inicial serviu como espaço

de validação da proposta junto à comunidade. Na segunda etapa, foi realizada a caracterização da unidade de conservação, com base em dados secundários provenientes de bibliografia especializada, documentos técnicos e acadêmicos, além de informações primárias obtidas por meio de atividades de campo e pesquisas documentais (PREA, 2025).

A terceira etapa compreendeu o reconhecimento da área do parque, com incursões em diferentes setores nos quatro municípios do entorno. Nessas visitas, também foram promovidas reuniões com comunidades locais, nas quais se discutiram os objetivos do plano de manejo e sua perspectiva participativa. Foi nessa etapa que se tornou possível acompanhar duas das reuniões e uma excursão realizadas com os membros da equipe técnica.

A quarta etapa correspondeu à realização da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo, entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro de 2024, no município de Lima Duarte. O evento foi coordenado pelo IEF, com apoio técnico da PREA, e contou com a presença de representantes da sociedade civil organizada, como associações de moradores, associações de produtores rurais, representantes das prefeituras envolvidas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, sindicatos e empreendedores locais (PREA, 2025).

A quinta etapa consistiu na sistematização e formalização do conteúdo produzido, enquanto a sexta etapa referiu-se à submissão do documento para apreciação e aprovação da Câmara de Proteção da Biodiversidade (CPB), vinculada ao Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM).

Por fim, os resultados do plano de manejo, ainda que não em sua totalidade, foram apresentados em dois eventos: um realizado no município de Olaria, com estrutura montada para esse fim, e outro no distrito do Funil. Embora essas reuniões tenham tido objetivos positivos — como o retorno parcial às comunidades participantes das oficinas e a apresentação do vídeo institucional —, as entrevistas revelaram certo descontentamento em relação à divulgação dos eventos. Em especial, a apresentação realizada em Olaria foi alvo de críticas devido a uma mudança de data comunicada em cima da hora, o que impossibilitou a participação de alguns entrevistados. Esses apontamentos evidenciam limitações nos processos

de comunicação e mobilização junto às comunidades, comprometendo a efetividade da devolutiva à população.

O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira foi aprovado em 22 de abril de 2025 pela Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) (IEF, 2025), aproximadamente seis anos e nove meses após a criação da unidade. De acordo com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o plano de manejo deve ser elaborado no prazo de até cinco anos a partir da data de criação da unidade. No entanto, a legislação não prevê sanções específicas para o descumprimento desse prazo.

Durante as entrevistas realizadas, constatou-se que muitos proprietários e moradores demonstravam confusão acerca das distintas etapas do processo de criação do Parque, das reuniões relacionadas ao plano de manejo e, sobretudo, das competências específicas de cada organização e instância envolvida. Observou-se, por exemplo, incertezas quanto às responsabilidades atribuídas ao Estado, às funções e atribuições do gerente do Parque, bem como ao papel das prefeituras municipais em determinadas decisões e das atribuições da equipe responsável pelo PM. A análise do processo evidencia que essas dúvidas decorrem, em grande parte, de falhas na comunicação por parte do próprio Estado, este parâmetro de análise será discutido no próximo capítulo.

O Plano de Manejo foi mencionado por alguns entrevistados não apenas como um instrumento técnico, mas também como um instrumento de natureza política, uma vez que determinadas decisões foram objeto de mediação diante da presença de interesses diversos — como, por exemplo, a definição da zona de amortecimento, a indicação de portarias e a delimitação de trilhas. Houve momentos dedicados à promoção da participação social, como a oficina participativa voltada à construção de um documento com caráter democrático. No entanto, é importante destacar que, historicamente, o Brasil apresenta fragilidades no protagonismo das comunidades nos processos de gestão ambiental, o que, segundo alguns participantes, comprometeu o alcance efetivo dos objetivos propostos no Plano de Manejo. Nesta perspectiva, Neiva *et al* (2013, p.16). sinalizam:

[...] é importante salientar que, em geral, o contexto político-institucional das instituições governamentais gestoras de

áreas protegidas ainda é frágil, no que se refere à implementação da gestão participativa no cotidiano da gestão das UCs. Existem características intrínsecas nas organizações que atuam como forças limitadoras nesse processo (Neiva *et al.*, 2013, p. 16).

Portanto, durante a pesquisa, identificou-se certo descontentamento em relação à sua elaboração, motivado por fatores que, embora relevantes, não serão aprofundados neste trabalho, ficando como uma lacuna a ser explorada em estudos futuros. Ainda que o plano de manejo seja citado ao longo do texto, em razão do recorte temporal adotado, não serão analisadas as tensões, os conflitos e os desdobramentos específicos de seu processo de construção. Ressalta-se, contudo, que a partir das reuniões e encontros promovidos no âmbito de sua elaboração, foi possível compreender de forma mais precisa os objetivos da pesquisa, especialmente no que concerne à percepção e ao envolvimento dos diferentes grupos sociais no processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira.

Conforme evidenciado ao longo deste capítulo, a criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira foi um processo extenso, complexo e repleto de reviravoltas. De acordo com o representante do IGR Serras de Ibitipoca, a expectativa inicial era de que o processo se concretizasse em um período de cinco anos. Contudo, entre a primeira visita técnica e a assinatura do decreto de criação, transcorreram sete anos. No capítulo seguinte, serão aprofundadas as tensões e os conflitos que marcaram essa trajetória, assim como as múltiplas percepções sobre o parque, os modos de vida das populações locais e outras percepções associadas à constituição da UC.

6. HABEMUS PARQUE: CONFLITOS E NARRATIVAS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PESNM

Esta seção apresenta os resultados identificados ao longo da pesquisa a partir da análise de documentos institucionais, registros audiovisuais e entrevistas semiestruturadas com moradores e proprietários de terras ao entorno do parque, gestores e outros agentes envolvidos no processo de criação e gestão da UC.

As entrevistas realizadas consistiram em conversas com duração variável entre 30 minutos e 3 horas. A cada nova interação com os entrevistados, surgiam diferentes perspectivas, ampliando a compreensão sobre a região. A investigação

das relações sociais, da história local e dos aspectos afetivos revelou-se uma experiência enriquecedora. Conforme detalhado na seção de metodologia, foram elaborados três roteiros distintos de entrevista, cada um direcionado a um perfil específico de entrevistado.

Um dos principais desafios foi a identificação e categorização dos entrevistados, devido à complexidade das interconexões presentes na história da Serra Negra. Muitos dos envolvidos desempenharam múltiplos papéis ao longo do tempo, atuando na criação do parque, na participação do conselho, no incentivo ao turismo local, na integração em associações, na produção do documento técnico e até na equipe responsável pelo plano de manejo. Essa sobreposição de funções tornou a classificação dos entrevistados um processo desafiador.

A imersão na história e na cultura da região ocorreu por meio da observação e do diálogo. Foram realizadas inúmeras conversas informais, muitas vezes acompanhadas de cafés, proporcionando acesso a diferentes relatos, embora algumas histórias ainda necessitem de mais tempo para serem compartilhadas.

Conforme apresentado na seção de metodologia, a análise foi estruturada a partir de quatro parâmetros principais: percepções sobre o parque, mudanças nos modos de vida, tensões e conflitos e o perspectivas sobre o turismo na região.

6.1 Percepções sobre o parque

O objetivo desta análise é compreender de que maneira diferentes os agentes sociais entrevistados e os grupos nos quais eles se encontram perceberam a criação do parque, considerando suas experiências, interesses e formas de inserção no território. A articulação entre diferentes fontes de informação permitiu identificar tanto os discursos institucionais quanto as narrativas dos moradores e proprietários, revelando a pluralidade de sentidos atribuídos ao Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira e a região no qual está inserido.

Conforme apresentado no início do capítulo 5, a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira apresentou características e dinâmicas específicas em cada um dos municípios envolvidos. No que diz respeito à participação da sociedade civil, destacam-se a Associação dos Moradores e Amigos da Serra do Funil, a Associação Comunitária de Moradores e Amigos da Comunidade de Três Cruzes, a Associação dos Produtores Rurais de Olaria e a Associação dos Produtores Rurais

de São Miguel do Funil. A identificação desses grupos foi possível por meio da análise de relatos, atas de reuniões, registros fotográficos dos encontros de consulta pública e do vídeo da reunião realizada em 4 de julho de 2018.

Nos municípios de Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde, as comunidades se mostraram mais organizadas e engajadas, o que contribuiu para uma representação mais expressiva da oposição popular à criação da UC.

Nesse contexto, destaca-se a atuação da Associação dos Produtores Rurais de São Miguel do Funil e da Associação de Moradores e Amigos da Serra do Funil (AMASF), criada após a primeira DIPUC realizada com os moradores em 2016, no município de Rio Preto. De acordo com o atual presidente da associação, a criação da entidade surgiu a partir de uma demanda da comunidade, que começou a ouvir “burburinhos” sobre a implantação do parque e se sentiu incomodada com a forma como o processo estava sendo conduzido pelos órgãos responsáveis. A associação, portanto, foi concebida como uma estratégia de defesa diante da falta de transparência percebida. Atualmente, a associação tem cerca de cinquenta associados, mas o presidente relata reuniões com quase 130 pessoas. A organização da associação é motivo de orgulho para o entrevistado que relata a movimentação feita durante a reunião de consulta pública em Santa Bárbara, “fizemos um esforço para ir para Santa Bárbara”. A fala evidencia o senso de pertencimento e o empenho da associação em participar de processos coletivos, revelando a importância atribuída à representação comunitária em espaços de decisão.

No que se refere à participação da Associação de Moradores de Santa Bárbara do Monte Verde, fundada em 2005, a atual presidente — que está à frente da gestão há aproximadamente um ano — afirmou, em entrevista, que, embora ela tenha propriedade na Vila do Funil há cerca de sete anos, o acesso às informações relacionadas ao processo de criação do parque sempre foi limitado, segundo os relatos que foram feitos a ela. Segundo a entrevistada, a participação da entidade nas discussões foi reduzida, e sua presença pessoal em reuniões foi esporádica, principalmente devido à incompatibilidade dos horários dos encontros com a rotina de trabalho dos moradores e produtores rurais.

Os problemas de comunicação por parte do Estado foram frequentemente mencionados pelos entrevistados, especialmente no que diz respeito à maneira

como os representantes chegaram ao território e aos locais escolhidos para divulgar as informações sobre as reuniões. Alguns moradores destacaram, por exemplo, que em municípios como Rio Preto, o informativo sobre as reuniões foram deixados em um bar conhecido, o que para os moradores indicava uma escolha inadequada de local, considerando que esse espaço não alcançava todos e indicando uma necessidade de uma abordagem individualizada. Além disso, observou-se que muitos entrevistados apresentaram dificuldades em receber e responder às mensagens para agendamento das entrevistas para a pesquisa, o que sugere que, entre os anos de 2011 e 2017, o acesso à internet era mais limitado nas comunidades, indicando que a internet ainda hoje não deve ser um meio de comunicação oficial para divulgar informações sobre o parque com os proprietários do entorno do PESNM.

Com exceção da carta, que será abordada na seção de tensões e conflitos, os entrevistados relataram que nunca houve um informativo com as informações mais relevantes de forma escrita, o que dificultava a disseminação de dados essenciais para a população local. Esses aspectos apontam para falhas na comunicação institucional, que impactaram negativamente o engajamento e a participação das comunidades no processo de criação do parque.

O entrevistado 9 sugere que, para uma comunicação mais eficaz, o Estado poderia ter buscado envolver lideranças locais de diferentes esferas, não se limitando apenas às associadas às organizações formais, mas também aquelas ligadas ao esporte e à religião. Segundo ele, essas lideranças teriam a capacidade de estabelecer um diálogo mais próximo com suas próprias comunidades, uma vez que possuem uma relação de confiança com os moradores. O entrevistado considera que a comunicação institucional foi limitada, pois não alcançou de maneira adequada as diversas parcelas da população, o que poderia ter sido evitado com uma abordagem diversificada e/ou individualizada.

A participação da Associação dos Produtores Rurais de Olaria, fundada em 2000, também foi limitada, segundo o entrevistado 23, que já foi presidente dessa organização e, no momento, integra sua diretoria. Não há uma comunicação direta do Estado com os moradores do meio rural, sendo as informações sempre repassadas pela prefeitura e que caso o Estado tenha realizado contatos, isso ocorreu diretamente com a prefeitura e políticos do município. Ele também recorda

que as reuniões eram realizadas em locais de “prestígio”, onde compareciam principalmente apenas as “pessoas mais esclarecidas”. Segundo o entrevistado, apesar de ter tomado conhecimento e participado de alguns encontros, muitos moradores sequer ficaram sabendo das discussões.

O papel do Estado, somado ao intermédio das prefeituras e à escolha dos locais, horários e canais de divulgação das reuniões, dificultou a participação efetiva de uma parcela dos proprietários, especialmente nos municípios de Olaria e Lima Duarte. Esses municípios não contavam com uma organização social, ao contrário de Rio Preto e Santa Bárbara, que, embora também impactados por esses três fatores, possuíam associações com maior articulação, promovendo uma comunicação, mesmo que, com o objetivo de se opor à criação do parque. A forma como a comunicação foi conduzida distanciou os proprietários afetados, tanto os que foram impactados direta quanto indiretamente, restringindo seu envolvimento direto no processo e impondo desafios à criação de uma participação verdadeiramente inclusiva.

Como desdobramento do processo de criação da unidade de conservação, surgiram também novas associações, como é o caso da AMPRA — Associação de Moradores de São Sebastião do Monte Verde —, formada por um grupo de proprietários do município de Lima Duarte. Essa organização é fruto direto da criação do parque, apesar de estarem em processo de fundação e registro do CNPJ, seus membros manifestaram interesse em participar do próximo edital para compor o conselho gestor da unidade. Outro grupo organizado da sociedade civil é o “Sertão Proibido – Vale do Rio Preto: Da rota do ouro ao ecoturismo, o sertão só é proibido para quem não sabe preservar”. Composto por atores ligados ao setor turístico da região do Rio Preto, o grupo já realizou ações em parceria com a gestão do Parque, visando apresentar suas demandas. Embora o atual representante não considere que o grupo tenha se originado diretamente em decorrência da criação do Parque, uma vez que a atividade turística já estava presente na região anteriormente, ele reconhece que a instituição do PESNM pode ter contribuído como um fator de estímulo à organização e ao fortalecimento dessas iniciativas.

Lüchmann (2011) aponta que as associações são criadas por diversos motivos que refletem diferentes interesses e necessidades sociais. Muitas delas surgem para exercer representação política em espaços institucionais, como os

Conselhos Gestores de políticas públicas em diferentes áreas. Contudo, as razões para sua criação vão além da participação na gestão pública: associações são formadas para representar comunidades locais, como no caso das associações de moradores; defender causas e identidades coletivas; proteger os interesses específicos de seus membros, como sindicatos e clubes; e prestar apoio a populações vulneráveis.

Neste sentido, Spamer e Silva (2019) destacam que a organização comunitária em associações fortalece a identidade coletiva e a capacidade de mobilização das comunidades, especialmente em contextos de conflitos socioambientais decorrentes da criação de Unidades de Conservação que sobrepõem territórios tradicionalmente ocupados. As associações, nesse contexto, atuam como instrumentos de resistência e de afirmação dos direitos das comunidades sobre seus territórios.

No contexto da criação do PESNM, as associações foram formadas como uma estratégia de mobilização para garantir uma participação popular mais efetiva, de modo que a presença da comunidade tivesse influência real nos processos de tomada de decisão.

Compreender as posições adotadas pelas prefeituras municipais e câmara dos vereadores ao longo de todo o processo de criação do parque se faz necessário, uma vez que as decisões políticas locais influenciaram, junto com outros fatores, a forma como as comunidades se posicionam em relação à criação da unidade de conservação, interferindo tanto na aceitação quanto na resistência ao seu estabelecimento.

No caso do município de Lima Duarte, desde o início, observou-se uma postura simpática em relação ao projeto do parque, embora sem um envolvimento expressivo por parte da gestão municipal. A exceção ocorreu no período entre 2014 e 2016, quando o entrevistado 13, ex-secretário de Turismo, atuou ativamente ao lado dos técnicos ambientalistas na promoção do projeto. Segundo ele, enquanto esteve na secretaria, buscou “agitar o processo”, mobilizando esforços para dar visibilidade e impulso à proposta de criação da unidade de conservação. Para além desse envolvimento, observou-se a presença do poder público do município na reunião realizada em 4 de julho de 2018, em Belo Horizonte, ocasião em que a prefeitura manifestou apoio à criação da unidade de conservação em conjunto com a

promotora de Justiça da Comarca de Lima Duarte. Contudo, após esse momento inicial, a atuação da gestão municipal tem sido marcada por omissão, sem a implementação de políticas públicas, ações institucionais ou incentivos vinculados ao Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira.

A sociedade civil do município, por sua vez, demonstrou um envolvimento limitado com o processo. Durante as entrevistas realizadas, esse comportamento foi atribuído a um principal fator à familiaridade da população local com a presença de unidades de conservação, considerando que o município já abriga o Parque Estadual do Ibitipoca, amplamente conhecido e consolidado como atrativo turístico e conforme relatado por alguns proprietários entrevistados pela falta de organização entre os próprios proprietários.

No município de Santa Bárbara do Monte Verde, a postura inicial da prefeitura foi contrária à criação do parque. Em Santa Bárbara, entretanto, observou-se uma mudança significativa durante os mandatos compreendidos entre os anos de 2020 e 2024, quando a administração municipal passou a adotar uma posição mais favorável à unidade de conservação, promovendo ações em prol do parque no território principalmente no âmbito do turismo, conforme afirma a entrevistada 6. Enquanto a comunidade de Três Cruzes protagonizou os maiores embates no que se refere a criação do Parque, em conjunto com o município de Rio Preto os moradores estiveram presentes na reunião do dia 4 de julho de 2018. Nas comunidades citadas durante as reuniões de consulta pública, registraram-se diversos embates entre os moradores, além da realização de passeatas com cartazes, conforme relatado pelos entrevistados.

Rio Preto, por outro lado, historicamente contou com gestões municipais contrárias à criação da unidade de conservação. O município teve grande participação popular que se organizava em ônibus para protestarem e participarem de reuniões em outros municípios, como foi o caso da reunião de consulta pública de Santa Bárbara do Monte Verde e na reunião que aconteceu em Belo Horizonte. No município, também foi apontada a atuação de empresários vinculados ao setor minerário, que teriam se envolvido de forma discreta no processo de criação da unidade de conservação. Diversas entrevistas, incluindo relatos de moradores locais, sugerem que esses empresários teriam contribuído para a disseminação de

informações incorretas com o objetivo de desestimular o apoio à implementação da unidade no território.

Os principais argumentos contrários, à época, estavam vinculados ao receio em relação à criação da zona de amortecimento, ao medo de que o Estado não realizasse o pagamento das indenizações devidas ou promovesse desapropriações em terras produtivas, bem como à preocupação com a chegada do fluxo turístico à região. Este último receio estava associado à percepção de que o aumento no número de visitantes poderia trazer impactos negativos, como barulho, uso de drogas e outras perturbações. Além disso, havia um sentimento generalizado de injustiça, uma vez que a população local acreditava que aqueles que efetivamente preservaram o meio ambiente seriam os mais prejudicados. Também se manifestava o descontentamento em relação às possíveis mudanças nos modos de vida do produtor rural decorrentes da implantação do parque.

O município de Olaria também apresentou variações em sua postura ao longo do processo. Entre 2012 e 2016, a gestão municipal havia interesse na criação do parque por parte da prefeitura; contudo, com mudanças de gestão, esse posicionamento foi reconfigurado. Durante a reunião de 4 de julho de 2018, realizada em Belo Horizonte, o então prefeito — que permaneceu por dois mandatos consecutivos — expressou apoio aos produtores rurais. Em entrevista concedida, o ex-prefeito afirmou nunca ter sido contrário à criação da unidade de conservação, embora tenha reiterado sua preocupação com os impactos sobre o setor rural. Diante do posicionamento adotado à época, inferiu-se que o município era contrário à implementação do parque. Complementarmente, o entrevistado 31, morador do município de Olaria, relatou que representantes da Câmara de Vereadores o convidaram para participar da reunião com o objetivo de expressar uma posição contrária à criação da unidade de conservação. No entanto, o entrevistado, proprietário de terras herdadas do pai, afirmou nunca ter se oposto à constituição da UC. Após a assinatura do decreto e com a perspectiva de investimentos na região, a prefeitura passou a apoiar a iniciativa e a investir no desenvolvimento local, com foco no turismo de natureza. Foi o próprio município que, em parceria com o SEBRAE, financiou a elaboração do plano de manejo. O entrevistado 25, ex-prefeito do município, destacou que fez questão de assegurar que os quatro municípios da região fossem contemplados pelo referido plano. Nos últimos anos, a prefeitura de

Olaria tem demonstrado apoio ao Parque destinando recursos para obras de infraestrutura, como calçamento de vias, e incentivando a profissionalização da comunidade local também em parceria com o SEBRAE.

A respeito da participação social é fundamental ressaltar o papel do conselho gestor do parque, que atualmente está em seu segundo mandato. No Brasil, os conselhos gestores de UCs cumprem o papel de constituírem um espaço de fomento à governança democrática, ao promoverem a interlocução entre o poder público e a sociedade civil, atuando de forma integrada e participativa. Esses espaços são compostos por representantes de instituições estatais e organizações da sociedade civil, que compartilham a responsabilidade de discutir e propor diretrizes relacionadas à gestão ambiental. Ao possibilitar a inserção de diferentes vozes no debate sobre políticas públicas, os conselhos deveriam introduzir uma nova lógica de governança, que amplia a tomada de decisão para além dos limites técnicos e governamentais, incorporando dimensões sociais e territoriais mais amplas (Magno, 2020).

O primeiro Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, instituído pela primeira vez no ano de 2020, teve a primeira composição composta por representantes do setor público e da sociedade civil, conforme estabelecido em edital. No setor público, participam como titulares e suplentes: a Prefeitura Municipal de Olaria, a Câmara Municipal de Olaria, a Prefeitura Municipal de Lima Duarte, a Câmara Municipal de Rio Preto e a Universidade Federal de Juiz de Fora. Já entre os representantes da sociedade civil, integram o conselho como titulares o Programa de Educação Ambiental, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul — que também indicou suplente —, e a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca, igualmente com suplência. De acordo com o § 1º do Art. 8º do edital, a inobservância de critérios ou a ausência de documentação exigida resulta na inabilitação das entidades ou representantes. Nesse sentido, o Sindicato Rural de Lima Duarte e a Prefeitura Municipal de Rio Preto foram inabilitados por formalizarem o processo fora do prazo estipulado (IEF, 2020).

A formação atual do conselho, instituído por meio do Edital nº 001/2024 PESNM, é composto por 16 conselheiros, sendo 8 titulares e 8 suplentes, representando o poder público e a sociedade civil. No âmbito do poder público,

foram designados como representantes a Prefeitura Municipal de Lima Duarte (titular e suplente). Além desses, compõem o conselho a Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata – URA ZM (titular e suplente) e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG (titular e suplente). Pela sociedade civil, participam a Sociedade Carioca de Pesquisas Espeleológicas – SPEC (titular e suplente), a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca – AMATUR (titular e suplente) e o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – CBH PRETO E PARAIBUNA (titular), tendo como suplente o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP. A presidência do conselho é exercida pelo Gerente da UC, responsável pela posse dos membros, sendo que, em sua ausência, as atribuições da presidência são assumidas por um representante do Instituto Estadual de Florestas (IEF, 2024).

O Representante Regional do IEF afirma a respeito do conselho “... o conselho consultivo é como uma ferramenta para equilibrar forças [...] é papel do conselho equilibrar essas forças, acho que tem dado certo”.

Em contraponto, apesar da existência do conselho, os moradores relatam não se sentirem incluídos nas decisões relacionadas ao parque. Isso sugere, por exemplo, que o papel de representação exercido por instituições da sociedade civil precisa ser aprimorado, de forma a contemplar os interesses das comunidades locais. Durante as entrevistas, representantes das associações de moradores mencionaram que os editais para composição do conselho não são amplamente divulgados, o que dificulta a participação.

Neste sentido Loureiro (2007), afirma que os Conselhos Gestores são instâncias reconhecidas por lei e legítimas para garantir o exercício do controle social na administração dos patrimônios naturais e culturais. O autor destaca que o fortalecimento desses conselhos é fundamental para assegurar que cada unidade de conservação cumpra plenamente sua função social. Limont (2009), entretanto destaca que a simples regulamentação de processos de gestão ambiental que valorizam o controle social em sua estrutura não garante sua efetividade, já que a sociedade brasileira apresenta desigualdades estruturais nas condições de participação.

A partir das entrevistas realizadas com representantes institucionais – IEF, a IGR e PREA – bem como com os moradores, especialmente aqueles vinculados a associações locais, observa-se que houve, de fato, uma tentativa de estabelecer canais de comunicação e promover a participação da comunidade civil no processo. No entanto, também é possível identificar que essas iniciativas de participação apresentaram limitações significativas, restringindo a efetiva atuação dos moradores nos processos decisórios relacionados à criação do parque.

No que se refere à participação social, observa-se que, embora tenham sido disponibilizados espaços para esse fim — como as DIPUCs, as consultas públicas e reuniões individuais com uma parcela dos proprietários —, a efetividade dessa participação foi limitada. Um dos principais entraves identificados foi o uso recorrente de uma linguagem excessivamente técnica por parte das instituições responsáveis, o que, em diversas ocasiões, dificultou a compreensão por parte de segmentos da comunidade local. Soma-se a isso a escolha de horários e dias que, muitas vezes, não eram compatíveis com a rotina dos trabalhadores rurais, restringindo ainda mais a presença e o engajamento desses atores. Ademais, conforme mencionado em algumas reuniões, os locais escolhidos para a realização dos encontros também poderiam atuar como barreiras simbólicas, especialmente para moradores que não se sentiam pertencentes àquele espaço institucional ou não se reconheciam naquela dinâmica.

Portanto, a participação social ocorreu, principalmente, por meio das reuniões de consulta pública e DIPUCs, as mobilizações comunitárias, que se intensificaram a partir da criação de associações locais, como a AMASF, a AMPRA. Essas iniciativas coletivas representaram formas de organização social que buscam reivindicar o direito à informação, à escuta qualificada e à participação nos processos decisórios relacionados à criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira.

No que diz respeito à participação social, o representante da IGR Serras de Ibitipoca destacou que as comunidades locais demonstravam maior confiança nos empresários já inseridos no território do que no próprio Estado. Segundo ele, o órgão estatal era percebido com certo distanciamento e desconfiança pela população. Como relatado:

eles pensavam ‘pelo sim pelo não, vou pelo não’. Porque eu conheço essas pessoas [se referindo às pessoas que se posicionaram contrariamente, em sua maioria donos de pousadas, pessoas relacionadas a atividades extrativistas] esse pessoal que tava vindo aí pelo IEF eu não conheço, então eu não confio. Eu não vou confiar nesses meninos novos que estão aí, porque na época era todo mundo muito novo, a gente tinha trinta, trinta e poucos anos.

A fala é significativa, pois evidencia que a desconfiança e o distanciamento em relação ao Estado dificultaram, desde o início, a construção de uma relação de confiança que possibilitasse maior aproximação entre as comunidades locais e o projeto de criação do parque. Ainda que não seja possível afirmar que esse foi o único fator responsável pelo afastamento das populações locais, trata-se de um elemento relevante no processo. Esse tema será aprofundado na seção 6.3 — Tensões e Conflitos. Irving et al (2006) sinalizam que conflitos e tensões não são algo necessariamente ruim, mas sim uma parte do processo que, se bem gerida, pode levar a uma participação mais ampla e democrática da população.

Conforme exposto, as percepções sobre o parque foram sendo modificadas ao longo do tempo em razão das mudanças nas gestões municipais, das movimentações sociais e das decisões tomadas pelo Estado. A análise crítica dessas percepções busca compreender em que contextos os diferentes grupos sociais se posicionam e quais visões tendem a prevalecer dentro de cada coletivo, identificando, assim, tendências discursivas e alinhamentos em relação à criação e gestão da unidade de conservação. Ressalta-se, contudo, que essas não se configuram como definições formais ou absolutas, mas como uma tentativa de justificar determinadas posições adotadas por indivíduos e grupos diante dos processos territoriais.

É importante ressaltar que as percepções sobre a criação do PESNM apresentaram pontos de convergência entre os entrevistados. Apesar das diferentes posições e vínculos com o território, houve um consenso quanto à importância da preservação ambiental como um dos principais objetivos da criação da unidade de conservação. No entanto, a partir desse ponto de concordância, os discursos começam a divergir.

Moradores da região destacaram que, até o momento da criação do parque, foram os principais responsáveis pela preservação da área. Com base nesse argumento, defendem que os direitos sobre as terras, bem como as decisões

relativas ao uso e manejo do território, deveriam ser prioritariamente atribuídos às comunidades locais. Nesse contexto, ressaltam a ausência de reconhecimento do papel histórico que desempenharam na conservação ambiental, bem como a falta de um processo participativo efetivo por parte dos órgãos gestores.

Apesar de muitos moradores afirmarem não se sentirem reconhecidos como agentes preservadores da região, a análise de materiais audiovisuais provenientes dos arquivos pessoais dos próprios entrevistados, bem como registros da reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 04 de julho de 2018, às 10h30, revelou uma perspectiva distinta. Em diversas falas de representantes do Instituto Estadual de Florestas e da Promotoria de Justiça da Comarca de Lima Duarte, registradas nesses vídeos, é possível identificar um reconhecimento explícito do papel das comunidades locais na conservação ambiental. Técnicos do IEF, durante entrevistas e reuniões públicas, destacaram a importância histórica da atuação dos moradores na preservação do território, o que contrasta com a percepção de invisibilidade social e institucional expressa por parte da população local.

Contudo, o reconhecimento da atuação comunitária por parte dos representantes do Estado não implica necessariamente a defesa da manutenção do uso particular das terras. Ao contrário, a argumentação institucional aponta para a importância de compreender os territórios preservados como bens comuns, cujo valor extrapola a esfera privada.

Em relação ao conceito de “público” Irving e Rodrigues (2015) destacam que o termo não se restringe apenas ao sentido de algo pertencente a todos ou de interesse coletivo, mas também envolve um campo de relações dinâmicas entre os indivíduos e as instituições, principalmente no que diz respeito às interações sociais, políticas e econômicas. Nesse contexto, a ideia de espaço público vai além de um patrimônio compartilhado e é vista como um produto dessas interações. A construção do espaço público, assim, está atrelada a questões de poder, ideologia, legitimidade e pertencimento, refletindo as diferentes concepções de Estado e sociedade civil e as relações entre elas, que podem ser tanto conflitivas quanto complementares.

Na mesma reunião mencionada, a Promotora de Justiça enfatizou que a criação de unidades de conservação e a preservação ambiental devem ser

compreendidas como uma questão de sobrevivência das futuras gerações, evidenciando uma perspectiva voltada à coletividade e ao interesse público.

Nesse sentido, os técnicos e representantes estatais destacam que as áreas preservadas devem cumprir uma função socioambiental mais ampla, sendo acessíveis à fruição coletiva e contribuindo para o equilíbrio ecológico e o bem-estar geral. A esse respeito, uma pesquisadora da flora local, com mais de uma década de atuação na região, ressaltou em entrevista os benefícios do contato com a natureza para a saúde física e mental, reforçando o valor intangível dessas áreas naturais para a qualidade de vida das populações humanas.

Embora suas falas e posturas revelem o compromisso com o bem comum e com a proteção dos recursos naturais, também evidenciam o incentivo ao desenvolvimento de atividades turísticas no interior e no entorno do parque. Para esses atores, o turismo surge como uma estratégia complementar de valorização do território, capaz de aliar conservação ambiental e geração de renda para as populações locais. O entrevistado 3, Coordenador Regional do IEF, afirma que o parque não foi criado pensando no lucro da venda de ingressos e sim pensado para o desenvolvimento das comunidades ao entorno.

De um lado, identificam-se discursos que associam o parque à valorização ambiental e ao potencial de desenvolvimento por meio do turismo e da visibilidade regional. Por outro, emergem falas marcadas pelo sentimento de perda, restrição e desconfiança em relação às instituições envolvidas no processo de criação da unidade. Há ainda posições ambíguas, que combinam orgulho pela preservação com frustração diante da pouca participação nas decisões e das dificuldades práticas geradas pelas novas regras de uso do território. Essa multiplicidade de visões indica que o parque não é apenas uma delimitação espacial, mas um território de sentidos em disputa.

Com base nas percepções identificadas nas entrevistas, foi possível organizar os participantes em quatro categorias principais: (i) os que inicialmente se opunham, mas passaram a perceber a unidade de forma positiva; (ii) os que sempre defenderam a criação do parque e mantém essa posição; (iii) os que, embora favoráveis em um primeiro momento, atualmente demonstram insatisfação diante dos desdobramentos do processo de implementação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira; e (iv) aqueles que não manifestaram um posicionamento

explícito em relação à criação da unidade de conservação.

Na Tabela 4, são apresentados os grupos de entrevistados identificados a partir das diferentes percepções sobre a criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. A tabela organiza os grupos conforme o posicionamento identificado, incluindo uma breve descrição de cada perfil e as principais justificativas apontadas. A organização dos grupos não possui caráter quantitativo. A divisão apresentada na Tabela tem como objetivo identificar as percepções sobre a UC e, a partir dessas visões, compreender os significados atribuídos ao território em que o parque está inserido.

Tabela 4 - Percepções sobre o parque.

Posicionamentos			
nº	Grupos	Descrição	Principais Justificativas
8	Inicialmente contrários, depois favoráveis	Pessoas que desde o início se posicionaram contra a criação do parque.	Acesso a informação, possibilidade de novos usos e projetos.
6	Inicialmente favoráveis, mas atualmente demonstram insatisfação	Pessoas que inicialmente apoiaram ou mantiveram posição de neutralidade, mas demonstram insatisfação com as implicações da criação do parque e/ou frustrações com o processo.	Falta de diálogo efetivo com os proprietários, promessas não cumpridas, insatisfação com as implicações da criação do parque.
16	Sempre favoráveis	Pessoas que sempre apoiaram a criação da unidade de conservação.	Valorização ambiental, expectativa de desenvolvimento do entorno do parque, expectativas para o desenvolvimento do turismo.
2	Não apresentou nenhuma posição	Não manifestou posicionamento definido em relação à criação do parque, mantendo-se neutro(a) ou demonstrando desconhecimento ou desinteresse quanto ao processo e aos seus desdobramentos.	Desconhecimento sobre o processo, ausência de envolvimento direto ou percepção de que a criação do parque não impactaria significativamente sua

Posicionamentos			
			realidade.

Fonte: elaboração própria (2025).

A análise qualitativa dos discursos revelou diferentes posicionamentos frente à criação do PESNM, os quais expressam percepções, experiências e transformações subjetivas ao longo do tempo. Dentre os trinta e dois entrevistados, dezesseis demonstraram apoio contínuo à criação da unidade, associando-a não apenas à preservação ambiental, mas também à abertura de novas possibilidades econômicas, sobretudo por meio do turismo. Esses participantes articulam um discurso que valoriza a conservação, ao mesmo tempo em que projetam expectativas de desenvolvimento para a região. O entrevistado 29, por exemplo, assim como a maioria dos entrevistados desse grupo, reconhece sinais positivos associados à presença do parque, como a valorização fundiária. De acordo com seu relato, já é possível perceber vizinhos vendendo suas terras por valores superiores aos praticados antes da criação da UC. Neste grupo a valorização das terras é vista como algo benéfico aos proprietários.

Seis entrevistados relataram uma mudança de perspectiva, passando de um posicionamento inicialmente favorável ou neutro para uma visão mais crítica. Essa transformação é atribuída à forma como o processo de implementação foi conduzido, especialmente em relação a aspectos como regularização fundiária, especulação imobiliária, ausência de informações claras sobre a zona de amortecimento, funcionamento do conselho consultivo e carência de canais efetivos de comunicação com a comunidade. A falta de escuta e a baixa transparência foram apontadas como elementos que geram frustrações e descontentamentos. O entrevistado 26 afirmou ter sido “ingênuo”, pois inicialmente comprou a ideia de projeto mas que, após o decreto, passou a perceber as verdadeiras implicações da criação da UC, neste grupo a especulação imobiliária não é vista como algo positivo na região.

Por outro lado, sete entrevistados afirmaram que, inicialmente, eram contrários à criação do PESNM, mas passaram a vê-lo com mais simpatia após o decreto de criação. Um exemplo significativo é o do entrevistado 12, proprietário de terras na comunidade de Três Cruzes, que teve cerca de 90% de sua propriedade

incorporada aos limites do Parque. A participação na oficina participativa do Plano de Manejo foi decisiva para ampliar sua compreensão sobre a unidade de conservação e seus objetivos. Após o encontro, relatou ter mudado sua perspectiva, afirmando que conseguiu “fazer uma limonada do limão”, em referência ao processo de ressignificação da situação vivida. Passou a perceber a valorização de suas terras como um aspecto positivo e a reconhecer o potencial turístico da região como uma oportunidade a ser explorada. Ressalta-se, entretanto, que o entrevistado é um forasteiro. Ainda assim, ele destacou a ausência de apoio por parte da administração municipal e a baixa mobilização da população local em torno dessa possibilidade, fatores que, segundo sua avaliação, dificultam a viabilização de iniciativas voltadas ao turismo.

Apenas dois entrevistados não expressaram uma opinião clara sobre o processo de criação do parque. Tal posicionamento parece estar diretamente relacionado ao fato de que, durante o processo, esses indivíduos não se envolveram ativamente nas discussões nem perceberam impactos diretos em suas vidas.

As múltiplas visões sobre o PESNM revelam que os posicionamentos frente à unidade de conservação não são fixos nem homogêneos, mas sim construídos a partir de trajetórias pessoais, relações com o território, aos interesses individuais e coletivos, nível de envolvimento e engajamento no processo, ao acesso à informação e experiências concretas com o processo de implementação. O reconhecimento dessa diversidade é essencial para compreender os desafios e as potencialidades de uma gestão territorial que busque ser participativa e sensível às realidades locais.

A tabela 5 é um quadro com os significados atribuídos à região no qual o parque está inserido. A sistematização permite visualizar como os diferentes grupos atribuem significados a partir de suas vivências.

Tabela 5 - Principais significados atribuídos a região do PESNM.

Principais significados atribuídos a região no qual PESNM está inserido	
Grupos	Significados
IEF, PREA	Preservação ambiental; ecoturismo; geração de renda.
SEBRAE, IGR,	Conservação ambiental; uso público do território;

Principais significados atribuídos a região no qual PESNM está inserido	
EMATER	desenvolvimento do turismo; geração de renda e empregos.
Pesquisadores	Preservação ambiental.
Proprietários/ moradores nativos	Ancestralidade; tradição; sustento; “vida”; “tudo”; memórias afetivas; subsistência; conservação ambiental.
Proprietários/ moradores forasteiros	Pecuária; sossego; descanso; possibilidade de desenvolvimento do turismo; geração de renda; conservação ambiental.

Fonte: elaboração própria (2025).

Em entrevista o representante regional do IEF fala sobre a área do parque como “prioritária para a preservação”. Complementarmente o representante da IGR pontua a respeito da criação da UC :

o nosso interesse era proteger a Serra Negra e perpetuar a visitação lá [...] preservar e garantir perpetuando um espaço público, garantir que seja uma área de todos e não só de alguns [...] eu sabia que no futuro devido a potencialidade ia chegar alguém muito rico e ia comprar a Serra inteira lá... igual aconteceu em no entorno de Ibitipoca, se não existisse parque tinham comprado o parque também. Então a ideia era garantir a perpetuação da visitação pública sendo um espaço público, onde o pobre e o rico, todo mundo vai poder visitar. Preservar a área como uma uc é outro ponto importante, transformar em parque em uc para atrair a atividade turística e atrair investimento em infraestrutura.

O entrevistado 26, ao ser questionado sobre os significados atribuídos à região em que está inserido, afirma:

é nossa vida, desde o tataravô... Onde eu olho eu lembro da infância, é legado. Vai muito além de tudo isso, de dinheiro, de vendas, de posses'. A esposa, que acompanhava a entrevista, complementa: 'são memórias afetivas, é ancestral'. As falas evidenciam uma relação profunda com o território, marcada por vínculos afetivos, memórias familiares e um sentimento de pertencimento que ultrapassa a dimensão material.

A fala do entrevistado 26, proprietário de terras que pertencem à sua família há quatro gerações, corrobora com a perspectiva da entrevistada 28 que assim como seus pais nasceu e cresceu na região e ressalta que as terras vão além da

dimensão financeira “Não venderia nem por dois milhões, aquela terra significa mais que isso, não é sobre dinheiro”, evidenciando a forte relação afetiva e simbólica com o território e não se convencendo dos benefícios do parque apenas pela parte financeira.

Nesse mesmo contexto, a entrevistada 1 afirma ser “guardiã desse pedacinho de terra”, referindo-se à sua propriedade, o que reforça sua profunda conexão com o território e seu compromisso com a preservação da natureza. A fala é complementada com a valorização de elementos naturais cotidianos: “Um canto de passarinho, comedouros do beija-flor, a aguinha que tá caindo... Eu dou valor a isso. A flor que abriu hoje ontem não estava aqui, hoje ela está. É um presente divino.” Esse posicionamento contrasta com a lógica dominante de valorização monetária das propriedades, impulsionada pela especulação fundiária. Para essa moradora, a importância do território não reside no seu valor econômico, mas na preservação dos ciclos naturais, nos vínculos afetivos e na percepção da natureza como bem essencial e sagrado.

Para muitos moradores, o local está diretamente relacionado à subsistência, por meio de práticas como a criação de gado, produção de leite, agricultura de pequena escala e agricultura familiar, as atividades sempre foram para além de fontes de renda dos moradores atividades relacionadas a cultura e modo de vida local.

A análise das atribuições sobre a criação do PESNM e dos significados atribuídos à região na qual o Parque está inserida evidencia a complexidade das múltiplas apropriações territoriais realizadas pelos diferentes atores sociais. Conforme argumenta Raffestin (1993), o território configura-se como o resultado da apropriação concreta ou simbólica do espaço, carregado de significados que moldam e refletem as relações de poder.

No contexto do PESNM, observa-se que órgãos de gestão ambiental, entidades de apoio ao desenvolvimento regional, pesquisadores e moradores — tanto nativos quanto forasteiros — atribuem sentidos diversos ao território. Esses sentidos variam entre a preservação ambiental, o desenvolvimento do turismo, a geração de renda e a valorização de tradições culturais. Tal diversidade de interpretações revela o que Souza (2000) define como a essência do território: o

espaço das relações de poder, no qual dinâmicas sociais, conflitos e negociações sobre o uso e a destinação dos espaços se manifestam de forma contínua.

A valorização fundiária, impulsionada pela especulação imobiliária, constitui um exemplo representativo dessas percepções divergentes. Para alguns grupos, o aumento do valor das terras é percebido como uma oportunidade de investimento e desenvolvimento econômico. Para outros, entretanto, configura-se como uma ameaça à permanência no território, à reprodução de modos de vida tradicionais e à conservação dos recursos naturais.

Fernandes (2012) contribui ao destacar que nem todo espaço é território, sendo este constituído através de processos de apropriação simbólica e material. Nesse sentido, o PESNM consolida-se como território a partir dos sentidos e práticas conferidos pelos diferentes grupos sociais, resultando em um espaço socialmente construído onde coexistem e se tensionam distintos projetos de vida, interesses econômicos e valores culturais.

As entrevistas realizadas reforçam essa diversidade de perspectivas. Enquanto parte dos entrevistados enxerga no potencial turístico e no desenvolvimento regional benefícios que justificam a criação da unidade de conservação, outra parte ressalta valores que transcendem interesses materiais, enfatizando aspectos culturais, sociais e identitários que não podem ser reduzidos a uma visão meramente economicista.

6.2 Mudanças nos modos de vida e nos exercícios de territorialidade

O processo de criação de territórios protegidos pelo Estado é permeado por contradições, disputas de interesses e intrincadas relações de poder, frequentemente ocultadas ou minimizadas nos discursos oficiais que sustentam a lógica preservacionista (Barbosa, 2013). Portanto, assume-se que tanto a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira quanto a elaboração e implementação do plano de manejo impactarão significativamente os modos de vida das populações do seu entorno. Considerando que a criação de uma UC implica a inserção de uma nova concepção de territorialidade para os seus habitantes e os moradores do entorno, ao mesmo tempo em que pode gerar a iminência da desterritorialização (Barbosa, 2013).

Durante as entrevistas realizadas, foi possível identificar diferentes modos de

vida na região no qual está inserida. Para Guerra (1993), no que se refere aos modos de vida, é necessário considerar três dimensões: o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Os modos de vida percebidos no Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira incluem práticas que não se mostram compatíveis com a lógica de preservação ambiental estabelecida no SNUC.

Lefebvre (1970) chama a atenção para os impactos da chamada “revolução urbana” sobre os modos de vida camponeses. Segundo o autor, o tecido urbano se expande de forma contínua, corroendo os vestígios da vida agrária. Essa expansão não se limita às cidades em si, mas abrange também os espaços rurais, transformando profundamente as relações sociais e territoriais. Para o autor, embora a cidade seja anterior à industrialização, sua relação com o campo é moldada historicamente pelas transformações dos modos de produção. No capitalismo contemporâneo, a cidade se torna cada vez mais um produto consumível, evidenciando a distinção entre a morfologia material da cidade e a morfologia social da urbanidade. No contexto da criação de UCs, essas reflexões são particularmente relevantes já que a implementação de áreas protegidas em territórios ocupados por populações rurais pode intensificar as dinâmicas de reconfiguração dos modos de vida, muitas vezes subordinando as práticas locais a lógicas externas de preservação ambiental. A urbanidade, nesse caso, manifesta-se não apenas como presença física ou urbana, mas como uma forma de apropriação e gestão do território baseada em valores e discursos que podem contrastar com aqueles historicamente presentes nas comunidades.

Cândido (1975) ao apontar os efeitos da urbanização sobre os modos de vida rurais, observava as transformações enfrentadas pelos caipiras paulistas diante da crescente influência urbana. Essa reflexão contribui para compreender como a criação de UCs pode ser percebida, por parte dos moradores, como um elemento externo que ameaça ou reformula suas formas de habitar, produzir e se relacionar com a terra.

Após 6 anos e 10 meses da criação do PESNM, o entrevistado 5, morador do município de Rio Preto, sinaliza sobre os impactos nos modos de vida da comunidade:

Não mudou nada, não mudou nada... O pessoal ficou com medo, o pessoal tem muito medo. Teve uma rejeição muito grande ao parque por medo, por achar que não poderia mais tirar leite por achar que não poderia mais pegar lenha, com medo dessas restrições que viriam com o parque. Que acharam que viriam né [...] O pessoal tá esperando né, a gente sabe que teve gente que ainda não recebeu notificação, o gerente é sozinho né, como ele vai dar conta dessa demanda toda sozinho? Tem gente que ainda não vê isso como uma realidade, o pessoal daqui nem tem essa informação, o pessoal nem sabe o que é plano de manejo, nem sabe pra que que serve.

Ao ser questionado sobre a ausência de participantes em reuniões que têm o objetivo de esclarecer as questões, ele justificou: “muitos dessa galera são produtores rurais, às vezes não podem vir no dia. O melhor horário é depois que o pessoal já tirou o leite, já terminou de trabalhar”. A fala evidencia que a baixa participação em reuniões públicas não pode ser interpretada unicamente como desinteresse ou resistência por parte da população local, mas deve ser compreendida à luz das dinâmicas cotidianas dos produtores rurais. A escolha de horários incompatíveis com a rotina de trabalho desses moradores revela uma limitação na estratégia de mobilização e escuta ativa, contribuindo para o distanciamento entre a gestão pública e os sujeitos diretamente afetados pelas decisões sobre o território. Assim, a participação efetiva exige não apenas a abertura formal de espaços, mas também a adequação desses espaços às realidades socioterritoriais das comunidades envolvidas.

Das práticas presentes na região do PESNM, a caça foi frequentemente mencionada pelos entrevistados, abrangendo espécies como porco-do-mato, paca, aves silvestres e, em alguns casos, até onças. Em diversos relatos, a atividade foi associada a tradições locais, sendo compreendida como parte da cultura de determinadas famílias. O entrevistado 16, por exemplo — proprietário de terras que estão em sua família há quatro gerações —, destacou o caráter cultural da prática ao afirmar: “meu avô sempre foi caçador, vivia naquelas tocas, meu pai também, mas assim, tudo caçador bacana, era diferente (...) tem 20 anos que parei... Meu pai não aguenta mais, conta histórias, adora, mas não tem mais condições”. Em sua fala, observa-se uma distinção entre a caça praticada antigamente e as dinâmicas atuais, que, segundo ele, estariam marcadas pela comercialização da atividade: “a caça era diferente, era pra comer, não é como é hoje, pra comércio. Comércio de cachorro e da caça, tem cachorro que vale mais que cinco mil, a caça vale mil”.

O entrevistado 2, proprietário de terras na comunidade do Funil afirma que atualmente a caça é praticada, principalmente, por moradores de municípios vizinhos, como Valença e Juiz de Fora: “eu sei quem são as pessoas e não são daqui, é gente com dinheiro que vem de fora caçar”. O entrevistado 5, morador da mesma comunidade também cita a caça como uma atividade herdada de gerações e presente na região.

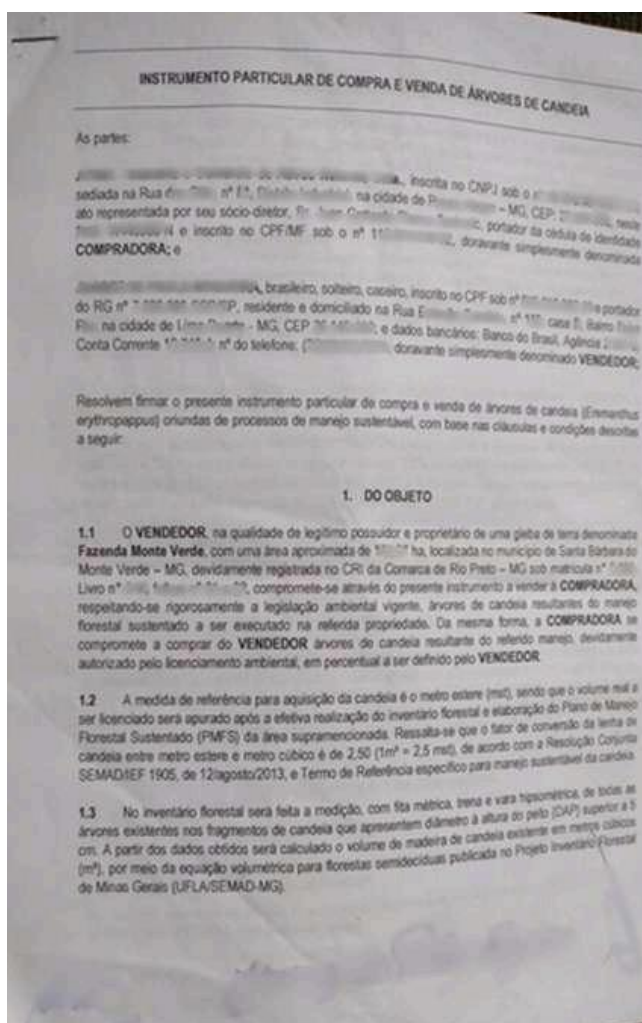
Apesar da persistência de caçadores na região, os entrevistados citam uma redução dessa prática após a criação do parque, atribuída principalmente à intensificação das fiscalizações e à realização de denúncias anônimas por parte dos próprios moradores. Ressalta-se, no entanto, que o PESNM atualmente conta com apenas um funcionário responsável por sua gestão, o que limita a eficácia das ações de controle. Ainda assim, a simples existência da unidade de conservação parece exercer um efeito inibidor sobre a atividade ilegal da caça.

Outra prática recorrente mencionada pelos entrevistados diz respeito à extração da flora, com destaque para o musgo, palmito-jussara e espécies como a orquídea. Em uma das entrevistas realizadas com uma pesquisadora com longa trajetória de atuação na região, foi relatado que moradores de municípios vizinhos deslocavam-se até a comunidade do Funil, onde pediam permissão para entrarem nas propriedades e em troca ofereciam peças de vestuário. Tal relato evidencia uma dinâmica de exploração dos recursos naturais pautada por práticas de escambo relacionadas a necessidades básicas. Uma fala que surgiu e não será identificada devido a natureza do conteúdo que faz referência às pessoas que fazem a extração de especiais como bromélias na região “essas pessoas são muito gente boa, você para pra conversar são muito legais, porque eles tratam bem? Porque senão você denuncia ela e ela tá presa, aí ela vai num barzinho e paga pra todo mundo [...]”. A fala revela como práticas informais, como a extração de espécies nativas, são atravessadas por relações de poder e estratégias de convivência. A possibilidade de denúncia funciona como mecanismo de controle social, enquanto gestos de cordialidade e troca, como “pagar para todos no bar”, indicam formas sutis de negociação e adaptação às restrições legais impostas no território.

A extração de madeira de candeia é outra prática comum na região, atividade que, segundo relatos, ocorria de forma legal, com a devida emissão de alvarás e fiscalização dos órgãos competentes. O entrevistado 16 relatou sentir-se

diretamente prejudicado pela criação do PESNM. Segundo ele, antes da publicação do decreto que oficializou a unidade de conservação, uma atividade comum na região — a extração de candeia — era realizada de forma regulamentada e fiscalizada pelo Instituto Estadual de Florestas. Em 15 de maio de 2018, o entrevistado assinou um contrato que previa a exploração da candeia em sua propriedade, com expectativa de lucro estimado em R\$150 mil. No entanto, menos de dois meses depois, em 4 de julho de 2018, foi publicado o decreto que criou o parque, o que resultou na suspensão do acordo e, consequentemente, em prejuízos financeiros ao proprietário. Embora, segundo ele, a extração da candeia seja permitida em áreas do entorno, o morador afirma que há uma limitação quanto à quantidade de material que pode ser explorado, o que inviabiliza economicamente a continuidade da atividade nos moldes anteriormente praticados. Na Figura 30 é possível visualizar o contrato de compra e venda de árvores candeias.

Figura 30 - Contrato de compra e venda de árvores candeias.



Fonte: Arquivo pessoal entrevistado. (2018)

Dentre as práticas religiosas e culturais mencionadas na região, destaca-se a Folia de Reis, identificada como uma manifestação presente no cotidiano de moradores que nasceram e cresceram na região do PESNM. Essa tradição teria sido introduzida no Brasil no século XVI, por volta de 1534, pelos jesuítas, como instrumento de catequese voltado inicialmente aos povos indígenas e, posteriormente, aos negros escravizados. Com o tempo, a Folia de Reis incorporou elementos culturais de diferentes etnias, originando variações regionais em relação ao estilo, ritmo e sonoridade, mas preservando a devoção central ao Menino Jesus, a São José, à Virgem Maria e aos Reis Magos (Pergo, 2007). Segundo Menck (2023), na área de estudo, era comum a utilização de antigos caminhos cavaleiros como vias de acesso às localidades do entorno da Serra Negra.

As narrativas conhecidas como "A Cruz do Negro" e "O Burro de Ouro" foram frequentemente mencionadas pelos entrevistados e compõem um importante repertório da memória oral local. Esses relatos se referem a acontecimentos associados ao período do ciclo do ouro e estão diretamente relacionados a áreas que atualmente integram o território do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, no município de Rio Preto.

Durante esse ciclo histórico, era comum o transporte de barricas contendo aproximadamente 45 kg de ouro em pó, realizadas em lombo de burros. Cada animal carregava uma bruaca com uma barrica de cada lado, totalizando uma carga de alto valor econômico. Devido à importância e ao risco envolvidos, os animais utilizados eram criteriosamente escolhidos. As rotas percorridas incluíam caminhos íngremes, desfiladeiros e terrenos acidentados, o que exigia resistência física tanto dos animais quanto dos tropeiros (Magalhães, 2018).

Entre os episódios mais recorrentes nas memórias locais, destaca-se a queda de um burro carregado com ouro em um despenhadeiro de aproximadamente 50 metros de altura, em uma das áreas mais elevadas da serra. Após o acidente, os tropeiros realizaram buscas intensas, mas localizaram apenas os restos do animal. A notícia do ocorrido rapidamente se espalhou, atraindo diversos curiosos, e o local passou a ser conhecido como "Sumidouro" (Magalhães, 2018).

Três versões orais são comumente compartilhadas sobre o desfecho da carga

de ouro. A primeira afirma que as barricas teriam se despedaçado com o impacto, dispersando o ouro no solo arenoso e inviabilizando sua recuperação. A segunda hipótese sugere que alguém pode ter encontrado a carga e se apropriado dela de forma silenciosa. Já a terceira versão sustenta que as barricas permaneceram intactas, encobertas pela vegetação densa de uma depressão natural do terreno, onde ainda estariam escondidas (Magalhães, 2018). Durante as entrevistas alguns moradores do entorno do PESNM disseram ouvir as histórias desde crianças, alguns consideram uma história lúdica, outros acreditam que de fato aconteceu.

A Cruz do Negro localizada no alto da Serra Negra, na divisa entre os municípios de Rio Preto e Olaria, em Minas Gerais, atualmente inserido nos limites do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. Este local é tradicionalmente associado a manifestações de religiosidade popular e memórias trágicas do período colonial.

Segundo a tradição oral amplamente difundida entre os moradores da região, o nome do local remete a um episódio ocorrido com um homem negro escravizado que conduzia uma boiada de Lima Duarte em direção a Rio Preto. Após cercar os animais para evitar que se dispersassem, o homem teria adormecido à noite e sido atacado por uma onça, vindo a falecer no local. Seu patrão, ao perceber sua ausência, iniciou buscas e, dias depois, encontrou apenas seus ossos. Em memória ao ocorrido, ergueu-se uma cruz sobre o local onde teriam sido encontrados seus restos mortais.

A figura da cruz, conhecida como Cruz do Negro, permanece até os dias atuais como um importante símbolo de memória e espiritualidade na região. O local, acessível por meio de uma caminhada considerada nível intermediário/intenso, é visitado por turistas através do guiamento de locais. Segundo relatos de moradores mais antigos eram realizadas celebrações religiosas no local. Além de seu valor simbólico, o caminho até a cruz era tradicionalmente utilizado como rota de travessia entre os municípios vizinhos. A Figura 31 apresenta a imagem desse acontecimento.

Figura 31 - Cruz do Negro.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

Nossa Senhora e o Padroeiro São Sebastião foram frequentemente mencionados como figuras religiosas centrais nas crenças e devoções da região, refletindo a forte presença da religiosidade popular local. Nesse contexto, a Igreja do Senhor Bom Jesus da Serra Negra, localizada no município de Olaria, Minas Gerais, emerge como um importante ponto de referência religiosa, cultural e paisagística da área. Situada a aproximadamente 1.350 metros de altitude, em um dos pontos elevados da Serra Negra, a capela integra o território do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, funcionando não apenas como um local de culto, mas como um elemento de identidade espiritual e territorial para as comunidades ao redor.

Associada a práticas religiosas tradicionais, a igreja se destaca como um símbolo de fé que fortalece os laços culturais da região. Durante as entrevistas realizadas, a capela foi citada como um espaço de grande importância na memória dos moradores, não apenas por sua função religiosa, mas também por seu papel como centro de socialização e convivência comunitária. Além disso, a Igreja do Senhor Bom Jesus da Serra Negra foi mencionada em documentos técnicos de

planejamento ambiental relacionados à gestão do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, evidenciando sua relevância tanto no contexto religioso quanto na gestão do território. Na Figura 32 é possível ver a Igreja.

Figura 32: Igreja do Senhor Bom Jesus da Serra Negra.



Fonte: Arquivo pessoal entrevistado (2012).

Outro elemento recorrente nas narrativas orais vinculadas ao território que hoje compõem o PESNM é a chamada Toca dos Perus. Esse local é associado às antigas rotas dos tropeiros que percorriam a região conduzindo animais — como porcos, bois e perus — com destino a cidades da então Província do Rio de Janeiro, onde seriam abatidos.

Quanto ao acesso aos atrativos naturais, os moradores dizem que ainda não foram impactados com a criação do Parque pois muitos moradores ainda não foram desapropriados e não existe restrições. O entrevistado 26 afirmou: “ainda não vemos os impactos, graças a Deus [risos] quando chegar o movimento eu já falei, vou embora, não quero ninguém passando na minha porta, tirando meu sossego”.

Entretanto, os entrevistados expressam preocupações em relação ao futuro da comunidade, demonstrando receio de que suas características tradicionais se percam com o tempo. Os entrevistados mencionam que, anteriormente, as transações de terras na região ocorriam, em sua maioria, entre vizinhos ou membros da mesma família. Essas negociações costumavam ser mais acessíveis, com pagamentos realizados por meio de trocas de terrenos em outros locais ou até mesmo por animais.

Neste sentido, o entrevistado 26 afirma:

a gente sabia quem estava comprando; agora vêm pessoas de fora e oferecem valores muito altos. Pessoas comuns não conseguem mais comprar aqui [risos]. Você sabe, gente de verdade não compra mais. Os valores passam de 1 milhão; quem vai competir? Eles pagam a vista, não tem como recusar. Conhecemos pessoas que se mudaram para a cidade, se arrependeram e agora não conseguem mais voltar, porque não têm como comprar terras aqui novamente.

O relato evidencia a mudança no perfil dos compradores e a valorização excessiva das propriedades, o que tem dificultado o acesso da população local à terra. Durante a conversa, o entrevistado também destacou que o modo de vida urbano é frequentemente apresentado como sinônimo de melhoria e progresso. No entanto, segundo seu relato, nem todos que trocam a vida na roça pela cidade conseguem se adaptar à nova realidade. O proprietário afirma que a qualidade de vida na cidade é muito diferente daquela experimentada no meio rural, onde tudo está profundamente vinculado às raízes culturais e familiares. Ele observa que, muitas vezes, por ingenuidade ou falta de informações, as pessoas acabam trocando a vida no campo pela cidade, mas posteriormente se arrependem, percebendo a dificuldade de retornar diante da valorização crescente das terras na região.

Essa percepção revela como o urbano e o rural não devem ser compreendidos apenas como espaços materiais, mas como construções sociais carregadas de sentidos e práticas cotidianas. De acordo com Nunes e Neto (2016), essa distinção ultrapassa a divisão entre cidade e campo como formas físicas e deve ser entendida como expressão de representações sociais vinculadas às experiências dos sujeitos. Os autores também criticam a associação automática entre o rural e o atraso, bem como entre o urbano e o progresso, apontando que muitas políticas públicas continuam sendo formuladas a partir de uma lógica urbana que desconsidera a pluralidade das realidades rurais no Brasil, tratando o rural como algo secundário ou subordinado ao urbano.

Para os entrevistados, o principal impacto observado é o sentimento de apreensão e as expectativas incertas quanto ao futuro. A falta de clareza geram inseguranças entre os moradores. Esse cenário contribui para que alguns dos entrevistados percebam os impactos da criação do parque de forma negativa mesmo que não exista mudanças práticas nos modos de vida da região.

Por fim, é importante destacar que algumas das atividades citadas pelos entrevistados, como a caça e a extração de palmito-jussara, já eram consideradas ilegais antes mesmo da criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. No entanto, práticas de subsistência, como a criação de gado e o uso dos recursos naturais presentes no território atualmente pertencente ao parque, ainda não foram efetivamente coibidas devido às questões fundiárias mas ainda poderão ocorrer no entorno do Parque.

6.3 Tensões e conflitos

Foram necessárias diversas visitas a campo para identificar e mapear as tensões e conflitos que ocorreram durante o processo de criação do PESNM. Durante as entrevistas, alguns desses aspectos puderam ser esclarecidos; contudo, muitos outros possivelmente não estão contemplados neste trabalho. Isso se deve ao fato de que parte dos agentes presentes no processo de criação do parque, que se manifestaram contrários à sua implementação e mantêm essa posição até o presente momento, optaram por não conceder entrevistas para expor seus pontos de vista divergentes.

Os primeiros indícios de conflito relacionados à criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira podem ser identificados ainda antes da publicação do Decreto nº 301, de 4 de julho de 2018. Por meio de uma entrevista veiculada em uma reportagem publicada na plataforma YouTube, foi possível localizar um registro audiovisual de uma manifestação contrária à criação da unidade de conservação no município de Santa Bárbara do Monte Verde, no ano de 2017. Esse material reforça a narrativa apresentada por diversos entrevistados ao longo da pesquisa. Nas entrevistas realizadas, os moradores reforçaram a percepção de que o Estado não seria capaz de cuidar do território de forma mais adequada do que a própria comunidade local. Manifestaram, ainda, que a promoção da atividade turística não corresponde a um anseio coletivo, evidenciando a falta de alinhamento entre as propostas de desenvolvimento e os interesses da população. Além disso, expressaram preocupações quanto à intensificação da fiscalização sobre as práticas tradicionais no território e denunciaram a extração de vegetação nativa, como a candeia, por empresas externas enfatizando que o produtor rural por muito menos, segundo eles, era prejudicado. Por fim, ressaltaram a percepção de que o produtor

rural, historicamente, é o principal prejudicado nos processos de criação e gestão de unidades de conservação.

A Figura 33 apresenta um recorte de uma reportagem veiculada na plataforma YouTube, na qual moradores aparecem segurando cartazes com mensagens de oposição à criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, durante a reunião de consulta pública realizada no município de Santa Bárbara do Monte Verde. A imagem evidencia de forma expressiva a mobilização social e os posicionamentos críticos de parte da população local frente ao processo de implementação da unidade de conservação. Já a Figura 32 retrata uma manifestação ocorrida na mesma reunião, destacando a presença de membros da Associação dos Produtores Rurais de São Miguel do Funil, que exibiam uma faixa em sinal de organização e resistência à criação da unidade. Por fim, as Figura 33, 34 e 35 reforçam o apoio significativo da comunidade às manifestações contrárias à proposta, evidenciando o engajamento popular.

Figura 33 - Registros de manifestações contrárias à criação do parque.



Manifestação contra o Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira

Fonte: Reprodução do youtube.¹⁵

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=6AsJhPL6h9M>

Figura 34 - Manifestações em Santa Bárbara do Monte Verde.



Fonte: Arquivo pessoal entrevistado (2017).

Figura 35 - Registros de manifestações contrárias à criação do parque.



Fonte: Arquivo pessoal entrevistado (2017).

Outro registro relevante para a contextualização histórica foi a gravação de uma audiência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, também publicada no YouTube, no dia 4 de julho de 2018, às 10h30. Na ocasião, políticos de diferentes municípios argumentaram contra a criação do parque. Além

disso, dois ônibus foram fretados para que a população de Rio Preto, Olaria e Santa Bárbara do Monte Verde pudesse se deslocar e manifestar sua oposição ao projeto. No entanto, no mesmo dia, horas após essa audiência, o decreto de criação do parque foi assinado, surpreendendo inclusive os técnicos responsáveis pelo projeto e aqueles que apoiavam sua implementação. Na ocasião, representantes políticos, técnicos e membros das comunidades locais tiveram a oportunidade de expressar suas perspectivas sobre a criação da unidade de conservação. Os posicionamentos favoráveis foram fundamentados, sobretudo, em argumentos conservacionistas voltados à proteção da natureza e na expectativa de desenvolvimento regional por meio da atividade turística.

As principais tensões relacionadas à criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira emergiram do descontentamento da comunidade quanto à forma como o tema foi introduzido entre os moradores, o que posteriormente acarretou em conflitos.

O entrevistado 16, proprietário de terras em Lima Duarte e Santa Bárbara, expressou insatisfação tanto com a escassez de informações quanto com a maneira como os pesquisadores se aproximaram dos moradores locais. Relatou nunca ter recebido esclarecimentos sobre as regras que passariam a vigorar com a criação do parque e criticou a conduta dos pesquisadores, que, segundo ele, muitas vezes sequer se apresentavam de forma adequada. Também manifestou descontentamento com a atuação do Instituto Estadual de Florestas, alegando que representantes da instituição estiveram na região, realizaram filmagens (se referindo às imagens aéreas realizadas em 2011), mas apenas anos depois estabeleceram contato direto com os proprietários. Em sua opinião, o diálogo com os moradores deveria ter sido mais próximo e personalizado. Ao sugerir uma abordagem mais sensível, afirmou: “Eles deviam ter pegado um cavalo com a gente e visitado os proprietários antes de sair filmando tudo aí”.

A fala que rememora a abordagem individualizada realizada no primeiro contato dos três ambientalistas durante o processo de criação do PESNM sinaliza a relevância de reconhecer que, mesmo dentro de um mesmo município, as necessidades, interesses e percepções das comunidades podem ser bastante distintas. Ainda que uma abordagem mais cautelosa e personalizada, naquele momento inicial, pudesse demandar mais tempo, possivelmente teria contribuído

para mitigar resistências e conflitos que emergiram posteriormente. Tal observação reforça a importância de processos participativos que respeitem a heterogeneidade social e cultural dos territórios, especialmente em iniciativas de conservação que implicam em profundas transformações na dinâmica local.

Assim como o entrevistado 16, o entrevistado 23, proprietário no município de Olaria tem uma visão marcada por sentimentos de incerteza e expectativa. Evidenciou preocupações com o modo como todo o processo foi conduzido. Segundo ele, não houve comunicação direta entre o Estado e os moradores do meio rural, e as poucas informações que circularam chegaram por intermédio da prefeitura e de figuras políticas locais. Relatou que, mesmo quando ocorriam reuniões, estas eram promovidas em locais considerados elitizados, como restaurantes, o que restringia a participação de pessoas mais humildes. Sua fala aponta para a falta de acesso à informação e à tomada de decisão, revelando uma sensação de exclusão por parte daqueles que mais seriam impactados pelo parque.

O entrevistado 2, proprietário em Rio Preto, corrobora com essa perspectiva ao afirmar:

eles sempre foram assim... uma conversa de não tem jeito... os técnicos chegaram aqui e falaram 'essa terra não vale nada, essa terra tá lá improdutiva' [...] então assim, uma coisa que sempre foi não tem jeito, vocês vão perder. Não foi assim 'o que vocês acham', 'o que vocês precisam', foi uma coisa mais imposta, mais impositiva, foi uma coisa assim, tá aí, pronto! Não tem jeito! Isso aí antes do decreto ser assinado tá. Essa foi a postura deles. Não existiu um diálogo.

A sugestão de visitas individuais aos proprietários diretamente impactados pela criação do parque mostrou-se um ponto de consenso entre os proprietários. Contudo, segundo o representante da IGR e o gerente do parque, tal abordagem era considerada inviável, devido às longas distâncias e à dispersão das propriedades. Para os representantes, a realização de reuniões coletivas foi a estratégia mais adequada para garantir uma comunicação eficiente e evitar distorções nas informações. Argumentaram que a centralização dos diálogos em encontros públicos visava impedir a propagação de informações falsas — as chamadas *fake news* —, fenômeno que, de acordo com os entrevistados, teve início justamente durante o período em que as DIPUCs estavam sendo realizadas. Muitos entrevistados

apontaram que, à época, surgiram diversas informações falsas, atribuídas por eles a empresários, que teriam disseminado conteúdos distorcidos sobre o processo de criação do parque e da zona de amortecimento. Entre os boatos mais recorrentes, destacam-se a ideia de que seria necessário solicitar autorização ao Estado até mesmo para o plantio de hortaliças, como um pé de couve. Essa percepção foi confirmada por moradores, representantes do poder público e técnicos envolvidos no processo.

A principal justificativa encontrada para a disseminação das chamadas *fake news*, era o interesse minerário na região, alguns empresários já estavam com processos em andamento para desenvolver a atividade mineradora no local. Sobre as *fake news* entrevistado 5 afirma:

É um consenso da galera né, faltou informação do Estado... Abriu margem pras *fake news* [...] quando você não dá um informação direito, você abre mão para as interpretações, pra cada um interpretar de um jeito. Aí acabou que a galera do lob imobiliário se aproveitou disso.

No que diz respeito ao diálogo com a comunidade, o entrevistado 24, técnico ambientalista precursor do projeto do PESNM, afirma que a participação popular no processo foi significativa, especialmente por parte de um grupo mais jovem, composto majoritariamente por filhos de proprietários locais: “A gente tava vendo uma democracia muito boa”. No entanto, também mencionou a existência de pressões e tentativas de desinformação, sobretudo relacionadas ao direito de mineração na área, o que, segundo ele, influenciava parte da população de forma negativa, sendo referidos como “influenciadores malignos”. Ainda assim, reforça que o processo de diálogo foi conduzido com tranquilidade e respeito: “Foi muito tranquilo, com muito respeito”.

Nesse contexto, o ex-secretário de turismo de Rio Preto destacou que um dos principais desafios enfrentados durante a criação do parque foi justamente “ter que informar a desinformação”. A partir das entrevistas e da análise do processo de implementação da unidade, é possível constatar falhas na forma como as informações foram transmitidas à população, o que comprometeu a transparência e o diálogo social. Atualmente, quase sete anos após a criação da unidade de conservação, nota-se uma mudança na percepção de alguns proprietários de terras, os quais passaram a reconhecer outros aspectos do projeto. Como relatado pelo

entrevistado 5, "agora, com todas as informações, consigo ter um outro ponto de vista". O entrevistado 4, gerente do Parque, em entrevista, afirmou:

Na verdade, aquela alegação de que a comunicação do IEF foi falha, realmente pode ter tido sim alguma falha, eu admito, eu reconheço. Mas foi um processo amplamente transparente, foi feito DIPUCS, reunião com todos os municípios, todas as câmaras, com todos os movimentos sociais, entendeu? Então eu acho que assim, falar que a comunicação teve falhas é admissível, mas falar que não funcionou não é verdade, é uma inverdade. Porque foi muito comunicado, foi muito martelado, foi muito divulgado, foi muito discutido, a equipe colocou a cara para bater mesmo. Eu não considero que foi uma comunicação falha, considero que pode ter tido pequenas falhas, mas no total eu considero que foi uma comunicação até bastante eficiente.

Ainda o entrevistado 4 complementa:

É mais fácil ser contra do que ser a favor e tinha muita gente fomentado contrariamente, mineradores, interesses minerários e pecuários. O pessoal da pecuária fica assim, na zona de amortecimento não vai dá pra fazer nada, vai restringir a gente qualquer coisa que a gente fizer vai ser multado... O que é um folclore tá, a zona de amortecimento do ponto de vista fiscal ela não difere em nada, a única diferença é que dentro da área de amortecimento né, você não pode lotear, você pode fracionar o solo no mínimo legal, mas você não pode fazer lote de 500m². Também teve a parte política, a parte política de movimentos sociais ligados à esquerda também foram contrários. Tinha gente daqui que representava o pessoal de Juiz de Fora, mas sem conhecimento de causa.

Em concordância com o Gerente do Parque, o entrevistado 15, Técnico da EMATER, afirmou em entrevista:

o Parque em hora nenhuma foi imposto, em hora nenhuma. Ele foi desejo de um grupo técnico que levou para as comunidades. Houve um embate? Houve... houve. Mas por que houve esse embate? Porque a gente tem plena consciência que tinha um interesse de um grupo que estava combatendo a gente porque esse grupo extrai coisas de dentro da mata, né... a caça, busca de espécies como orquídeas e bromélias.

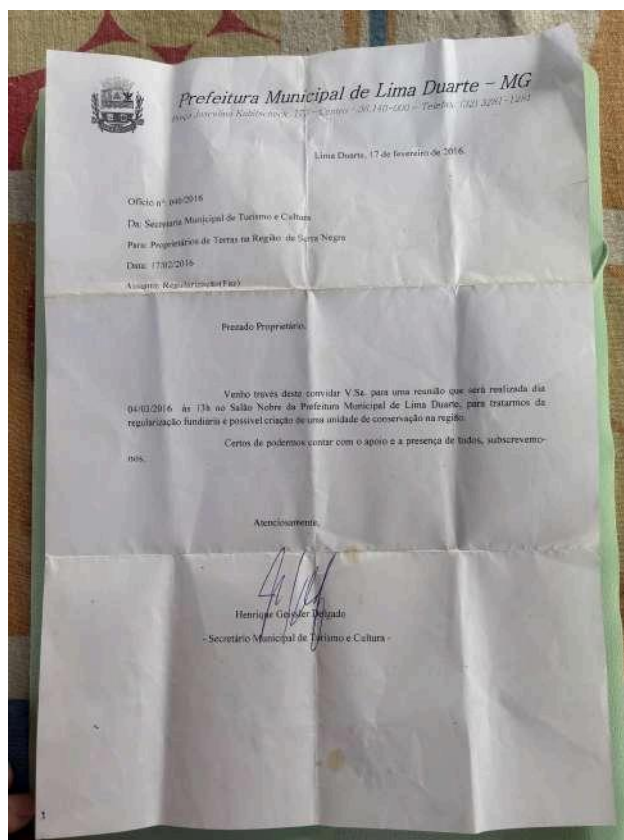
A trajetória de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira revela que, embora tenham existido espaços formais para o diálogo entre os

diferentes agentes envolvidos, persistiram limitações significativas no que se refere à comunicação efetiva e à transparência do processo. Um exemplo que corrobora com a afirmativa foi um relato durante a reunião pública realizada em 4 de julho de 2018, na qual se destacou a dificuldade de compreensão, por parte dos proprietários, dos mapas utilizados para apresentar a proposta. A linguagem técnica e o uso de imagens de satélite tornaram a leitura cartográfica inacessível a muitos moradores. Uma participante relatou que seu pai, agricultor com longa trajetória na região, não conseguiu identificar a localização de sua propriedade nos materiais fornecidos. Esse episódio evidencia que, apesar da existência de canais formais de comunicação, os meios utilizados nem sempre foram adequados aos públicos diretamente afetados. Soma-se a isso a limitação do uso exclusivo da internet para a divulgação das informações, além da realização das reuniões em horários pouco acessíveis, o que restringiu ainda mais a participação popular.

Vídeos divulgados pela Associação de Moradores e Amigos da Serra do Funil reforçam esse cenário, registrando reuniões marcadas por tensões, tumultos e dificuldades na condução dos debates, o que comprometeu a clareza das informações a respeito dos objetivos e potenciais impactos da criação da unidade de conservação. Durante a pesquisa, foi possível identificar que tais tumultos, em alguns casos, foram utilizados de forma estratégica para dificultar o acesso das comunidades às informações essenciais, mantendo um ambiente de dúvidas e incertezas. Essa dinâmica contribuiu para a perpetuação de posicionamentos contrários à criação da unidade de conservação por parte dos moradores, que permaneceram desinformados ou inseguros quanto às reais implicações do projeto.

Em contraponto aos que afirmam que não existiu aviso prévio sobre o processo de criação, a entrevistada 27 apresentou uma carta direcionada aos proprietários de terras na região da Serra Negra, a iniciativa na época foi do Ex Secretário de Turismo do município. Na Figura 34 uma foto da carta.

Figura 36 - Carta enviada aos proprietários de terras na região da Serra Negra no município de Lima Duarte.



Fonte: Arquivo pessoal entrevistada 27.

A carta é um demonstrativo de como as mudanças na gestão das políticas municipais representaram um dos principais entraves ao processo de criação do parque. Em cidades do interior, as prefeituras mantêm uma relação estreita com a comunidade local, o que possibilitou observar que, em alguns casos, gestores públicos se apropriaram do discurso contrário à criação do parque como possível estratégia para garantir sua permanência na gestão.

A atuação das gestões municipais dos quatro municípios envolvidos revelou-se um fator determinante para a criação do PESNM, neste sentido Raffestin (1993) reconhece a relevância histórica e a capacidade de intervenção do Estado nos processos de ordenamento territorial, mas propõe uma crítica a abordagens que tratam esse papel de forma exclusiva e unidimensional. Para o autor, é necessário considerar a complexidade das relações de poder envolvidas na produção do território, ampliando a análise para além da atuação estatal. Ele defende uma "geografia do poder", que incorpora múltiplas escalas e formas de influência,

ressaltando que o território é construído por um conjunto diverso de atores sociais e não apenas pelo Estado. Assim, o autor propõe uma leitura mais abrangente da organização territorial, que contemple as múltiplas dinâmicas e interações que moldam o espaço. Mesmo que o movimento de criação do parque tenha sido iniciado por ambientalistas, tal projeto ganha força a partir do apoio institucional dos municípios envolvidos.

Outro aspecto relevante identificado nas entrevistas refere-se às tensões internas às próprias comunidades. Dentro de um município ou comunidade, observam-se divergências significativas quanto à percepção sobre a criação do parque. Em diversas comunidades, coexistem proprietários favoráveis ao desenvolvimento de atividades turísticas e outros que percebem essas mesmas iniciativas como prejudiciais ao município.

Essas divergências geraram situações de distanciamento social e conflitos interpessoais. Relatos indicam que, com o avanço do processo de criação do parque, algumas relações entre moradores se romperam, especialmente entre aqueles que assumiram posições opostas. Houve casos em que proprietários contrários à criação da unidade deixaram de se comunicar com aqueles que apoiaram a proposta. Além disso, indivíduos que se engajaram ativamente no processo de criação do parque relataram ter sido alvo de críticas e retaliações por parte de vizinhos. Diante desse contexto, é possível afirmar que as tensões e conflitos não se dão apenas entre comunidades e instituições estatais, mas também no interior das próprias comunidades locais, onde diferentes interesses, expectativas e vínculos com o território geram disputas simbólicas e materiais.

As questões fundiárias também sempre aparecem como uma questão latente. O processo de desapropriação ainda se encontra em curso. Embora o Gerente da UC tenha declarado que mais da metade da área inserida nos limites do parque encontra-se em processo de regularização fundiária, relatos dos entrevistados revelam uma realidade distinta. Muitos proprietários, segundo os depoimentos, ainda não foram oficialmente notificados sobre a situação de suas terras. Além disso, quatro entrevistados afirmaram ter tomado conhecimento de que suas propriedades estavam dentro dos limites do parque apenas durante as reuniões referentes à elaboração do plano de manejo no ano de 2024, seis anos após sua criação. Apesar de essas reuniões terem desempenhado um papel importante na disseminação da

informação, não tinham como objetivo principal informar os moradores sobre a delimitação territorial, o que acabou gerando surpresa e insegurança entre os residentes locais.

No que diz respeito à compensação pelas terras inseridas no território do parque, existem duas principais formas de indenização: a realizada diretamente pelo Estado, e a compensação ambiental. Esta última tem sido amplamente divulgada pelo Instituto Estadual de Florestas como uma alternativa mais vantajosa. Nesse modelo, empresas com pendências fiscais junto ao Estado firmam acordos diretamente com os proprietários afetados, oferecendo, em geral, valores mais elevados do que os praticados pelo governo, desde que as terras estejam devidamente regularizadas e haja interesse por parte da empresa envolvida, dessa forma, o processo de compensação financeira acaba sendo mais rápido.

Ao ser questionado sobre quem deveria ser responsável pela comunicação dos processos relacionados à compensação e à venda de terras, o gerente regional do IEF afirmou que o órgão reconhece a necessidade de estabelecer uma comunicação direcionada aos proprietários atingidos pelo parque. Segundo ele, há uma programação prevista para o ano em parceria com o SEBRAE, instituição que demonstrou grande interesse em colaborar com esse processo. O gestor também destacou que essa comunicação poderia ser realizada em conjunto com os compradores, como forma de reforçar a disponibilidade do parque para negociações voltadas à implementação de projetos vinculados à compensação ambiental.

Embora essa alternativa seja percebida como vantajosa, especialmente pela maior celeridade do processo em comparação com as indenizações estatais e pelos valores geralmente mais elevados oferecidos, alguns moradores também expressam preocupações relevantes. Os entrevistados destacam que o interesse das empresas não se limita às áreas internas do parque, estendendo-se também a propriedades localizadas no entorno. De modo geral, as ofertas feitas por essas empresas costumam ser significativamente superiores às práticas de mercado. Essa dinâmica tem implicado em transformações no tecido social e cultural local, uma vez que os novos proprietários, frequentemente investidores externos, possuem maior capacidade de implantar equipamentos turísticos. Tal cenário pode acabar por limitar as oportunidades econômicas dos moradores originários da região, impactando diretamente suas identidades e formas de pertencimento ao território.

De acordo com o entrevistado 3, Coordenador Regional do Instituto Estadual de Florestas, o PESNM tem se consolidado como uma das áreas mais atrativas para a realização de compensações ambientais por parte das empresas, sendo inclusive considerado um “parque queridinho” nesse contexto. Essa atratividade estaria relacionada à visibilidade e ao potencial de conservação da unidade, o que a torna uma opção estratégica para iniciativas de compensação. Além disso, o gestor menciona que, com o avanço de futuros estudos espeleológicos previstos para a região, há uma expectativa de que o parque também venha a ser contemplado com recursos oriundos de compensações espeleológicas.

A definição das portarias do Parque Estadual da Serra Negra do Mantiqueira ainda é uma questão pendente. Embora o plano de manejo indique possíveis localizações para essas estruturas, tal indicação não implica sua efetiva implementação. O Parque Estadual do Ibitipoca, que será abordado com maior profundidade na próxima seção, é frequentemente citado pelas comunidades como uma referência, especialmente pela sua proximidade com a Serra Negra. Contudo, o PEIB possui apenas uma portaria, o que gerou uma concentração do fluxo turístico em um único município, mesmo havendo a possibilidade de instalação de outra entrada. Esse cenário foi frequentemente mencionado durante as entrevistas, destacando-se inclusive divergências internas no próprio Instituto Estadual de Florestas.

A definição da localização da portaria do parque constitui uma questão sensível, pois implica diretamente no fluxo turístico da região onde for implementada. Nesse sentido, é fundamental que comunidades e proprietários situados nas proximidades desse local sejam considerados e, em determinado nível, estejam de acordo com essa decisão.

Um dos gerentes do IEF reforça a importância de que “os quatro municípios tenham uma portaria, que os quatro possam se beneficiar de um determinado fluxo”, enfatizando a descentralização como estratégia de desenvolvimento local mais equitativa. No entanto, essa visão não é unânime. O Coordenador Regional do IEF diverge, argumentando que a preocupação com a existência de portarias é excessiva e que “as pessoas ficam muito preocupadas com a portaria, mas que apenas infraestruturas no formato de construções não seriam o suficiente”. Segundo

ele, o foco deveria estar na criação de atrativos distribuídos: “acho que o foco das pessoas é menos portarias e mais circuitos”.

Neste cenário, a Fazenda P.B., localizada no município de Olaria, tem sido apontada como uma possível sede administrativa do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. No entanto, a propriedade configura-se como um dos principais focos de conflito fundiário relacionados à criação da unidade de conservação. Ocupada pela mesma família há quatro gerações, sua inclusão nos limites do parque ocorreu sem um processo de comunicação prévia eficaz, o que gerou forte reação por parte dos moradores locais. Segundo relatos, a família sempre se dedicou à manutenção da propriedade, com destaque para a atividade leiteira, e demonstra profundo ressentimento em relação à condução do processo de criação do parque. As atuais proprietárias expressam um sentimento de desrespeito, sobretudo em relação à memória de seus antepassados, que, segundo elas, sempre buscaram manter a fazenda regularizada, com o pagamento dos tributos em dia. Um dos familiares relata sentir-se humilhado diante da necessidade de disputar judicialmente a posse de terras que considera, historicamente, legítimas.

A resolução desse impasse enfrenta barreiras legais. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a “redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica”, o que torna essa possibilidade remota, mesmo para técnicos ambientalistas que reconhecem a inclusão da fazenda como um “erro de projeto”. Ainda assim, o coordenador regional do IEF justificou a decisão de incluir a área, afirmando que “foi uma escolha estratégica (...) precisávamos de algo já construído”, referindo-se à sede da fazenda. Tal posicionamento, no entanto, entra em contradição com o discurso oficial proferido na reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada em 4 de julho de 2018, em Belo Horizonte, quando representantes do Estado afirmaram que seriam incluídas apenas “terras sem uso”.

Outra tensão presente no território é a delimitação do Parque no município de Rio Preto, conforme relatado pelo entrevistado 5, os moradores da região afirmam que estão “de costas para o parque”, evidenciando um sentimento de frustração e afastamento diante do processo de implementação da UC, ele assim como o entrevistado 2 reconhecem que a escolha de diminuição do território do parque foi uma escolha da comunidade, mas ambos afirmam que na época não tinham

conhecimento sobre como essa alteração impactaria o município “é como se assim, a população fez uma pirraça aí o IEF foi lá e pôs a gente de castigo” afirma o entrevistado 5 fazendo referência a situação do município ter poucas opções de acesso ao parque.

Uma situação ainda pouco esclarecida envolve uma RPPN que segundo sua proprietária teve aproximadamente 68 hectares de sua área sobrepostos pela criação da UC. A entrevistada 1 relatou ter descoberto a sobreposição quando um mineradora apresentou interesse em comprar a área com intuito de compensação ambiental, e afirmou que possui poucas informações a respeito do que de fato ocorreu. De todo modo, ela afirma que nunca foi consultada sobre a sobreposição e que seu único interesse é a preservação da natureza, se reconhecendo como a “guardiã” do território, sem intenção de explorá-lo para o turismo.

As situações evidenciam que o Estado, ao ordenar o território com políticas públicas e infraestrutura, frequentemente favorece a classe dominante, controlando quem tem acesso e direito ao território, e reforçando as relações de poder já existentes (Fonseca e Pereira, 2023).

Neste sentido, o entrevistado 7, ex-secretário de turismo do município de Rio Preto, afirmou que “as pessoas sempre brigaram da maneira errada”. Ele argumentou que os moradores deveriam ter lutado não contra a criação do parque, mas sim pela indenização adequada para aqueles que tivessem suas terras incluídas nos limites da unidade de conservação. Segundo ele, “a história mostra que o Estado nunca deixou de criar uma unidade de conservação devido a conflitos de interesse” e que não há precedentes de processos judiciais em que a população tenha obtido decisão favorável contra a criação de um parque.

A fala é significativa, pois, embora o entrevistado afirme não considerar que o PESNM tenha sido imposto aos moradores, ele reconhece que o Estado detém o poder decisório final. Mesmo diante da possibilidade de organização popular, o entrevistado admite que a capacidade de decisão estatal se sobrepõe à vontade da população local, evidenciando a assimetria de poder presente no processo de criação da unidade de conservação.

A análise dos conflitos territoriais no contexto do PESNM, à luz das ideias de Saquet e Sposito (2009), revela que tais conflitos surgem da disputa pelo controle e uso do território. Essa disputa não envolve apenas os recursos naturais, mas

também questões relacionadas à identidade cultural, especialmente os modos de vida rural, e às novas atividades, como o turismo. Os conflitos resultam da interação complexa entre diferentes grupos sociais e econômicos, que buscam formas distintas de apropriação do espaço. Para entender essas dinâmicas, foi fundamental considerar as territorialidades em jogo, assim como as estratégias de negociação e resistência adotadas pelos moradores, que frequentemente se sentem excluídos das decisões que afetam diretamente suas vidas. Esse cenário evidencia a importância de se analisar as relações de poder e como elas influenciam o processo decisório, como discutido no tópico 6.1, onde se observa que, apesar das mobilizações populares, as decisões do Estado tendem a se sobrepor às demandas locais.

6.4. Perspectivas sobre o turismo na região

É impossível abordar o processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e suas implicações socioespaciais sem mencionar as promessas relacionadas ao potencial turístico da região. O turismo esteve presente desde o início na construção da narrativa em torno da criação da UC. Ainda que o documento técnico não o apresente como principal argumento, o fomento ao ecoturismo figura entre as motivações para a implantação do parque e tem sido utilizado como estratégia para convencer os moradores de que sua criação seria benéfica à população local.

Essa expectativa foi relatada em diversas entrevistas. Em 31 das 32 entrevistas realizadas, o turismo foi citado, evidenciando seu destaque nas percepções dos interlocutores. As opiniões, no entanto, se mostraram divergentes: enquanto alguns o reconhecem como uma atividade benéfica, associada à geração de renda e ao desenvolvimento local, outros o veem com reservas, alertando para seus efeitos desordenados e impactos ambientais negativos.

Apesar dos diferentes olhares referentes ao fomento da atividade turística, um consenso emergiu entre os entrevistados: o PESNM não deve repetir o modelo adotado pelo Parque Estadual do Ibitipoca, frequentemente mencionado como um exemplo de crescimento turístico acelerado, com impactos negativos praticamente impossíveis de serem contornados.

Criado em 1973, o PEIb está localizado no distrito de Conceição do Ibitipoca, município de Lima Duarte, e ocupa uma área de 1.488 hectares. Situado no maciço

da Serra do Ibitipoca, uma extensão da Serra da Mantiqueira, o parque é reconhecido por sua biodiversidade, relevo acidentado e grande número de grutas e cavernas (Parquetur, 2025). Hoje, é um dos parques estaduais mais visitados de Minas Gerais e figura entre os principais destinos ecoturísticos do Brasil (Instituto Semeia, 2023).

Sua criação impulsionou diversas transformações, tanto positivas quanto negativas. Entre os aspectos positivos estão o fortalecimento da economia local, a expansão do setor turístico, a geração de empregos, a formalização de empreendimentos e os investimentos em infraestrutura. Por outro lado, também se intensificaram os impactos negativos, como a elevação do custo de vida, a especulação imobiliária, disputas fundiárias e restrições territoriais, além de problemas ambientais e transformações socioculturais nas comunidades locais (Sancho-Pivoto; Alves; Dias, 2023).

Na Figura 37, uma lista com os parques mais visitados em 2023, o PEIb recebeu 81.115, número expressivo considerando o cenário nacional.

Figura 37 - Lista de parques estaduais mais visitados em 2023.

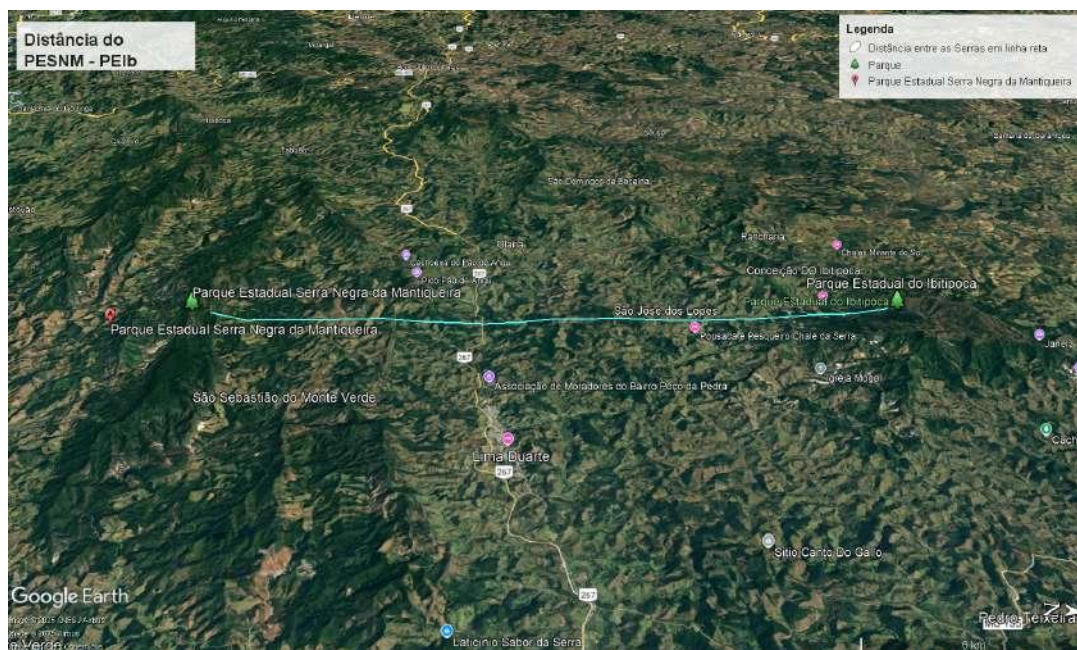
PARQUE ESTADUAL	UF	VISITAS
Cocó	CE	598.748
Jaraguá	SP	457.330
Utinga	PA	451.295
Dunas	RN	408.320
Zoobotânico	PI	173.756
Ilha do Mel	PR	172.952
Serra do Mar	SP	107.176
Serra do Rola Moça	MG	99.822
Monge	PR	83.871
Ibitipoca	MG	81.115

Fonte: Instituto Semeia. (2023)

A Figura 38 apresenta a localização da Serra Negra em relação à Serra do Ibitipoca, destacando a proximidade geográfica entre essas duas serras. Essa relação evidencia não apenas a continuidade paisagística da região, mas também o potencial turístico do entorno, especialmente da área correspondente ao Parque

Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, que, apesar de suas características naturais e culturais relevantes, ainda não apresenta um fluxo turístico expressivo.

Figura 38 - Visão em linha reta do PESNM e do PEIb.



Fonte: Google earth pro. (2025)

Na Figura 38 é possível observar a Serra Negra vista do PEIb, o PESNM está no topo da última bem ao fundo da imagem.

Figura 39 - Serra Negra vista do PEIb.



Fonte: arquivo pessoal entrevistado (2024).

O turismo surge como uma das principais expectativas relacionadas à criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, sendo frequentemente destacado por moradores e representantes locais como uma possibilidade de geração de renda. Neste sentido, o entrevistado 22, pesquisador na região afirma que “o parque aparece como esperança para alguns moradores”. No entanto, os dados coletados por meio das entrevistas, aliados às observações realizadas durante o campo, demonstram que essa potencialidade permanece em grande parte inexplorada e, em muitos casos, desconectada de políticas públicas estruturadas.

A ausência de infraestrutura básica e a falta de informações claras sobre o Parque e suas regras de uso têm dificultado a consolidação da região como destino turístico. Mesmo após quase sete anos de sua criação, o Parque ainda não foi oficialmente aberto à visitação, e não conta com portarias instaladas — fatores que reforçam essa dificuldade. Atualmente, a visita a alguns atrativos do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira é possível por meio da contratação de guias de turismo locais. Adicionalmente, surgem nas falas dos entrevistados apreensões quanto à valorização das terras e ao aumento da presença de

investidores externos, o que gera desconforto, especialmente entre os moradores tradicionais que vivem na região há gerações.

A partir das experiências negativas associadas ao Parque Estadual do Ibitipoca, alguns entrevistados enfatizam a necessidade de um ordenamento territorial claro e do papel estratégico do plano de manejo, no sentido de minimizar impactos negativos e, por conseguinte, prevenir conflitos. O entrevistado 30, por exemplo, destaca que o plano de manejo deve contemplar uma zona de amortecimento compatível com a dimensão da UC, a fim de impedir que pressões externas comprometam seus objetivos. Segundo ele, o caso do PEIb ilustra esse tipo de desafio, uma vez que a área oficialmente protegida é significativamente menor do que a extensão efetivamente afetada pela especulação imobiliária, o que acaba por fragilizar os propósitos da conservação ambiental.

Nesse sentido, a entrevistada 28, uma pesquisadora pioneira na região do PESNM, defende a necessidade de controle rigoroso dos visitantes e da gestão das atividades turísticas, mesmo dentro das áreas protegidas. Segundo a entrevistada, o turismo, mesmo quando denominado "ecoturismo", pode gerar impactos ambientais significativos caso não seja devidamente regulado e, sobretudo, sujeito a limites claros de uso e ocupação.

Segundo a entrevistada 1, o turismo foi mencionado como uma espécie de "moeda de troca", sendo diretamente associado aos potenciais benefícios econômicos associados ao parque. Segundo a proprietária, o argumento de que a presença da unidade de conservação é positiva porque atrai visitantes, e o turismo, por sua vez, gera recursos financeiros, esteve sempre presente nos debates sobre a criação do PESNM. Assim, a valorização do parque aparece, em grande medida, condicionada à sua capacidade de gerar retorno econômico para a região.

Neste sentido Irving e Lima (2018) defendem que o turismo — especialmente o planejado dentro da lógica dos ODS — deve respeitar e valorizar a natureza e a cultura como bens comuns e identitários, e não reduzi-los à sua função mercadológica. Isso implica planejar o turismo de forma mais ética, crítica e integrada com os valores das comunidades locais.

O entrevistado 23, proprietário de terras no limite do parque no município de Olaria, não abordou diretamente o turismo como uma atividade desejada ou vivida, mas demonstrou frustração com as promessas não cumpridas que envolvem a

possibilidade de desenvolvimento turístico na região. Destacou, por exemplo, a paralisação da obra de calçamento da estrada que dá acesso ao parque, a demora na construção da portaria e a ausência de serviços básicos, como energia elétrica e sinal de celular. Para ele, essas falhas estruturais inviabilizam qualquer possibilidade real de turismo na região. A percepção que se constrói, segundo ele, é a de que o turismo foi utilizado mais como um argumento retórico do que como um projeto concreto, o que contribui para sua desconfiança em relação às intenções do Estado e das empresas privadas que estão investindo na região.

O entrevistado 16 compartilha da mesma opinião e, embora não tenha interesse direto no turismo, reconhece o potencial turístico do parque. Observa que seus vizinhos já estão se preparando para receber visitantes, ainda que, segundo ele, não haja clareza sobre quando esse movimento realmente acontecerá. Em suas palavras, questiona: "quando vai chegar o movimento? Pode ser daqui a 10 anos". O proprietário também manifesta insatisfação com a presença de turistas em sua propriedade, a qual se encontra inserida nos limites do Parque. Afirma que, enquanto não for devidamente indenizado, não permitirá a entrada de visitantes. Além disso, reclama do uso de drones e do fluxo de pessoas na área, alegando que tais movimentações assustam o gado e comprometem suas atividades produtivas.

A Figura 40 apresenta uma placa fixada por um morador no município de Olaria, a qual expressa de forma explícita a insatisfação diante da presença de turistas nas terras de proprietários, que ainda não receberam a compensação financeira. Esse gesto evidencia as tensões locais relacionadas à intensificação da atividade turística.

Figura 40 - Placa no município de Olaria dentro dos limites do parque colocada por morador que será desapropriado.



Fonte: Autoria própria. (2024)

Informações obtidas a partir de uma reportagem exibida em junho de 2019, disponível na plataforma YouTube, que aborda a relação dos moradores com o Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, em Santa Bárbara do Monte Verde, enfatiza o orgulho da população local em relação à natureza exuberante da região, assim como o engajamento dos residentes na proteção ambiental em consonância com os modos de vida rural. Em determinado momento, uma moradora — que também aparece em outros registros citados anteriormente, como no vídeo da reunião realizada em 4 de julho de 2018, na reportagem sobre a manifestação no município de Santa Bárbara do Monte Verde e em vídeos pessoais de entrevistados — expressa seu descontentamento em relação ao turismo desordenado, afirmando que "o turista não respeita o meio ambiente". Nos vídeos citados, é possível perceber falas que refletem percepções negativas por parte da população residente quanto às transformações no território e aos impactos socioculturais decorrentes da chegada de visitantes. O uso de drogas, lixo, bagunça e música alta são citados como um dos reflexos advindos do fluxo de turistas. Na Figura 41 um print da reportagem disponibilizada no Youtube.

Figura 41 - Reportagem sobre o PESNM no município de Santa Bárbara do Monte Verde disponível no youtube.



Fonte: Reprodução Youtube (2025).¹⁶

Conforme exposto, a precariedade da infraestrutura, especialmente das estradas de acesso, foi amplamente apontada nas entrevistas como um entrave para o desenvolvimento do turismo.

A entrevistada 27 manifesta a intenção de dedicar-se exclusivamente ao setor turístico. Contudo, afirma estar impossibilitada de exercer suas atividades há meses, em razão das precárias condições da estrada que dá acesso à sua propriedade, acessível apenas por veículos com tração 4x4. A responsabilidade pela manutenção dessas vias é do poder público municipal, e a falta de investimentos compromete diretamente o potencial turístico da região. Tendo vivido por anos na zona rural, com a venda de leite como principal fonte de renda, a entrevistada declara: “Eu não volto lá para tirar leite, só volto se for para atender os turistas.” Segundo relato, o valor do litro de leite na localidade gira em torno de R\$2,40 e por anos foi a fonte de renda da família. A propriedade da entrevistada faz divisa com o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, e sua família se prepara para atuar no setor turístico: o marido e o filho exercem a função de guias locais e participaram de um curso de capacitação promovido pelo Senar. A expectativa é que, no futuro, seja possível viver

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=1bsKJ2x7qAE&t=90s>

exclusivamente da atividade turística. Entretanto, essa realidade ainda não se concretizou. A moradora permanece empregada formalmente no município de Lima Duarte, enquanto o filho realiza trabalhos informais, aguardando oportunidades para atender visitantes de forma esporádica.

Com uma perspectiva favorável ao desenvolvimento do parque e da atividade turística, o entrevistado 29, que nasceu e cresceu na Serra Negra no município de Olaria, assim como seu pai e avô, enxerga a criação do parque como um “presente de Deus”. Em sua visão, as terras da região possuem baixo potencial para atividades agropecuárias — segundo ele, “não servem para nada”: a criação de gado é limitada e o cultivo em larga escala é inviável. Nesse contexto, o turismo surge como uma alternativa viável de desenvolvimento econômico. Embora ressalte a importância de se evitar um modelo de crescimento desordenado como o observado no Parque Estadual do Ibitipoca.

Em concordância o entrevistado 15, técnico da EMATER, sinaliza:

são terras que não produzem e paga imposto, vamos supor que você tem uma terra de 50 hectares e 25 são de mata, pra você como produtora 25 hectares é uma terra improdutiva... e você paga imposto pelos 50 hectares [...] o que acontece, eu queria que esse cenário fosse diferente, eu queria que ele vendesse seu ovo, seu ‘queijim’, sua goiabada com o valor agregado do turismo, não só isso, mostrar a vida pro turista, pro visitante.

A respeito do desenvolvimento do Parque o entrevistado continua:

eu tenho plena consciência que um parque daquele tamanho, do tamanho do parque do de Ibitipoca do tamanho do Serra Negra pode mudar a vida do produtor [...] eu queria que a especulação imobiliária, os grandes não fosse tão agressivo como foi em Ibitipoca, que os pequenos ficasse nas terras ... afinal de conta foi eles que preservaram o parque.

Entretanto, apesar do desejo expresso pelo técnico da Emater, um dos resultados da criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira é a implantação de um megaempreendimento turístico no município de Olaria, que declara a intenção de articular preservação ambiental e desenvolvimento econômico de forma equilibrada. O projeto, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões ao longo de 20 anos, está sendo desenvolvido em uma área de 4.000

hectares nas proximidades do parque. A proposta contempla a implantação de diversos equipamentos, como fazenda agroecológica, hotéis, restaurantes, centros de treinamento, de vivência e equestre, além de unidades imobiliárias. O empreendimento propõe atividades turísticas como trekking, cavalgadas e ciclismo, buscando proporcionar experiências exclusivas em sintonia com a natureza. A proposta ainda prevê a criação de um distrito industrial sustentável, um aeroporto regional e o trabalho conjunto com um consórcio de municípios no entorno do empreendimento, incluindo ações de reflorestamento e recuperação da Mata Atlântica nativa.

A Figura 42 corresponde a um recorte da página do jornal O Tempo, publicado em 2021, que aborda o anúncio de um megaempreendimento turístico no município de Olaria. Já a Figura 43 apresenta uma matéria veiculada no Jornal Panorama, edição nº 3122, datada de 19 de julho de 2023, trazendo informações sobre o mesmo empreendimento com ênfase na licitação do calçamento da estrada que dá acesso ao parque no valor de 6 milhões de reais.

Figura 42 - Notícia sobre o mega empreendimento turístico no município de Olaria.



Fonte: Jornal O TEMPO. (2021)

Figura 43 - Jornal Panorama 19/07/2023.



Fonte: Arquivo pessoal Entrevistado. (2023)

É fundamental reconhecer que o turismo, embora apresente potencial para promover o desenvolvimento regional, também pode assumir um caráter predatório, especialmente quando há forte presença de investidores externos, posto que a UCs configura-se como uma estratégia de (re)organização do espaço territorial e ambiental, tendo como um de seus fundamentos centrais a mitigação das perdas da biodiversidade diante da degradação ambiental provocada pela sociedade (Vallejo, 2002). No entanto, a formalização legal dessas áreas não implica, automaticamente, na resolução dos problemas ambientais existentes. Para que as UCs possam, de fato, atingir os objetivos para os quais foram concebidas, é imprescindível a implementação de políticas públicas consistentes e a alocação adequada de recursos (Queiróz e Vallejo, 2017).

Nessas situações, verifica-se a compra de propriedades por valores irrisórios, levando antigos proprietários a se tornarem empregados daqueles que adquiriram suas terras. Esse fenômeno foi identificado pela entrevistada X ao relatar experiências semelhantes ocorridas na região de Ibitipoca, onde antigos moradores venderam seus terrenos a preços baixos e posteriormente passaram a trabalhar para os novos proprietários.

Diante desse cenário, destaca-se a importância de se fomentar o protagonismo das comunidades locais, principalmente por meio do acesso à

informação qualificada sobre o funcionamento do setor turístico e suas diversas possibilidades de inserção.

A atuação de instituições como o SEBRAE e a IGR Serras de Ibitipoca tem se mostrado relevante, especialmente na promoção de ações voltadas à profissionalização e capacitação de moradores. Uma das iniciativas destacadas foi a integração do parque às escolas locais, visando apresentar às crianças e adolescentes possibilidades profissionais ligadas ao turismo sustentável. A compreensão ampliada do turismo como uma cadeia econômica — que abrange não apenas hospedagem e atrativos, mas também transporte, alimentação e serviços complementares — é essencial para que a população local consiga identificar oportunidades que vão além da atuação direta como prestadores de serviços tradicionais. Tal conhecimento é decisivo para evitar processos de exclusão e assegurar que os benefícios do turismo sejam distribuídos de maneira mais justa e participativa.

O turismo, por conseguinte, é visto tanto como um potencial vetor de desenvolvimento quanto como um agente de transformação socioespacial. Diante disso, é imperativo que a gestão pública e as comunidades envolvidas adotem uma abordagem integrada e cuidadosa, a fim de garantir que o processo de desenvolvimento ocorra de forma equilibrada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos dois anos, as atividades de campo realizadas na região da Serra Negra nos municípios de Olaria, Lima Duarte, Santa Bárbara do Monte Verde e Rio Preto, com foco no processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, proporcionaram uma aproximação significativa com as dinâmicas sociais, territoriais e institucionais envolvidas nesse contexto. A partir das visitas de campo, foi possível observar diretamente os desdobramentos do processo de implantação da unidade de conservação, os conflitos emergentes, os diferentes posicionamentos dos atores locais e os efeitos iniciais sobre os modos de vida das populações residentes. Essa vivência prática foi fundamental para a construção de uma análise mais aprofundada e situada, baseada na observação direta e no diálogo com os sujeitos sociais envolvidos.

A experiência revelou traços de uma biodiversidade rica e complexa, marcada por histórias, modos de vida rurais, práticas culturais, distintas formas de relação com a natureza e uma diversidade de percepções sobre o território. Também emergiram conflitos de diferentes naturezas, isso se deu pois conforme evidenciado, a UC abrange quatro municípios, o processo de criação e implementação ocorreu de forma distinta em cada um deles. Essa variação está fortemente relacionada às diferentes gestões municipais e às dinâmicas políticas locais, que influenciaram diretamente o posicionamento frente ao parque. Em alguns casos, inclusive, houve mudanças de postura dentro do mesmo município ao longo do tempo, evidenciando como a adesão ou resistência ao processo esteve condicionada aos interesses políticos e administrativos em vigor.

No que diz respeito à participação de sujeitos no processo de criação, alguns grupos e instituições se destacaram ao longo do processo. Como exposto anteriormente, três instituições estiveram diretamente associadas à condução da criação do PESNM, representadas por técnicos ambientalistas: o Instituto Estadual de Florestas, o Circuito Serras de Ibitipoca e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. O Circuito Serras de Ibitipoca já atuava na região desde antes da criação do parque — com exceção de Santa Bárbara do Monte Verde, que só foi incorporada em 2018 — e contribuiu com sua experiência no fomento ao turismo regional e na articulação entre municípios, apoiando ações de sensibilização e diálogo com as comunidades locais.

A partir da criação da UC, surgiram também novas organizações sociais, como a AMPRA (Associação de Moradores de São Sebastião do Monte Verde), formada por proprietários de Lima Duarte que, mesmo em processo de formalização, já demonstram interesse em integrar o futuro conselho gestor do parque. Nesse contexto, torna-se evidente a diversidade de significados atribuídos ao território que hoje compõem o Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, conforme os diferentes sujeitos envolvidos em sua criação.

A partir da análise dos discursos, evidencia-se a existência de diferentes formas de relação com o território, o que reflete a diversidade de experiências e percepções a seu respeito. Conforme demonstrado na Tabela 5, observa-se uma distinção significativa entre os chamados “nativos” e os “forasteiros”, mesmo entre aqueles que residem na região há mais de uma década. Os proprietários que

herdaram suas terras de gerações anteriores, por exemplo, expressam vínculos afetivos profundos, frequentemente mobilizando palavras como “ancestralidade”, “tudo” e “vida” para descrever suas relações com o lugar — indicando conexões que vão além da dimensão material, ancoradas em memórias, afetos e sentidos imateriais. Por outro lado, os proprietários que adquiriram terras mas que não tinham laços familiares anteriores, demonstram vínculos predominantemente associados à busca por tranquilidade ou por oportunidades econômicas, como o turismo.

No que se refere às instituições envolvidas no processo de criação do parque, observa-se que algumas estavam fortemente ancoradas em objetivos voltados à preservação ambiental e à promoção da educação ambiental, destacando-se, nesse contexto, a atuação da Pré-Consulta para a Criação de Unidades de Conservação e do Instituto Estadual de Florestas. Outras instituições, como o Circuito Turístico Serras de Ibitipoca e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, embora compartilhassem desses propósitos, demonstravam também interesse em explorar o potencial da atividade turística como estratégia de geração de renda e valorização da cultura local.

É importante ressaltar que, apesar das diferentes perspectivas institucionais, a política municipal exerce significativa influência nas dinâmicas territoriais. O incentivo a grandes empreendimentos, por exemplo, tende a atrair empresários de grande porte, o que pode alterar profundamente as lógicas territoriais locais. Tais transformações frequentemente resultam em um crescimento dissociado dos objetivos centrais da criação de unidades de conservação, como se observa no caso do Parque Estadual do Ibitipoca.

As diferentes perspectivas identificadas ao longo da pesquisa geraram tensões e conflitos tanto durante o processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira quanto após a assinatura do decreto de sua instituição. Os conflitos observados estão relacionados, principalmente, à forma como os técnicos ambientalistas adentraram o território, à maneira como as informações foram repassadas às comunidades locais, às questões fundiárias ainda não resolvidas e ao processo de desterritorialização, que, embora previsto, não foi efetivado até o presente momento.

Nenhum morador foi até agora indenizado financeiramente por suas terras, o que faz com que os modos de vida e as atividades cotidianas sigam ocorrendo

dentro da área delimitada pelo parque. Essa situação reforça a permanência dos vínculos territoriais, ao mesmo tempo em que alimenta incertezas sobre o futuro. Um caso emblemático refere-se a uma família que teve sua propriedade incluída nos limites da unidade de conservação sem aviso prévio, contrariando o discurso oficial do Instituto Estadual de Florestas, que, desde o início, afirmava que casas e currais não seriam abrangidos pela delimitação do parque.

Esse episódio evidencia como, mesmo em processos que se propõem participativos e sensíveis às dinâmicas locais, o Estado pode adotar posturas impositivas quando decisões vão de encontro às diretrizes técnicas previamente estabelecidas ou aos interesses de determinados grupos. Tal contradição revela a fragilidade dos mecanismos de diálogo e de construção coletiva adotados ao longo do processo, além de apontar para a importância de garantir maior transparência, previsibilidade e coerência nas ações institucionais que impactam diretamente a vida das populações envolvidas.

A mobilização social ocorreu por meio de três principais estratégias, como a organização de abaixo-assinados, a criação de associações comunitárias e a realização de reuniões promovidas por essas entidades. A comunicação entre os moradores das comunidades envolvidas era realizada, principalmente, por meio de redes sociais, como o WhatsApp, ferramenta amplamente utilizada para a divulgação de encontros, especialmente após a publicação do decreto de criação da unidade de conservação, quando as reuniões se tornaram mais frequentes.

No entanto, é importante destacar as limitações desse tipo de comunicação digital, que nem sempre alcança todos os públicos de maneira equitativa, especialmente em áreas rurais com acesso restrito à internet ou à tecnologia. Nesse contexto, destaca-se a iniciativa do então secretário de Turismo de Lima Duarte, em 2016, que optou por enviar cartas impressas diretamente aos proprietários de terras na região da Serra Negra. Apesar de relevante, essa ação teve caráter pontual e não se consolidou como um meio sistemático ou recorrente de comunicação com os moradores, limitando seu alcance e impacto no processo de mobilização e informação das comunidades locais.

Por fim, o turismo surge nas entrevistas, de forma quase unânime, como uma das principais repercussões da criação da unidade de conservação. Desde os primeiros momentos do processo, a atividade foi apresentada como uma

possibilidade de geração de renda para as comunidades locais, o que contribuiu para a formação de expectativas quanto ao seu potencial. A maioria dos moradores reconhece o valor turístico da região e enxerga na atividade uma oportunidade econômica; no entanto, enquanto alguns se mostram dispostos a se preparar para atuar nesse novo cenário, outros expressam desinteresse, receios ou resistência, sobretudo em função dos impactos socioambientais que o turismo pode acarretar.

É importante observar que, mesmo antes da criação da unidade de conservação, já havia na região certos fluxos turísticos espontâneos e pontuais, desvinculados da institucionalidade do parque. Essas iniciativas, ainda que incipientes, revelavam o potencial da área para o desenvolvimento do turismo, o qual, até então, permanecia pouco explorado. Com a formalização da unidade, espera-se que esse potencial seja melhor aproveitado e orientado de forma sustentável.

Apesar disso, a região ainda enfrenta limitações significativas relacionadas à infraestrutura básica — como estradas precárias, ausência de sistema de esgotamento sanitário e carência de equipamentos adequados para receber visitantes —, o que compromete a viabilidade de um desenvolvimento turístico ordenado. Tais entraves geram apreensão entre os moradores, assim como a crescente especulação imobiliária. Para alguns, esse fenômeno representa uma oportunidade de valorização fundiária e possibilidade de venda das terras por valores elevados; para outros, contudo, significa a iminente chegada de grandes empreendimentos, com consequente perda de identidade local, aumento do custo de vida e mudanças estruturais no território. Essas preocupações remetem a processos semelhantes aos observados no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, frequentemente citado como exemplo pelos entrevistados.

Observa-se, a partir dos discursos dos entrevistados, que desde o início do processo de criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, os três principais ambientalistas envolvidos manifestaram propostas fortemente alinhadas a objetivos conservacionistas e à promoção do desenvolvimento regional, sobretudo por meio do turismo. As falas desses interlocutores revelam uma preocupação explícita em assegurar o protagonismo das comunidades locais ao longo do processo. Entretanto, após quase sete anos da criação do Parque, constata-se uma realidade distinta daquela inicialmente idealizada. Verifica-se a chegada de

investidores externos, o afastamento dos proprietários em relação à gestão da unidade e a baixa participação das comunidades locais nos processos decisórios, especialmente no que concerne à representatividade no conselho gestor. Embora uma pequena parcela de produtores rurais demonstre preparo e expectativa diante de um possível fluxo turístico — compatível com os modos de vida locais e práticas produtivas preexistentes —, predomina, de modo geral, a sensação de distanciamento e perda de controle sobre o destino do território.

Ficou evidente que cada município apresentou uma narrativa singular acerca do processo de criação da unidade e que, mesmo dentro de um mesmo município, as opiniões dos residentes não se mostravam homogêneas. Essa pluralidade foi contemplada na pesquisa, ainda que limitada pela dificuldade de acesso a moradores que permanecem contrários à criação do Parque. Apesar da impossibilidade de entrevistá-los, foi possível identificar a existência dessas vozes dissonantes a partir da análise das narrativas coletadas. Ademais, ressalta-se a necessidade de novas investigações relacionadas ao plano de manejo da unidade, o qual, embora não tenha sido objeto de análise direta neste estudo, revelou, a partir dos dados levantados, o surgimento de novas tensões e conflitos vinculados à sua elaboração.

Além das contribuições analíticas oferecidas, esta pesquisa enfrentou algumas limitações metodológicas. A principal delas esteve relacionada à dificuldade de acesso a moradores que ainda hoje se posicionam de forma crítica ou contrária à criação do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. Um dos possíveis motivos para essa dificuldade reside nos conflitos recentes associados à elaboração do plano de manejo da unidade, os quais reacenderam tensões no território e levaram algumas pessoas a recusarem-se a participar da pesquisa. Ainda assim, foi possível apreender essas vozes dissonantes de maneira indireta, por meio das narrativas dos demais interlocutores.

Nesse sentido, estudos futuros poderão se debruçar com maior profundidade sobre os efeitos do plano de manejo e as dinâmicas de participação em sua formulação, uma vez que esse processo revelou novos embates e reposicionamentos entre os atores locais. Também se indica como eixo promissor de investigação o acompanhamento do funcionamento do conselho consultivo do

parque nos próximos anos, especialmente no que se refere à efetividade de sua atuação e à capacidade de representação das comunidades envolvidas.

Em termos de contribuição acadêmica, este trabalho buscou iluminar as múltiplas dimensões que envolvem a criação de unidades de conservação em áreas habitadas, com ênfase nas disputas territoriais, nos conflitos sociopolíticos e nos sentidos atribuídos ao espaço pelos diferentes sujeitos

Embora a literatura sobre áreas protegidas tenha se ampliado, ainda persistem lacunas significativas quanto à compreensão das realidades sociais e territoriais, dos arranjos institucionais e das trajetórias históricas que moldam a implantação dessas políticas.

A pesquisa demonstra que, apesar das expectativas em torno do desenvolvimento sustentável e do protagonismo comunitário, já se percebe um certo distanciamento das comunidades locais em relação à gestão do território — tendência que pode se intensificar diante da influência de interesses econômicos externos. Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas e a gestão da unidade de conservação incorporem essa complexidade, de modo a garantir que as decisões sobre o futuro da região permaneçam alinhadas aos objetivos socioambientais originalmente propostos pelos técnicos ambientalistas. O desafio está em promover um equilíbrio entre conservação ambiental, desenvolvimento territorial e respeito aos modos de vida tradicionais. Espera-se, portanto, que os resultados aqui apresentados contribuam para o fortalecimento de abordagens mais sensíveis à diversidade local e para o aprimoramento das práticas participativas na formulação e implementação de políticas ambientais.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. **Turismo e os paradoxos no consumo e conservação do ambiente**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 1, n. 2 dez/2007 p.102-118

BAHIA DE AGUIAR, Paulo César; SOUZA DOS SANTOS MOREAU, Ana Maria; DE OLIVEIRA FONTES, Ednice. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, Costa Rica, v. 1, n. 50, p. 195-213, jan./jun. 2013. ISSN 1011-484X.

BARBOSA, Cláudia Silva. **Recategorização de unidades de conservação: o**

discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas - ES. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. (livro)

BARRETO, Leilianne Michelle Trindade da Silva; LANZARINI, Ricardo (coord.). **Turismo responsável no Brasil** [recurso eletrônico]. 1. ed. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023. PDF, 4500 KB. ISBN 978-65-5569-354-6.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités**. Paris: L'Harmattan, 1996. (Géographies et Cultures; Le Territoire). Tomo I.

BRASIL. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 1 set 2024.

BRASIL. Inscrever imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR). **Portal Gov.br**, [ano de acesso]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-imovel-rural-no-cadastro-ambiental-rural-car>. Acesso em: 31 de mar 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Portaria MMA nº 98, de 14 de abril de 2000**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2000/p_mma_98_2000_regulamentamanejofaunasilvestremamiferosaquaticosemcativos.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

CACHADO, Rita. Diário de campo: um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 551–572, mai.–ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752021v11n2>. Acesso em: 10 ago 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE OLARIA. **Foi realizada audiência pública sobre a possível criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira**. Olaria: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: <https://www.olaria.mg.leg.br/institucional/noticias/foi-realizada-audiencia-publica-sobre-a-possivel-criacao-do-parque-estadual-serra-negra-da-mantiqueira>. Acesso em: 4

maio 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLARIA. **Reunião ordinária e conversa com equipe técnica do IEF**. Olaria, MG, 26 set. 2017. Disponível em: <https://www.olaria.mg.leg.br/institucional/noticias/reuniao-ordinaria-e-conversa-com-equipe-tecnica-do-ief>. Acesso em: 4 maio 2024.

CAMPOS, C. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-4, set./out. 2004.

CANDIOTTO, L. Z. P. Unidades de conservação, ecoturismo e ensino de geografia. **Formação (Online)**, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i3.2428>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento. **Revista Mana**, v. 12, n. 2, Rio de Janeiro, 2007, p. 115-144.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial Sociedade & Natureza, vol. 22, núm. 1, abril, 2010, pp. 165-180 Universidade Federal de Uberlândia Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios – abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. (Org.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009. p. 67-111

CIDADE-BRASIL. **Município de Olaria**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-olaria.html>. Acesso em: 9 abr. 2024.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Institucional. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/cna/institucional-cna>. Acesso em: 31 de mar 2025.

COZZOLINO, Luiz Felipe Freire; IRVING, Marta de Azevedo. Por uma concepção democrática de governança para a esfera pública. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 2, p. 497-508, jul./dez. 2015.

DE ALCÂNTARA MARINHO, Maurício; ANGELO FURLAN, Sueli. Gestão

compartilhada e comunitária em áreas protegidas: reflexões no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil). **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, p. 1-16, jul./dez. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 94 p. (Coleção TRANS).

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FARIA PEREIRA, Polyana; PAIVA SCARDUA, Fernando. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 81-97, jan./jun. 2008.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, n. 6, p. 24–34, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i6.1460. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Itamara; OLIVEIRA, Wagner Araújo. “**Áreas naturais protegidas, conservação e (eco) turismo: Uma reflexão teórico-conceitual**”, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 20 (junio 2016). En línea: <https://www.eumed.net/rev/turydes/20/ecoturismo.html>.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivianda Silva. **História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral**. Historiæ, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.

FRANÇA, Eduina Bezerra. Ordenamento territorial e gestão em unidades de conservação de ambientes costeiros (Territorial planning and management in protected areas of coastal environments). *Revista Geonorte*, v. 1, p. 200-219, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33360/RGN.2318-2695.2019.i1p200-219>.

GOMES, E. G. M. *Conselhos gestores de políticas públicas: democracia, controle social e instituições*. São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. **Território e territorialização**. In: *EPSJV*. 2017. Cap. 1.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. In: **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E.; RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, 2007.

HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative Health Research**, v. 15, n. 9, p. 1277-88, nov. 2005. DOI: 10.1177/1049732305276687. PMID: 16204405.

ICMBIO. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>>. Acesso em: 10 agosto 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Lima Duarte - MG.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/lima-duarte.html>. Acesso em: 3 jan 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Olaria - MG.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/olaria.html>. Acesso em: 3 jan 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Rio Preto - MG.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-preto/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 3 jan 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Santa Bárbara - MG.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-barbara-do-monte-verde.html>. Acesso em: 3 jan 2024.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (MG). **Ata da habilitação do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira.** [S.l.]: [s.n.], 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Plano de manejo do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira é aprovado pelo COPAM.** 2023. Disponível em: <https://www.ief.mg.gov.br/w/plano-de-manejo-do-parque-estadual-da-serra-negra-da->

mantiqueira-e-aprovado-pelo-copam. Acesso em: 24 abr. 2025.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Proposta de Criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira**: Estudo Técnico para Criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Belo Horizonte: IEF, 2017. Acesso em: 17 jun. 2023.

IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karla. **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas**. Floresta e Ambiente, v. 13, n. 2, p. 89-96, 2006.

IRVING, Marta de Azevedo; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de; AZEVEDO, Julia (orgs.). **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Fólio Digital, 2018. p. 181–209. ISBN 978-8554730178.

IUCN. Guidelines for Protected Area Management Categories. IUCN, Cambridge, UK and Gland, Switzerland, 1994.

JACCOUD, Luciana (Org.); SILVA, Frederico Barbosa da [et al.]. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 45-46.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Análise de conteúdo: uma introdução à sua metodologia**. Tradução da autora. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

LAZZARI, Artur; MAZZARINO, Jane M.; TURATTI, Luciana. Comunidade: a busca de um conceito. **Revista Espacios, Caracas**, v. 38, n. 3, p. 4, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n03/a17v38n03p04.pdf>. Acesso em: 4 mar 2025.

LEFEBVRE, H. *La révolution urbaine*. Paris : Gallimard, Collection Idées", 1970.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

LIMA, L. G. D., and ALVES, L. da S. F. **Ordenamento territorial e desenvolvimento regional: aproximações conceituais**. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 263-283. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. <https://doi.org/10.7476/9786586221688.0011>.

MACHADO, C. J. S.; COSTA, D. R. T. R.; VILANI, R. M. A análise do princípio da participação social na organização federal dos conselhos gestores de unidades de conservação e mosaicos: realidade e desafios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/782>. Acesso em: 13 set. 2024.

MAGALHÃES, Rodrigo. **Descoberta da Mantiqueira: o sertão proibido do Rio Preto**. 1. ed. Rio Preto, MG: Interagir, 2018. Brochura.

MARRA, Natalia Cardoso. Identidades culturais e a sustentabilidade na criação de parques ambientais. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 349-367, fev. 2012. DOI: 10.5585/prismaj.v10n2.2662.

MARTINS, Mateus Pires; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 314–325, maio/ago. 2021. ISSN 1809-239X. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6327>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MEDEIROS, Rodrigo. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. Tese (Doutorado em Geografia).

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. IX, n. 1, p. 41-114, jan./jun. 2006.

MENCK, Oliver Van Sluys. **"Não mutilem o que já existe!" o uso público entre heranças e expectativas no Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xi-sapis-vi-elapis/688691-nao-mutilem-o-que-ja-existe-o-uso-publico-entre-herancas-e-expectativas-no-parque-estadual-serra-negra-da-man>. Acesso em: 20 maio 2024.

Mendes, André Melo. **Metodologia para análise de imagens fixas** [recurso eletrônico] / André Melo Mendes. – Belo Horizonte, MG: PPGCOM UFMG, 2019.

MINAS GERAIS. **Portaria IEF nº 27, de 28 de maio de 2021**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/unidades-de-conservacao/regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas. **Portaria IEF nº 38, de 3 de julho de 2024**. Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Disponível em: https://semad.mg.gov.br/web/semad//busca?p_p_id=com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_SearchResultsPortlet_INSTANCE_rinn&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_INSTANCE_rinn_mvcPath=%2Fview_content.jsp&_com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_INSTANCE_rinn_redirect=%2Fweb%2Fsemad%2Fbusca%3Fdelta%3D8%26start%3D837&_com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_INSTANCE_rinn_assetEntryId=6807367&_com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_INSTANCE_rinn_type=content&p_l_back_url=%2Fweb%2Fsemad%2Fbusca%3Fdelta%3D8%26start%3D837. Acesso em: 15 fev. 2025.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Ata da 47ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura: realizada em 12 de junho de 2018*. Belo Horizonte: ALMG, 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas protegidas. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Unidades de conservação. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/plano-de-areas-protegidas.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006.

MOURA, Izabel Beatriz Rodrigues. **Conflitos socioambientais na unidade de conservação Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2018.

MORAIS, Manoela; PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BINOTTO, Erlaine; RECH, Luisa Rhoden. **A identidade de produtor rural e as categorias influentes no processo sucessório**. 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/118445385/A_Identidade_De_Produtor_Rural_e_as_Categorias_Influentes_No_Processo_Sucess%C3%B3rio. Acesso em: 4 mar 2025

MOURA ROSA. Dinâmicas territoriais recentes: rupturas ou manutenção de tendências? *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 467-489, 2010. ISSN: 1517-2422. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837809007>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NEIVA, A., et al. (2013). **Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação.** WWF-Brasil.

NUNES, Klívia de Cássia Silva; BEZERRA NETO, Luiz. **Urbano e rural: contradições e influências no (re)pensar da ruralidade no Brasil.** *Revista Exitus*, Santarém, PA, v. 6, n. 1, p. 62–76, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/>. Acesso em: 3 maio 2024.

OLIVEIRA, A. M. S. de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Pegada-A Revista Da Geografia Do Trabalho**, 2011 3. <https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.793>

PERGO, Vera Lucia. **Os rituais na Folia de Reis:** uma das festas populares brasileiras. Universidade Estadual de Maringá. Trabalho de especialização em História e Sociedade. [S.l.], [s.n.], [2007].

PIMENTEL, Márcia Aparecida Silva; RIBEIRO, Wagner Costa. **Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 20, n. 2, p. 224–237, 2016. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.122692. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122692>. Acesso em: 20 agosto de 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, p. 55, 2004.

QUADROS, Juliana; GIRALDI-COSTA, Ana Clara; SEZERINO, Fernanda de Souza; SANTOS, Péricles Augusto dos. Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 32-49, set./dez. 2015. DOI: 10.18472/SustDeb.v6n3.2015.16318. QUEIRÓS, M. O desafio ambiental. **Inforgéo**, n. 16/17, Lisboa: Edições Colibri, 2001/02, p. 141-150.

QUEIROZ, Edileuza Dias de; VALLEJO, Luiz Renato. *Uso público em unidades de conservação – entre o ideal e o real.* Revista **PN da Chapada dos Veadeiros - GO**, v. 5, n. 9, 31 dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28741. Acesso em: 10 jun de 2023

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REDE PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Unidades de Conservação:** nossas barreiras urgentes contra a catástrofe climática. 15 mar. 2025. Disponível

em: <https://redeproc.org.br/unidades-de-conservacao-nossas-barreiras-urgentes-contra-a-catastrofe-climatica/>. Acesso em: 16 mar 2025.

SACK, Robert. *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANCHO-PIVOTO, A. **Desordenamento territorial e unidades de conservação**. 2016. 460 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANCHO-PIVOTO, A. Territórios de vida e de morte: um olhar sobre os conflitos territoriais associados ao Parque Nacional da Serra do Cipó, MG. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 3, p. 573–588, 2017. DOI:10.5216/bgg.v37i3.50770. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/50770>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SANCHO-PIVOTO, A.; Alves, A.F.; Dias, V.N (2020). Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 14 (2), p. 46-63, maio/ago. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1751>

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005-. ISSN 1515-3282.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997. Acesso em: 06 set. 2024.

SANTOS, Natasha Marques de Paula; AMORIM, Raul Reis. Áreas protegidas: evolução histórica e conceitual e seus significados na agenda ambiental global do século XXI. In: ANAIS DO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (IG-UNICAMP). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências, 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p. (Geografia em Movimento).

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território / Milton Santos: geography conceptions, space and territory. **Geo UERJ**, 2(18), p. 24–42, 2011.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: **Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias**. p. 373-407, 2005.

SILVA PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 2, p. 224-237, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>.

SILVA, L. M.; SALVIO, G. M. M. Mosaicos de unidades de conservação federais da mata atlântica: analisando suas efetividades por meio dos membros do conselho consultivo. *Rev. Tecnol. Soc.*, Curitiba, v. 18, n. 52, p. 38-68, jul./set., 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/13583>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOUSA, A. A. de. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, 1(30), p. 119–132, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho de; LIMA, Alexandrina Maria de Andrade; MELLO, Marcos Aurélio Anadem; OLIVEIRA, Elialdo Rodrigues de. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. *Revista Destaques Acadêmicos*, Lajeado: CCHS/Univates, v. 7, n. 2, p. 26–35, 2015.

SOUZA, João Vitor Campos de. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza**. Brasília – DF, abril 2013. 214 p. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. [Rio de Janeiro]: [Bertrand Brasil], [2000], [77-117]

SPAMER, Helmar; SILVA, Ana Tereza Reis da. **Povos e comunidades tradicionais em Unidades de Conservação: Conflitos socioambientais e luta por identidade e território**. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas – Interethnica*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 59–85, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/17157>. Acesso em: 30 jan 2025.

VALLEJO, L. R. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.57-78, 2002.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. Recurso natural: a construção de um conceito. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 10, n. 1, p. 09–17, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2006.74004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geosp/article/view/74004>. Acesso em: 17 mar. 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Ambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-34.

APÊNDICES

Apêndice A- Roteiro de entrevista dirigido aos interlocutores institucionais.

Instituição que representa: _____

- *Escolaridade:*

- Ensino Fundamental Incompleto ()
- Ensino Fundamental Completo ()
- Ensino Médio Incompleto ()
- Ensino Médio Completo ()
- Ensino Técnico ou Profissionalizante ()
- Ensino Superior Incompleto ()
- Ensino Superior Completo ()
- Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado) ()

- *Raça:*

- Branca ()
- Negra ()
- Parda ()
- Amarela ()
- Indígena ()
- Outra: (por favor, especifique)

- *Faixa etária:*

- 18-24 anos ()
- 25-34 anos ()
- 35-44 anos ()
- 45-54 anos ()
- 55-64 anos ()
- 65 anos ou mais ()

- *Município que reside:*

- Olaria ()
- Lima Duarte ()
- Santa Bárbara do Monte Verde ()
- Rio Preto ()

Outro:

- *Município que nasceu:*

- () Olaria
- () Santa Bárbara do Monte Verde
- () Lima Duarte
- () Rio Preto
- () Outro:

1. Você tem alguma função na gestão do Parque atualmente?
2. Já ocupou algum outro cargo relacionado ao Parque?
3. Qual a sua visão sobre a criação do Parque?
4. Como avalia os motivos que justificaram a criação do Parque?
5. Qual era a condição ambiental da sua região antes da criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira? Quais eram as principais preocupações ambientais que motivaram sua implementação?
6. Como você percebe o papel e os impactos do PESNM em termos de desenvolvimento regional, conservação ambiental e benefícios sociais?
7. O PESNM foi implementado de forma gradual ou imediata? Houve fases distintas no processo?
8. Você esteve presente nas atividades propostas durante o processo de criação do Parque (desenvolvimento do documento técnico, reuniões de consulta pública etc)?
9. Como foi seu envolvimento nesse processo?
10. Quais foram os desafios mais significativos enfrentados durante o processo de criação do PESNM?
11. Quais foram as estratégias adotadas pelo IEF para promover o envolvimento e participação social no processo de criação do Parque?
12. Como avalia a eficácia dessas estratégias? O que deu certo? o que não deu certo?
13. Quais foram os principais agentes envolvidos no processo de criação do PESNM? (governo, ONGs, comunidades, academia, setor privado, etc.)
14. Em que momentos essa participação ocorreu? De que formas?
15. Houve posicionamentos e visões diferentes em relação à decisão pela criação do Parque? Comente.
16. Como as decisões políticas e as pressões sociais influenciaram o processo de criação do PESNM?
17. Você se lembra de tensões e conflitos mais evidentes? Comente.
18. Houve conflitos ou resistências à criação do Parque? Quais? Como foi a postura do IEF?
19. Como foram tratados os direitos de posse e uso da terra durante a criação do Parque?
20. Qual a sua opinião sobre a situação dos moradores que passaram a ter o Parque como vizinho de suas propriedades?
21. Como avalia hoje o impacto da criação do PESNM?

22. Os interesses iniciais dos foram atendidos após a criação do Parque?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista dirigido aos proprietários de terras que terão suas terras desapropriadas.

- *Escolaridade:*
Ensino Fundamental Incompleto ()
Ensino Fundamental Completo ()
Ensino Médio Incompleto ()
Ensino Médio Completo ()
Ensino Técnico ou Profissionalizante ()
Ensino Superior Incompleto ()
Ensino Superior Completo ()
Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado) ()
- *Raça:*
Branca ()
Negra ()
Parda ()
Amarela ()
Indígena ()
Outra: (por favor, especifique)
- *Faixa etária:*
18-24 anos ()
25-34 anos ()
35-44 anos ()
45-54 anos ()
55-64 anos ()
65 anos ou mais ()
- *Município que reside:*
Olaria ()
Lima Duarte ()
Santa Bárbara do Monte Verde ()
Rio Preto ()
Outro:
- *Município que nasceu:*
() Olaria
() Santa Bárbara do Monte Verde
() Lima Duarte
() Rio Preto
() Outro:

1. Você se lembra de quando e como começou a discussão sobre a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira?
2. O que você sabe sobre os motivos para a criação do Parque?
3. Qual é a sua visão sobre a criação do Parque?
4. Como você avalia a presença do Parque no território?
5. Como você ficou sabendo sobre a criação do PESNM? Houve comunicação ou consulta prévia com os moradores?
6. Participou das DIPUCS? Qual foi sua visão sobre elas?
7. Participou das reuniões de consulta pública? Qual foi sua visão sobre elas?
8. Durante o processo de concepção do Parque, você teve acesso aos representantes do Estado?
9. Você se sente incluído nas decisões ou na gestão do Parque? Há algum tipo de diálogo entre os gestores e os moradores?
10. Que expectativas ou demandas você tem em relação ao Parque e à sua gestão?
11. Quais atividades econômicas e culturais você e sua família realizavam na área?
12. O que o território representa para você e sua comunidade?
13. Havia algum vínculo histórico ou tradicional com essa área? Se sim, qual era a importância disso para sua família/comunidade?
14. Como as práticas de uso da terra e recursos naturais foram afetadas após a criação do PESNM?
15. Houve alterações nos acessos a recursos naturais que você utilizava antes?
16. Para os moradores que permaneceram, houve restrições às atividades que você realizava antes? Quais?
17. Como as suas tradições culturais, costumes e identidade local foram impactados pela criação do PESNM?
18. Quais mudanças ocorreram na sua vida após a criação do PESNM?
19. Surgiram oportunidades em termos de novas atividades econômicas, serviços ou benefícios sociais? Como essas oportunidades têm sido aproveitadas e percebidas pela comunidade local?
20. Como você se sentiu ao saber que a área seria transformada em Parque?
21. Se houve desapropriação, como foi esse processo? Você recebeu apoio ou compensação? Ela foi suficiente?
22. Você recebeu ou tem previsão de receber alguma compensação financeira pela sua terra?
23. A criação do Parque afetou as relações entre os moradores locais? De que maneira?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista dirigidas aos moradores do entorno direto do parque

- *Escolaridade:*
Ensino Fundamental Incompleto ()
Ensino Fundamental Completo ()
Ensino Médio Incompleto ()
Ensino Médio Completo ()
Ensino Técnico ou Profissionalizante ()
Ensino Superior Incompleto ()
Ensino Superior Completo ()
Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado) ()
 - *Raça:*
Branca ()
Negra ()
Parda ()
Amarela ()
Indígena ()
Outra: (por favor, especifique)
 - *Faixa etária:*
18-24 anos ()
25-34 anos ()
35-44 anos ()
45-54 anos ()
55-64 anos ()
65 anos ou mais ()
 - *Município que reside:*
Olaria ()
Lima Duarte ()
Santa Bárbara do Monte Verde ()
Rio Preto ()
Outro:
 - Município que nasceu:
() Olaria
() Santa Bárbara do Monte Verde
() Lima Duarte
() Rio Preto
() Outro:
1. Você se lembra de quando e como começou a discussão sobre a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira?
 2. O que você sabe sobre os motivos para a criação do Parque?
 3. Qual é a sua visão sobre a criação do Parque?
 4. Como você avalia a presença do Parque no território? Ele contribui para a preservação ou trouxe desafios maiores?
 5. Como você ficou sabendo sobre a criação do PESNM? Houve comunicação ou consulta prévia com os moradores?

6. Participou das reuniões de consulta pública? Qual foi sua visão sobre elas?
7. Na sua opinião, as informações foram comunicadas de maneira transparente para a população durante as reuniões de consulta pública?
8. Durante o processo de concepção do Parque, você teve acesso aos gestores?
9. Você se sente incluído nas decisões ou na gestão do Parque? Há algum tipo de diálogo entre os gestores e os moradores?
10. Que expectativas ou demandas você tem em relação ao Parque e à sua gestão?
11. Como você se sentiu ao saber que a área seria transformada em Parque?
12. A criação do Parque afetou as relações entre os moradores locais? De que maneira?
13. Qual a sua visão sobre a definição do perímetro da zona de amortecimento do Parque?
14. Como era sua relação com o território antes da criação do Parque?
15. Quais atividades econômicas e culturais você e sua família realizavam na área?
16. O que o território representa para você e sua comunidade? (moradia, sustento, cultura, identidade, etc.)
17. Havia algum vínculo histórico ou tradicional com essa área? Se sim, qual era a importância disso para sua família/comunidade?
18. Como as práticas de uso da terra e recursos naturais foram afetadas após a criação do PESNM?
19. Houve alterações nos acessos a recursos naturais que você utilizava antes?
20. Houve restrições às atividades que você realizava antes? Quais?
21. Como as suas tradições culturais, costumes e identidade local foram impactados pela criação do PESNM?
22. Quais mudanças ocorreram na sua vida após a criação do PESNM?
23. Surgiram oportunidades em termos de novas atividades econômicas, serviços ou benefícios sociais? Como essas oportunidades têm sido aproveitadas e percebidas pela comunidade local?

Apêndice D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA
DA MANTIQUEIRA – MG E SUAS IMPLICAÇÕES

Pesquisadora Responsável: Maria Eduarda Rattes Scaldini

O presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tem como finalidade apresentar informações detalhadas sobre a pesquisa e solicitar autorização para a participação voluntária no estudo.

O objetivo da pesquisa é interpretar a dinâmica socioespacial associada ao processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e seus efeitos nos modos de vida das populações envolvidas.

Caso haja concordância em participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos serão os seguintes: será realizada uma entrevista contendo 25 perguntas relacionadas à criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira. A entrevista será gravada em áudio, sendo que as gravações e os nomes dos participantes não serão divulgados, visto que tais informações não são relevantes para os objetivos do estudo. Após a coleta das entrevistas, os dados fornecidos serão analisados e utilizados na elaboração dos resultados da pesquisa.

Toda pesquisa envolvendo seres humanos implica algum nível de risco. Nesta pesquisa, os riscos são mínimos e podem envolver eventuais constrangimentos diante de perguntas sobre idade ou percepções pessoais a respeito do processo de criação do parque. Em caso de desconforto, a entrevista poderá ser encerrada a qualquer momento, sem prejuízo ao participante. Ressalta-se que nenhuma informação pessoal será mencionada, garantindo-se o anonimato completo dos envolvidos. Os participantes não serão identificados em nenhuma publicação derivada da pesquisa.

Entre os possíveis benefícios da participação estão: o registro do processo histórico de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e dos diferentes grupos envolvidos; a disponibilização pública das informações coletadas, não se restringindo ao meio acadêmico; a promoção de debates sobre os reais interesses na criação do parque; a contribuição para a formulação de políticas públicas que considerem os impactos do turismo na região e auxiliem na mediação de conflitos entre comunidades locais e instituições governamentais.

A participação é totalmente voluntária. Caso o(a) participante decida não colaborar, ou retire seu consentimento durante a pesquisa, não haverá qualquer prejuízo ou penalidade, inclusive quanto ao atendimento em instituições públicas ou privadas.

Não há previsão de pagamento ou custos decorrentes da participação no estudo.

Solicita-se também autorização para apresentação dos resultados em eventos científicos e publicação em revistas acadêmicas nacionais e/ou internacionais. O sigilo quanto à identidade dos participantes será mantido em todas as fases da pesquisa, inclusive nas publicações resultantes.

É assegurada assistência durante todo o período da pesquisa, assim como o acesso às informações e esclarecimentos adicionais sempre que solicitado, antes, durante ou após a participação no estudo.

Em caso de dúvidas, é possível entrar em contato com a pesquisadora responsável, Maria Eduarda Rattes Scaldini, pelo telefone (32) 99992-9619, endereço Rua Mário

Crispim, 900, e/ou pelo e-mail mariaeduardascaldini@gmail.com. Também é possível contatar o Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no Campus Universitário – Pró-Reitoria – Sala da PROPP, Rua José Lourenço Kelmer – São Pedro, Juiz de Fora – 36036-900, telefone (32) 2102-3788.

Este termo é assinado em duas vias, sendo uma destinada ao participante e a outra à pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concorda-se em participar do estudo intitulado:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS: OLHARES
SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA
DA MANTIQUEIRA – MG E SUAS IMPLICAÇÕES

Nome do(a) participante:

Assinatura do(a) participante:

Declaração da pesquisadora:

Eu, Maria Eduarda Rattes Scaldini, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012

ANEXOS